Protocolo 6.155/2022

De: Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social - FUSAN

Para: SMA - PC - Administração/Previdência Complementar

Data: 13/06/2022 às 11:04:44

Setores (CC):

SMA - PC

Setores envolvidos:

SMA - PC

Previdência Complementar

Entrada*:
Site

Prezados Senhores,

A Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – Fusan , estabelecida na cidade de Curitiba, no estado do Paraná, à Rua Ébano Pereira, 309 – Centro, vem por meio desta apresentar proposta para atuar como gestor do Plano de Benefícios dos servidores efetivos do Município de Francisco Beltrão PR.

Anexos:

10_5_4_2_CadPrevic_Fusan.pdf
11_5_5_1_Proposta_Tecnica__Anexo_I_Francisco_Beltrao.pdf
12_5_5_1_Declaracao_de_enquadramento_legal_ANEXO_III_Francisco_Beltrao.pdf
13_5_5_1_Resenha_Fusan_Desempenho_Investimentos_Mar_2022.pdf
14_5_5_1_Relatorio_Anual_de_Informacoes_RAI_2017.pdf
15_5_5_1_Relatorio_Anual_de_Informacoes_RAI_2018.pdf
16_5_5_1_Relatorio_Anual_de_Informacoes_RAI_2019.pdf
17_a_5_5_1_Relatorio_Anual_de_Informacoes_RAI_2020_pg_1_11.pdf
17_b_5_5_1_Relatorio_Anual_de_Informacoes_RAI_2020_pg_12_18.pdf
17_c_5_5_1_Relatorio_Anual_de_Informacoes_RAI_2020_pg_19_30.pdf
18_5_5_1_Relatorio_Anual_de_Informacoes_RAI_2021.pdf
19_5_5_1_Balanco_Patrimonial_2021.pdf
1_5_2_1_Estatuto_Atual_Aprovado_pela_Previc_e_Registrado_no_Cartorio.pdf
20_5_5_1_Termos_de_Posse_Diretoria.pdf
21_5_5_1_Curriculo_e_certificados_CLAUDIA_TRINDADE_pdf.pdf

22_5_5_1_Curriculo_e_certificados_DIRCEU_WICHNIESKI.pdf
23_5_5_1_Curriculo_e_certificados_MARCOS_CESAR_TODESCHI.pdf
24_5_5_1_Declaracao_referente_o_aporte_anexo_IV.pdf
25_5_5_1_Regulamento_Plano_Viva_Mais_Multi_Prefeituras.pdf
26_5_5_1_Politica_de_Investimentos_2022_2026_Fusan_Plano_VIva_Mais_Multi_Prefeituras.pdf
27_5_5_1_Politica_de_Investimentos_2022_2026_Fusan_Plano_Viva_Mais_Previdencia.pdf
28_5_5_1_Politica_de_Investimentos_2022_2026_Fusan_Plano_FusanPrev.pdf
29_5_5_1_Politica_de_Investimentos_2022_2026_Fusan_PGA.pdf
2_5_2_2_Regularidade_Juridica_Inscricao_CNPJ.pdf
30_5_5_1_Carteira_investimentos_Viva_Mais_Previdencia_06_2021.pdf
31_5_5_1_Carteira_investimentos_Fusanprev_06_2021.pdf
32_5_5_1_Carteira_investimentos_PGA_06_2021.pdf
3_5_2_3_Declaracao_inidonea_Anexo_II.pdf
4_5_3_1_Regularidade_Fiscal_e_Trabalhista_CND_FGTS_VAL_29_06_2022.pdf
5_5_3_2_CND_Relativo_aos_Creditos_Tributarios_Federais_e_a_Divida_Ativa_val_06_09_22.pdf
6_5_3_3_CND_PR_Certidao_Negativa_de_debito_em_relacao_a_tributos_estaduais_val_11_10_22.pdf
7_5_3_4_CND_Municipal_Curitiba_val_19_07_22.pdf
8_5_3_5_CNDT_TRABALHISTA_VAL_09_10_2022.pdf

PREVIDÊNCIA SOCIAL
SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC

Relatório da Entidade

Informações Básicas

CNPJ:	75.992.438/0001-00
Número do Processo:	00000.000242/6719-81
Razão Social:	FUNDACAO SANEPAR DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
Nome Fantasia:	FUSAN
Natureza Jurídica PREVIC:	PRIVADA
Data de Cadastro:	18/06/2008

Endereço

CEP:	80.410-240
Endereço:	R EBANO PEREIRA Nº 309
Número:	-
Complemento:	-
Bairro:	CENTRO
Município:	CURITIBA
Estado:	PR
País:	BRASIL
Telefone:	4133079104
Fax:	-
E-mail:	NJU@FUSAN.COM.BR
Site:	WWW.FUNDACAOSANEPAR.COM.BR
Observações:	-

Perfil da Entidade

Código:	0053-5
Sigla:	FUSAN
Fundamentação Legal:	LC 108 / LC 109
Tipo:	SOCIEDADE CIVIL
Patrocínio Predominante:	PÚBLICA MUNICIPAL
Qtd. Máx. de Diretores Executivos:	3
Qtd. Máx. de Conselheiros Fiscais:	4
Qtd. Máx. de Conselheiros Deliberativos:	6
Situação:	NORMAL / EM FUNCIONAMENTO
Qualificação Quanto ao Número de Planos:	MULTIPLANO
Data de Autorização:	11/06/1982
Data de Início do Funcionamento:	11/06/1982
Data de Encerramento:	-
Número do Processo de Criação:	00000.000242/6719-81
Expediente de Comunicação de Início de Funcionamento:	3011/1982
Outros Documentos disponível?	Sim

Estatuto da Entidade

Data da Aprovação:	18/01/2022
Data Inicial de Vigência:	18/01/2022
Data Final de Vigência:	-
Arquivo do Estatuto disponível?	Sim
Quadro Comparativo disponível?	Sim
Análise Técnica disponível?	Sim
Tipo do Documento	PORTARIA PREVIC
Número do Documento:	48
Data do Documento:	18/01/2022

DocuSign Envelope ID: 948BF1B6-C66D-43EE-B786-C9456647D48B

PROPOSTA TÉCNICA
DO PROCESSO SELETIVO Nº 221/2022

Ao
Grupo de Trabalho
Ref.: Processo Seletivo Edital Nº 221/2022

Prezados Senhores,

A Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – Fusan, estabelecida na cidade de Curitiba, no estado do Paraná, à Rua Ébano Pereira, 309 – Centro, vem por meio desta apresentar proposta para atuar como gestor do Plano de Benefícios dos servidores efetivos do Município de Francisco Beltrão PR.

Cumpre-nos informar que examinamos atentamente o instrumento convocatório e seus anexos, inteirando-nos de todas as condições para a elaboração da presente proposta.

1) CONDIÇÕES TÉCNICAS DA PROPOSTA

A) EXPERIÊNCIA DA ENTIDADE

A Fusan opera atualmente 3 (três) planos de previdência complementar. O FusanPrev, destinado aos empregados da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, em operação desde o ano de 2001 que em sua fase de acumulação está estruturado na modalidade de Contribuição Definida – CD, Viva Mais Previdência na modalidade Contribuição Definida - CD destinado aos familiares dos participantes vinculados aos planos administrados pela Fusan até o quarto grau de parentesco, em operação desde 09/01/2020 e o Viva Mais Multi Prefeituras na modalidade Contribuição Definida - CD destinado aos servidores dos Entes Federativos em início de operação, que obtiveram as rentabilidades entre os anos de 2017 e 2022, conforme descrito neste edital e comprovado com o documento anexo "Resenha Fusan – Desempenho dos Investimentos". Destaca-se que este documento encontra-se disponível aos participantes em área restrita denominada Portal do Participante, sendo que a Rentabilidade dos últimos 12 meses (01/04/2021 à 31/03/2022) está evidenciada na primeira página do documento (9,57%), a Rentabilidade dos últimos 24 meses (01/04/2020 à 31/03/2022) com evidência na segunda página na coluna 2 anos (23,95%), e a Rentabilidade dos últimos 60 meses (01/04/2017 a 31/03/2022) evidenciada na segunda página na coluna 5 anos (58,83%).

Também apresentamos os Relatórios Anuais de Informações – RAI dos anos de 2017 à 2021, os quais complementam as documentações comprobatórias, e demonstram as rentabilidades dos investimentos considerando os resultados consolidados dos investimentos nos exercícios anuais, conforme supracitados e disponível no Portal de Transparência (https://www.fundacaosanepar.com.br/?q=portal-da-transpar%C3%AAncia).

DocuSigned by:
Assinado por: CLAUDIA TRINDADE:51442701900
CPF: 51442701900
Papel: Diretora-Presidente
Data/Hora da Assinatura: 13/06/2022 10:35:34 BRT
ICP Brasil
DBD5E95966C34A90AEBFB331C741222A

DocuSign Envelope ID: 948BF1B6-C66D-43EE-B786-C9456647D48B

Marque a opção	I Rentabilidade últimos 12 meses Taxa acumulada da rentabilidade obtida nos últimos 12 meses Período compreendido entre 01/04/2021 à 31/03/2022	Pontuação
	Até 2,00%	0
	De 2,01% a 5,00%	1
	De 5,01% a 8,00%	2
X	De 8,01% a 11,00%	3
	Acima de 11,01%	4
Taxa Acumulada no Período % a.a. = 9,57%		

1. Assinalar no quadro acima qual é o enquadramento da entidade
2. Enviar documentos comprobatórios

Marque a opção	II Rentabilidade últimos 24 meses Taxa acumulada da rentabilidade obtida nos últimos 24 meses Período compreendido entre 01/04/2020 à 31/03/2022	Pontuação
	Até 6,00%	0
	De 6,01% a 10,00%	1
	De 10,01% a 15,00%	2
	De 15,01% a 20,00%	3
X	Acima de 20,01%	4
Taxa Acumulada no Período % a.a. = 23,95%		

1. Assinalar no quadro acima qual é o enquadramento da entidade
2. Enviar documentos comprobatórios

Marque a opção	III Rentabilidade últimos 60 meses Taxa acumulada da rentabilidade obtida nos últimos 60 meses Período compreendido entre 01/04/2017 à 31/03/2022	Pontuação
	Até 10,00%	0
	De 10,01% a 15,00%	1
	De 15,01% a 20,00%	2
	De 20,01% a 25,00%	3
X	Acima de 25,01%	4
Taxa Acumulada no Período % a.a. = 58,83%		

1. Assinalar no quadro acima qual é o enquadramento da entidade
2. Enviar documentos comprobatórios

DocuSigned by:
Assinado por: CLAUDIA TRINDADE:51442701900
CPF: 51442701900
Papel: Diretora-Presidente
Data/Hora da Assinatura: 13/06/2022 10:35:38 BRT
ICP Brasil
DBD5E95966C34A90AEBFB331C741222A

DocuSign Envelope ID: 948BF1B6-C66D-43EE-B786-C9456647D48B

Marque a opção	IV Ativo total EFPC (em milhões) em 31/12/2021 Ativo (recursos administrados)	Pontuação
	Até 100 milhões de reais	0,5
	De 100 milhões e um centavo a 500 milhões de reais	1
X	De 500 milhões e um centavo a 2 bilhões de reais	2
	De 2 bilhões e um centavo a 15 bilhões de reais	3
	Acima de 15 bilhões e um centavo de reais	4
Ativo total da EFPC em 31/12/2021 (recursos administrados) R$ 1.867.063.349,52 (um bilhão, oitocentos e sessenta e sete milhões, sessenta e três mil, trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).		

1. Assinalar no quadro acima qual é o enquadramento da entidade
2. Enviar documentos comprobatórios

Na tabela acima apresentamos o ativo consolidado referente aos planos administrados pela Fusan, FusanPrev e Viva Mais Previdência. Estas informações podem ser verificadas no Balanço Patrimonial, em anexo, disponível também no Portal de Transparência (https://www.fundacaosanepar.com.br/?q=portal-da-transpar%C3%AAncia)

Marque a opção	V Quantitativo de participantes EFPC em 31/12/2021 Nº de Participantes Ativos	Pontuação
	Até 1.000	0,5
	De 1.001 a 2.500	1
	De 2.501 a 5.000	2
X	De 5.001 a 15.000	3
	Acima de 15.001	4
Quantidade de participantes: 6.966		

1. Assinalar no quadro acima qual é o enquadramento da entidade
2. Enviar documentos comprobatórios

No quadro acima apresenta-se a quantidade total de participantes (desconsiderando a população assistida), considerando os dois planos administrados pela Fusan. Estas informações estão demonstradas no Relatório Anual de Informações – RAI do ano de 2021, em anexo, disponível também no Portal de Transparência: (https://www.fundacaosanepar.com.br/?q=portal-da-transpar%C3%AAncia).

DocuSigned by:
Assinado por: CLAUDIA TRINDADE:51442701900
CPF: 51442701900
Papel: Diretora-Presidente
Data/Hora da Assinatura: 13/06/2022 10:35:43 BRT
ICP Brasil
DBD5E95966C34A90AEBFB331C741222A

DocuSign Envelope ID: 948BF1B6-C66D-43EE-B786-C9456647D48B

Viva Mais Previdência Francisco Beltrão

FUSAN Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social

B - GOVERNANÇA

Experiência da diretoria executiva		
Tempo de experiência em previdência complementar – em anos inteiros		
Sequência	**Nome dos membros da diretoria executiva**	**Informar em anos inteiros (desprezar a fração)**
1	Cláudia Trindade Diretora-Presidente	**Total Diretoria + Conselho = 17 anos** **Diretoria Executiva = 14 anos** 12/05/2003 até 06/02/2011 01/07/2015 até 08/06/2022 **Conselho Deliberativo =3 anos** 01/03/2000 até 27/05/2002 - Eleita 28/05/2002 até 11/05/2003 – Designada
2	Dirceu Wichnieski (AETQ) Diretor Administrativo-Financeiro	**Diretoria Executiva: 9 anos** 01/02/2008 até 06/02/2011 01/08/2015 até 08/06/2022
3	Marcos César Todeschi Diretor de Seguridade	**Diretoria Executiva: 11 anos.** 07/02/2011 até 08/06/2022
MÉDIA (soma total dos anos inteiros divididos por 3): 12 anos		
MÉDIA (soma total dos anos inteiros divididos por 6): 6 anos		

Marque a opção	I Experiência da diretoria executiva Tempo de experiência/atuação em previdência complementar - em anos inteiros Anos de experiência comprovada (média obtida)	Pontuação
	0 a 5 anos	1
X	5 anos e 1 dia a 10 anos	2
	10 anos e 1 dia a 15 anos	3
	15 anos e 1 dia a 20 anos	4
	Acima de 20 anos e 1 dia	5

1. Listar os membros da diretoria executiva, identificando o tempo de experiência na coluna em números inteiros, desprezando a fração
2. Identificar a média obtida (soma total dos números inteiros divididos por 6)
3. Assinalar no quadro acima qual é o enquadramento/pontuação da entidade
4. Enviar documentos comprobatórios, através da apresentação de organograma da entidade, com comprovação de vínculo do membro e/ou documentos oficiais.

Anexos os currículos dos Diretores da Fusan, Termos de Posse para comprovação da Experiência em Previdência Complementar e Certificados da Formação Acadêmica.

DocuSigned by:
Assinado por: CLAUDIA TRINDADE:51442701900
CPF: 51442701900
Papel: Diretora-Presidente
Data/Hora da Assinatura: 13/06/2022 10:35:48 BRT
ICP Brasil
DBD5E95966C34A90AEBFB331C741222A

DocuSign Envelope ID: 948BF1B6-C66D-43EE-B786-C9456647D48B

Marque a opção	II Experiência da EFPC Tempo	Pontuação
	De 0 a 5 anos	1
	5 anos e 1 dia a 10 anos	2
	10 anos e 1 dia a 15 anos	3
	15 anos e 1 dia a 20 anos	4
X	Acima de 20 anos e 1 dia	5
Tempo de experiência: 40 ano (s), 0 mes (es), 02 dia (s)		

1. Assinalar no quadro acima qual é o enquadramento da entidade
2. Enviar documentos comprobatórios junto com este anexo

A comprovação da experiência da entidade deverá ser através da comprovação do CNPJ, e/ou alterações contratuais e/ou estatutos ou outros documentos oficiais. Deverá ficar devidamente comprovado desde qual data a atuação é como entidade fechada de previdência complementar.

Tempo de experiência da Entidade.

A Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – Fusan foi fundada em 08/06/1982, com a publicação do seu Estatuto no Diário Oficial da União e no CadPrevic. Anexos.

2- CONDIÇÕES ECONÔMICAS DA PROPOSTA

Informar a forma de custeio para a administração do plano por meio de taxas de administração e de carregamento, sendo a primeira cobrada em percentual sobre as reservas financeiras dos participantes, enquanto a segunda é o percentual calculado sobre as contribuições previdenciárias. Os valores apresentados nesta proposta devem ser expressos em percentual, com duas casas decimais.

Marque a opção	I Taxa de administração Taxa em percentual	Pontuação
	De 0,81% a 1%	0
	De 0,61% a 0,80%	3
	De 0,41% a 0,60%	7
	De 0,21% a 0,40%	11
X	De 0,00% a 0,20%	15
Taxa de administração: 0,00%		

1) Informar a taxa de administração
2) Assinalar no quadro acima qual é o enquadramento/pontuação da entidade
3) Enviar documentos comprobatórios

Em anexo a Declaração com os valores apresentados.

DocuSigned by:
Assinado por: CLAUDIA TRINDADE:51442701900
CPF: 51442701900
Papel: Diretora-Presidente
Data/Hora da Assinatura: 13/06/2022 10:35:53 BRT
ICP Brasil
DBD5E95966C34A90AEBFB331C741222A

DocuSign Envelope ID: 948BF1B6-C66D-43EE-B786-C9456647D48B

Marque a opção	II Taxa de carregamento Taxa em percentual	Pontuação
	De 7,01% a 9%	0
	De 5,01% a 7%	3
	De 3,01% a 5%	6
X	De 1,01% a 3%	9
	De 0,5% a 1,00%	12
	De 0,00% a 0,49%	15
Taxa de carregamento: 3,00%		

1) Informar a taxa de carregamento
2) Assinalar no quadro acima qual é o enquadramento/pontuação da entidade
3) Enviar documentos comprobatórios

Taxa de Carregamento (%)	**Taxa de Administração (%)**
3,00%	**0,00%**

Observa-se que conforme legislação vigente no segmento da previdência complementar, que está alicerçada nas Leis Complementares 108 e 109 de 2001 e nas resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar e da Previc, o custeio administrativo é avaliado e definido anualmente pela Avaliação Atuarial, observando a paridade entre patrocinadores, participantes e assistidos.

Informar o valor percentual das despesas administrativas acumuladas no ano de 2021 em relação ao total do ativo (recursos administrados) em 31/12/2021

Marque a opção	III Percentual de despesas administrativas em relação ao total de ativo Taxa em percentual	Pontuação
	Acima de 1,5%	0
	De 1% a 1,49%	2,5
	De 0,50% a 0,99%	5
X	De 0,20% a 0,49%	7,5
	Menor que 0,19%	10
% DESP.ADM. S/ TOTAL DO ATIVO: 0,40%		

1) Informar o percentual obtido
2) Assinalar no quadro acima qual é o enquadramento/pontuação da entidade
3) Enviar documentos comprobatórios

As despesas administrativas acumuladas no ano de **2021**, considerando os planos

DocuSigned by:
Assinado por: CLAUDIA TRINDADE:51442701900
CPF: 51442701900
Papel: Diretora-Presidente
Data/Hora da Assinatura: 13/06/2022 10:35:58 BRT
ICP Brasil
DBD5E95966C34A90AEBFB331C741222A

DocuSign Envelope ID: 948BF1B6-C66D-43EE-B786-C9456647D48B

FusanPrev e Viva Mais Previdência, totalizaram R$ 7.387.661,38, em relação ao ativo total administrado pela Fusan de R$ 1.867.063.349,52, perfazendo o percentual de **0,40%**, conforme dados constantes no Relatório Anual de Informações – RAI 2021 em anexo, disponível também no Portal de Transparência: (https://www.fundacaosanepar.com.br/?q=portal-da-transpar%C3%AAncia).

Informar o valor das despesas administrativas acumuladas no ano de 2021 em relação ao número participantes/assistidos em 31/12/2021

Marque a opção	IV Valor de despesas administrativas em relação ao número de participantes	Pontuação
	Em valor	
	Acima de R$ 2.500	0
	De R$ 2.000 a R$ 2.499	2,5
	De R$ 1.500 a R$ 1.999	5
	De R$ 1.000 a R$ 1.499	7,5
X	Menor que 1.000	10
DESP.ADM. S/ TOTAL DE PARTICIPANTES: R$ 737,37		

1) Informar o percentual obtido
2) Assinalar no quadro acima qual é o enquadramento/pontuação da entidade
3) Enviar documentos comprobatórios

As despesas administrativas acumuladas no ano de 2021 considerando os planos FusanPrev e Viva Mais Previdência, totalizaram R$ 7.387.661,38, em relação ao total de 10.019 participantes da Fusan perfazendo o valor de **R$ 737,37** por participante, conforme dados constantes no Relatório Anual de Informações – RAI 2021 em anexo, disponível também no Portal de Transparência: (https://www.fundacaosanepar.com.br/?q=portal-da-transpar%C3%AAncia).

Informar a necessidade e a forma de eventual pagamento de aporte inicial, a título de antecipação de contribuições futuras pelo Patrocinador.

A Fusan informa que por já possuir a infraestrutura necessária para a operação de planos de previdência complementar **não será necessário o aporte inicial.**

Marque a opção	V Necessidade de aporte	Pontuação
	Necessidade	
	Sim	0
X	Não	10
Aporte: R$ 0,00		

1) Informar o valor do aporte, caso deva ocorrer
2) Informar a forma do aporte, caso ocorra

DocuSigned by:
Assinado por: CLAUDIA TRINDADE:51442701900
CPF: 51442701900
Papel: Diretora-Presidente
Data/Hora da Assinatura: 13/06/2022 10:36:04 BRT
ICP Brasil
DBD5E95966C34A90AEBFB331C741222A

DocuSign Envelope ID: 948BF1B6-C66D-43EE-B786-C9456647D48B

3) Assinalar no quadro acima qual é o enquadramento/pontuação da entidade
4) Enviar documentos comprobatórios, nos moldes do Anexo IV, deste edital.

Em anexo a Declaração do Anexo IV.

3 – PLANO DE BENEFÍCIOS

A - SUPORTE PARA IMPLANTAÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO

Informar os canais e recursos ofertados para a implantação do plano e para o atingimento do público-alvo. Listar os canais de comunicação e atendimento dos participantes

A Fusan disponibilizará os seguintes canais de atendimento e comunicação para atingir o público-alvo na fase de implementação e demais etapas do processo:

a) Atendimento Telefônico pelo número 0800 200 2090, conforme evidenciado no https://fundacaosanepar.com.br/?q=entre-em-contato
b) Atendimento pelo representante regional de Francisco Beltrão que é responsável pelo atendimento da região, por meio de visitas periódicas a cidade, realização de reuniões com os participantes e demais ações de atendimento. O escritório está localizado à Av. Antônio Carneiro Neto, 2493 CEP - 85.601-090 São Cristóvão, Francisco Beltrão - PR, conforme evidenciado pelo link https://www.fundacaosanepar.com.br/?q=enderecos-e-telefones ;
c) Atendimento pelo site através do Fale Conosco disponível no site www.fundacaosanepar.com.br;
d) Atendimento via WhatsApp;
e) Atendimento pelo Chatbot da Fusan – Clara acessível pelo site, Facebook e aplicativo, disponível no site www.fundacaosanepar.com.br;
f) Acesso ao aplicativo da Fusan para solicitação de atendimento do Chatbot, regulamento do plano, informativo bimestral, e demais funcionalidades;
g) Atendimento pela ouvidoria disponível por e-mail telefone e carta para todos os participantes e demais interessados;
h) Site específico do plano Viva Mais Multi Prefeituras com canal de contato para atendimento e simuladores, acessível por computadores, tablets e celulares;
i) Atendimento presencial disponível também nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Telêmaco Borba, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Cornélio Procópio, Santo Antônio da Platina, Londrina, Apucarana, Maringá, Campo Mourão, Paranavaí, Umuarama, Cascavel, Toledo, Pato Branco, Francisco Beltrão e União da Vitória, conforme evidenciado pelo link https://www.fundacaosanepar.com.br/?q=enderecos-e-telefones ;
j) Extrato semestral para os participantes com saldo dos fundos, rentabilidade, e valores de contribuição.

DocuSigned by:
Assinado por: CLAUDIA TRINDADE:51442701900
CPF: 51442701900
Papel: Diretora-Presidente
Data/Hora da Assinatura: 13/06/2022 10:36:10 BRT
ICP Brasil
DBD5E95966C34A90AEBFB331C741222A

DocuSign Envelope ID: 948BF1B6-C66D-43EE-B786-C9456647D48B

Com relação aos canais de comunicação a Fusan oferta:

a) Informativo bimestral com acesso por meio virtual, conforme link (https://www.fundacaosanepar.com.br/?q=conexao ;
b) Comunicação por email marketing;
c) Comunicação pelas Mídias Sociais Facebook, Instagram, LinkedIn, You Tube e Spotify, conforme link (https://www.facebook.com/fundacaosanepar) , (https://www.instagram.com/fundacao_sanepar/)

(https://www.linkedin.com/in/funda%C3%A7%C3%B5es-sanepar-0570791a3)

(https://www.youtube.com/channel/UCEiE7WEWgfR2EcIpo-GQMsQ)

(https://open.spotify.com/show/03aZDdOJK7zOV25fHh6THL?si=7NsIVyiFReiaKe9FJ3ugaw&nd=1)

d) Divulgação de informações mensais por meio de canal de podcast, conforme link https://open.spotify.com/show/03aZDdOJK7zOV25fHh6THL?si=7NsIVyiFReiaKe9FJ3ugaw&nd=1;
e) Blog com divulgação de informações sobre finanças e previdência complementar, conforme disponível no link https://www.fundacaosanepar.com.br/?q=blog;
f) Site específico do plano Viva Mais Multi Prefeituras com conteúdo educacional e de divulgação do plano;
g) Lives de divulgação de dados e informações sobre o plano para os participantes e potenciais participantes;
h) Campanhas e concursos de estímulo à adesão ao plano e de informação com sorteio de brindes;
i) Ações de comunicação ativa com visita aos participantes e potenciais participantes para realização de reuniões de divulgação presenciais (quando adequado em função da pandemia);
j) Site específico do plano com explicações do funcionamento, simuladores de benefício e extratos;
k) Aplicativo para consulta de informações e solicitação de serviços e atendimento via chatbot;
l) Programa de educação financeira e previdenciária com acesso a EAD´s de educação financeira e previdenciária por meio da plataforma Google Classroom;
m) Atendimento presencial;
n) Atendimento telefônico;
o) Atendimento pelo WhatsApp;
p) Extrato semestral para os participantes com saldo dos fundos, rentabilidade, e valores de contribuição.

Informar a quantidade de Recursos Ofertados para implantação do plano (Identidade Visual, Plataforma Digital, Material impresso, treinamentos, palestras, canal de suporte, equipe dedicada etc.

Marque a opção	I Canais e recursos ofertados para implantação do plano	Pontuação
	Quantidade	
	0	0
	De 1 a 5	1

DocuSigned by:
Assinado por: CLAUDIA TRINDADE:51442701900
CPF: 51442701900
Papel: Diretora-Presidente
Data/Hora da Assinatura: 13/06/2022 10:36:15 BRT
ICP Brasil
DBD5E95966C34A90AEBFB331C741222A

DocuSign Envelope ID: 948BF1B6-C66D-43EE-B786-C9456647D48B

X	Acima de 5	2
Quantidade: 10		

1) Listar os canais e recursos ofertados
2) Informar a quantidade de canais e recursos ofertados
3) Assinalar no quadro acima qual é o enquadramento/pontuação da entidade
4) Enviar documentos comprobatórios

As evidências dos canais e recursos estão disponíveis nos links citados acima.
Listar os canais e recursos a serem utilizados para a execução desse plano. Listar as ações de educação financeira e previdenciária, os canais e ações em curso na EFPC;

A Fusan possui o Educa Ação – Programa de Educação Financeira e Previdenciária da Fusan, contendo diversos conteúdos sobre os temas, bem como palestras, simuladores, cartilhas, personagens, jogos, tirinhas, entre outros, conforme site do programa (https://www.fundacaosanepar.com.br/?q=educaacao).

Além do programa a Fusan disponibilizará:
a) Site específico do plano com explicações do funcionamento (cartilhas), simuladores de benefício e extratos;
b) Aplicativo para consulta de informações e solicitação de serviços e atendimento via chatbot;
c) Programa de educação financeira e previdenciária com acesso a EAD´s (cursos de Educação à Distância) de educação financeira e previdenciária por meio da plataforma Google Classroom;
d) Reuniões presenciais e lives de educação financeira, previdenciária e explicação do plano;
e) Campanhas de marketing de conteúdo voltadas a educação financeira e previdenciária;
f) Atendimento telefônico para dirimir dúvidas relativas ao plano, estratégias e solicitar informações sobre educação financeira e previdenciária;
g) Atendimento pelo WhatsApp para dirimir dúvidas relativas ao plano, estratégias e solicitar informações sobre educação financeira e previdenciária;
h) Extrato semestral para os participantes com saldo dos fundos, rentabilidade, e valores de contribuição, para acompanhamento de forma a possibilitar qeu o participante possa analisar os dados e tomar decisões informadas com relação a realização de aumentos de contribuição, aportes, etc...

Marque a opção	II Canais e recursos ofertados para execução do plano PLANO DE EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	Pontuação
X	Não contínuos (ex: cartilhas, cursos e palestras esporádicas)	0,5
X	Com duração continuada (ex: consultorias ou ciclos programados de educação)	1,5
Plano de Educação Previdenciária: Estruturado		

1) Listar os canais, recursos e ações ofertados
2) Assinalar no quadro acima qual é o enquadramento/pontuação da entidade, podendo

DocuSigned by:
Assinado por: CLAUDIA TRINDADE:51442701900
CPF: 51442701900
Papel: Diretora-Presidente
Data/Hora da Assinatura: 13/06/2022 10:36:20 BRT
ICP Brasil
DBD5E95966C34A90AEBFB331C741222A

DocuSign Envelope ID: 948BF1B6-C66D-43EE-B786-C9456647D48B

ser cumulativos
3) Enviar documentos comprobatórios

A evidência do Plano de Educação Financeira e Previdenciária está disponível no link citado acima.

B – BENEFÍCIOS DE RISCO
Informar os benefícios de risco oferecidos pelo plano

O Plano Viva Mais Multi Prefeituras oferecerá benefícios de risco por invalidez, morte ou sobrevivência, a partir da opção do Ente Federativo e/ou Participante. De acordo com a legislação, os benefícios de riscos serão contratados junto à uma Companhia Seguradora e contratados individualmente com cada participante. Desta forma, pode haver:
1- Parcela de Risco Morte;
2- Parcela de Risco Invalidez;
3- Parcela de Risco Sobrevivência.

Detalhamento dos Benefícios de Risco que serão oferecidos pelo Plano.

A Fusan oferecerá as parcelas de risco a partir de contratação com Seguradora, uma vez que a legislação dispõe que os riscos de planos de contribuição definida devem ser terceirizados. No Plano Multi Prefeituras o risco contratado junto a terceiros possui caráter opcional.

Para qualquer um dos benefícios, seja por morte ou invalidez, em que o participante contratou o risco (facultativo) e acontecer o sinistro, o Plano receberá da seguradora uma importância em reais que será incorporada no valor do benefício, tornando-o maior.

Quanto ao risco de sobrevivência, este poderá ser contratado quando o participante solicitar sua aposentadoria. Ao fazer a opção pelo risco de sobrevivência, a aposentadoria assume característica vitalícia, isto é, se o saldo de conta que paga a aposentadoria acabar enquanto estiver vivo, haverá pagamento, via apólice do seguro, da aposentadoria, de forma vitalícia (até o fim da vida).

<u>"Risco é todo acontecimento futuro e incerto, que independe da vontade humana e que não obedece a nenhuma lei conhecida". Assim, os três riscos apresentados: morte, invalidez ou sobrevivência, não possuem característica financeira e são considerados pareclas de riscos que se somam aos benefícios financeiros, conforme as legislações dos órgãos competentes:</u>

RESOLUÇÃO CNSP Nº 385, DE 9 DE JUNHO DE 2020 que cita em seu artigo 2º as coberturas passíveis de serem oferecidas por sociedades seguradoras autorizadas a operar em seguro de pessoas com o objetivo de cobrir os riscos relacionados aos planos de benefícios das EFPCs são: I - invalidez de participante de EFPC; II - morte de participante ou assistido de EFPC; III - sobrevivência de assistido de EFPC; e IV - desvios de hipóteses biométricas.

RESOLUÇÃO CNPC Nº 47, DE 1º DE OUTUBRO DE 2021 que cita em seu artigo 2º que a entidade poderá contratar seguro específico, com instituição autorizada a

DocuSigned by:
Assinado por: CLAUDIA TRINDADE:51442701900
CPF: 51442701900
Papel: Diretora-Presidente
Data/Hora da Assinatura: 13/06/2022 10:36:26 BRT
ICP Brasil
DBD5E95966C34A90AEBFB331C741222A

DocuSign Envelope ID: 948BF1B6-C66D-43EE-B786-C9456647D48B

funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – Susep, a fim de dar cobertura aos seguintes riscos em planos de benefícios: I – invalidez de participante; II – morte de participante ou assistido; III – sobrevivência do assistido; IV – desvios das hipóteses biométricas; e V – outros riscos atuariais ou financeiros.

RESOLUÇÃO PREVIC Nº 8, DE 23 DE MARÇO DE 2022 cita em seu artigo 3º que a EFPC poderá contratar seguro específico para cobertura dos seguintes riscos em planos de benefícios: I - invalidez de participante; II - morte de participante ou assistido; III - sobrevivência de assistido; IV - desvio das hipóteses biométricas; e V – outros riscos atuariais ou financeiros.

Marque a opção	I Quantidade de benefícios de riscos oferecidos	Pontuação
	Nenhum benefício	0
	De 1 a 2 benefícios	1
X	Mais de 2 benefícios	2
Quantidade de benefícios oferecidos ao participantes com contratação de risco: 3		

1) Listar os benefícios de risco oferecidos pelo plano
2) Assinalar no quadro acima qual é o enquadramento/pontuação da entidade
3) Enviar documentos comprobatórios

O documento que comprova os benefícios de risco é o Regulamento do Plano Viva Mais Multi Prefeituras**.**

4 – ASPECTOS COMPLEMENTARES DA PROPOSTA

Marque a opção	I Política de Investimentos da EFPC	Pontuação
	Disponibiliza?	
X	Sim	2
	Não	0

1. Assinalar no quadro acima qual é o enquadramento da entidade
2. Enviar documentos comprobatórios

Em anexo encaminhamos a Política de Investimentos do Plano FusanPrev, Viva Mais Previdência e Plano de Gestão Administrativa, a qual é disponibilizada a todos patrocinadores, instituidores, participantes e assistidos.

Marque a opção	II Apresentação da carteira aberta de Investimentos da EFPC	Pontuação
	Disponibiliza?	
X	Sim	2
	Não	0

DocuSigned by:
Assinado por: CLAUDIA TRINDADE:51442701900
CPF: 51442701900
Papel: Diretora-Presidente
Data/Hora da Assinatura: 13/06/2022 10:36:31 BRT
ICP Brasil
DBD5E95966C34A90AEBFB331C741222A

DocuSign Envelope ID: 948BF1B6-C66D-43EE-B786-C9456647D48B

1. Assinalar no quadro acima qual é o enquadramento da entidade
2. Enviar documentos comprobatórios

Apresentamos os Relatórios de Demonstrativo de Investimentos que contemplam a abertura da carteira de investimentos dos planos da Fusan, conforme cópia em anexo e também disponível em:
https://www.fundacaosanepar.com.br/?q=portal-da-transpar%C3%AAncia

DADOS DA PROPONENTE:

NOME:	FUSAN
RAZÃO SOCIAL:	Fundação Sanepar de Previdência de Assistência Social
CNPJ Nº:	75.992.438/0001-00
ENDEREÇO COMPLETO:	Rua Ébano Pereira, 309 - Centro - Curitiba - PR
TELEFONES:	(41) 3307-9110
E-MAIL:	claudia@fusan.com.br
VALIDADE DA PROPOSTA	90 dias

Curitiba, 13 de junho de 2022.

Assinatura do representante legal: DocuSigned by: Cláudia Trindade Assinado por: CLAUDIA TRINDADE:51442701900 CPF: 51442701900 Papel: Diretora-Presidente Data/Hora da Assinatura: 13/06/2022 10:35:24 BRT ICP Brasil DBD5E95966C34A90AEBFB331C741222A

Nome: Cláudia Trindade
Cargo: Diretora-Presidente

Rua Ébano Pereira, 309 - Centro - CEP: 80410-240 Curitiba - PR - TEL: (41) 3307-9005 FAX: 3307-9199 - CNPJ: 75.992.438/0001-00 - www.fundacaosanepar.com.br
1 Doc: Protocolo 6155/2022 | Anexo: 29_5_5_1_Política_de_Investimentos_2022_2026_Fusan_PGA.pdf (17/31) 16/584

DocuSign Envelope ID: 948BF1B6-C66D-43EE-B786-C9456647D48B

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO LEGAL

Ao
Grupo de Trabalho
Ref. Processo seletivo Edital nº 221/2022

Declaramos para os devidos fins de direito, referente processo seletivo instaurado pelo Município de Francisco Beltrão, que objetiva selecionar a entidade que apresente a proposta mais vantajosa para gestão dos recursos da previdência complementar dos servidores públicos municipais de Francisco Beltrão:

- ✓ que lemos atentamente a Lei Municipal nº 4872, de 15 de dezembro de 2021, que instituiu o Regime de Previdência Complementar no âmbito do município de Francisco Beltrão, bem como no Edital nº 221/2022,

- ✓ e que, caso seja selecionada, possui todos os requisitos legais estabelecidos, incluindo neste os parâmetros de contribuições dos servidores com remunerações abaixo e acima do teto do RGPS/INSS.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Curitiba/PR, 13 de junho de 2022.

DocuSigned by:
Cláudia Trindade
Assinado por: CLAUDIA TRINDADE:51442701900
CPF: 51442701900
Papel: Diretora-Presidente
Data/Hora da Assinatura: 13/06/2022 10:35:25 BRT
ICP Brasil
DBD5E95966C34A90AEBFB331C741222A

Cláudia Trindade

Diretora-Presidente

FUSAN
Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social

Desempenho dos Investimentos do FusanPrev - Plano de Contribuição Definida

Rentabilidade	Março 2022	12 meses	Desde 2001
	1,96%	9,57%	1069,70%

Principais acontecimentos no cenário econômico e político, que afetaram o mercado financeiro no mês:

Internacional

Março foi mais um mês de volatilidade nos mercados financeiros globais, que acompanharam os desdobramentos do conflito entre Rússia e Ucrânia, a imposição de novas medidas de restrição à mobilidade na China e às comunicações dos bancos centrais pelo mundo.

Além das lamentáveis questões humanitárias, a continuidade do confronto segue pressionando os preços de commodities energéticas, agrícolas e metálicas, e ao incorporarmos os potenciais impactos nas cadeias de suprimento que as restrições de mobilidade na China trazem, acompanhamos uma intensificação no debate das pressões inflacionárias e suas consequências para o crescimento global.

·Neste contexto, os bancos centrais têm reconhecido a persistência inflacionária maior do que esperada e ajustam suas comunicações buscando encontrar o nível de aperto monetário que ancore as expectativas de inflação e não reduza substancialmente o crescimento econômico de seus países.

Brasil

O Brasil surgiu como um dos principais beneficiários do mundo no mês passado, a despeito do momento de estresse global. São algumas as explicações: a distância geográfica da guerra, a condição de exportador de commodities, os juros elevados, a demanda por ativos de emergentes, justificando o forte fluxo de capital estrangeiro observado no mês de março.

Face a esse cenário, as principais classes de ativos do mercado financeiro no Brasil, tiveram o seguinte comportamento:

Ações

Mercado

Ao longo do mês, principalmente na segunda metade, o conflito entre Rússia e Ucrânia desacelerou, e ambos sinalizaram um caminho para possíveis acordos, o que agradou bastante aos mercados. Dessa forma, os índices de ações como S&P500 (mercado americano) e MSCI ACWI (mercados desenvolvidos e emergentes) performaram no campo positivo, com um retorno de 3,58% e 1,94% respectivamente.

No mercado local, o Ibovespa fechou o mês quase aos 120 mil pontos, representando uma alta de 6,06% no mês, alavancada pela busca de investidores à empresas expostas a commodities, o que pode ser observado pela elevação do fluxo de capital estrangeiro.

Renda Fixa

Mercado

Embora os dados de inflação estarem acima do esperado, os mercados foram impactados pelas comunicações do Banco Central Brasileiro, que após elevar a taxa Selic em 1 ponto percentual, para 11,75%, sugeriu que mais um aperto de mesma magnitude seria suficiente para o cumprimento da meta de inflação no horizonte relevante de política monetária. Tal comunicado gerou um fechamento na curva de juros (queda nas taxas).

Neste sentido os principais índices performaram no campo positivo, com destaque para os indexados à inflação, IMA-B e IMA-B 5, com retornos de 3,08% e 2,97% respectivamente. Já o CDI (índice de referência das aplicações financeiras de renda fixa no Brasil) foi de 0,92% no mês.

Moeda

Dólar

O dólar se valorizou contra as principais moedas de países desenvolvidos, já as moedas de países exportadores de commodities apresentaram valorização frente ao dólar, especialmente na América Latina.

Em relação a moeda brasileira o dólar manteve a tendência de queda, ao registrar desvalorização de -7,5% em março e de -14,6% no acumulado do ano. O Brasil continuou sendo favorecido pela forte entrada de capital externo, tanto no mercado financeiro quanto pelo lado comercial, com uma balança comercial forte.

FUSAN
Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social

FusanPrev - Plano de Contribuição Definida

Diante deste contexto, o Plano FusanPrev - CD apresentou uma ótima rentabilidade de **1,96%** no mês de março e no ano de 2022 acumulou alta de 3,83%, equivalente a 158% do CDI (índice de referência das aplicações financeiras de renda fixa no Brasil) e 244% da rentabilidade da caderneta de poupança. Em observações mais longas, o plano possui rentabilidade positiva de 29,92% em 3 anos, 58,83% em 5 anos, 182,63% em 10 anos e 1.069,70% desde seu início. Em todos esses períodos a rentabilidade foi bem superior ao da caderneta de poupança e do CDI.

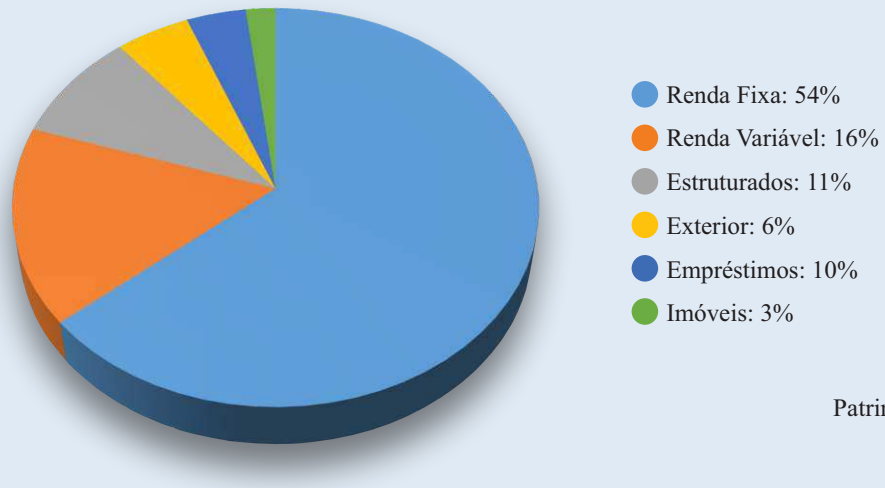
Rentabilidade FusanPrev - Plano de Contribuição Definida

	MARÇO	NO ANO 2022	1 ANO	2 ANOS	3 ANOS	5 ANOS	10 ANOS	DESDE 2001
FusanPrev CD	1,96%	3,83%	9,57%	23,95%	29,92%	58,83%	182,63%	1069,70%
-Renda Fixa	1,70%	3,28%	12,18%	21,34%	32,31%	59,71%	195,50%	650,49%
-Renda Variável	5,24%	12,70%	-2,02%	54,34%	23,24%	83,23%	108,49%	290,90%
-Exterior	-2,45%	-12,83%	-2,01%	12,35%	20,18%	-	-	-
-Outros Invest.(*)	1,37%	4,08%	15,43%	22,53%	29,35%	-	-	-
Indicadores								
CDI	0,92%	2,42%	6,42%	8,78%	14,69%	32,22%	122,81%	956,70%
IPCA	1,62%	3,20%	11,30%	18,09%	21,99%	30,99%	83,31%	275,16%
INPC	1,71%	3,42%	11,73%	19,48%	23,44%	31,22%	85,14%	291,49%
Dólar PTAX	-7,81%	-15,10%	-16,84%	-8,86%	21,59%	49,54%	160,04%	142,30%
Poupança	0,60%	1,67%	4,29%	6,05%	10,27%	22,38%	72,32%	321,27%
Ibovespa	6,06%	14,47%	2,89%	64,34%	25,77%	84,67%	85,98%	686,45%
IMA-B	3,07%	2,87%	4,50%	15,35%	25,90%	58,53%	137,35%	
Meta CD	2,12%	4,68%	17,52%	32,27%	44,08%	71,18%	219,42%	1193,60%

(*) Outros Invest., é composto por: Estruturado, Imóveis e Operações com Participantes

Veja abaixo como estão aplicados no mercado financeiro os recursos do FusanPrev - Plano de Contribuição Definida:

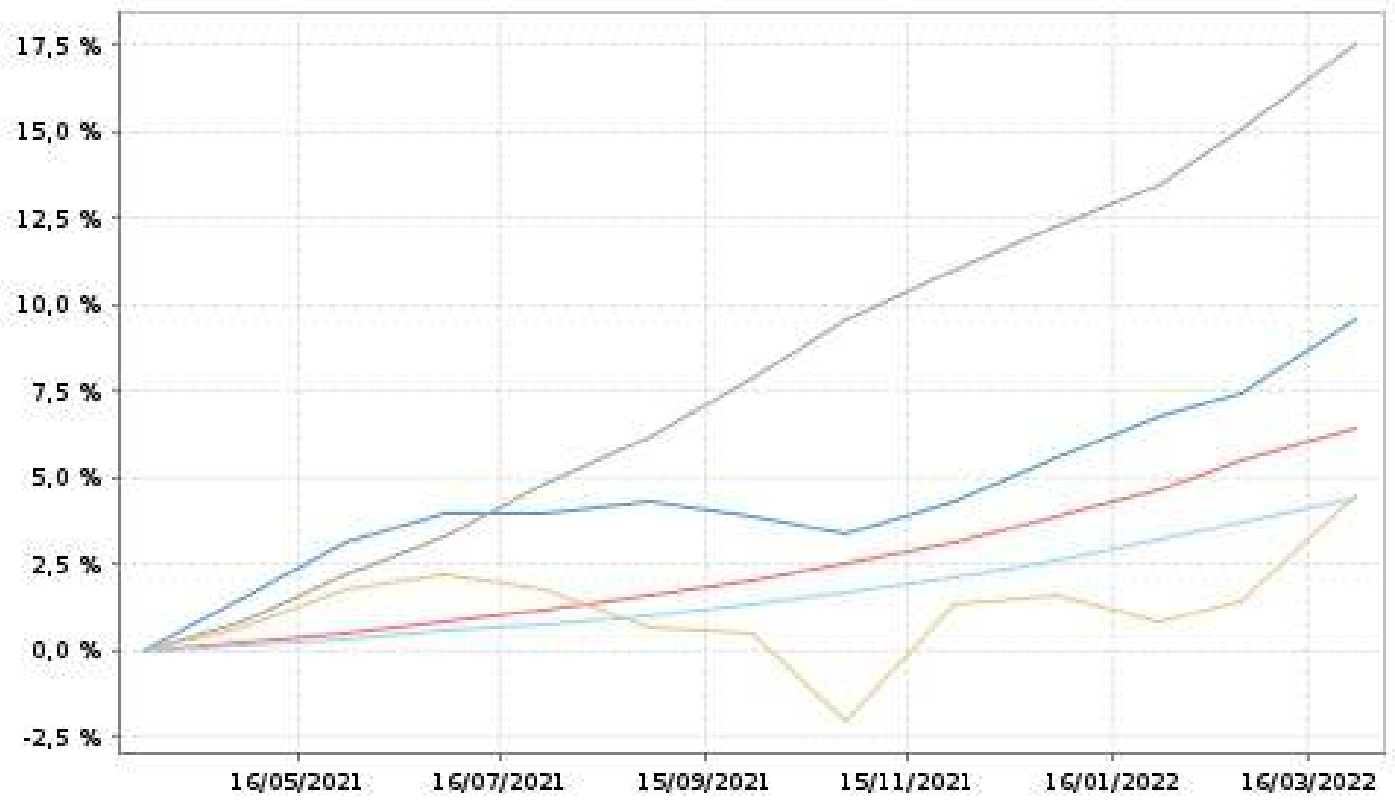
Alocação - março 2022



Patrimônio em 31/03/2022:
R$ 820.014.104,35

Desempenho do FusanPrev - Plano de Contribuição Definida em 12 meses

Retorno Acumulado - 01/04/2021 a 31/03/2022 (mensal)

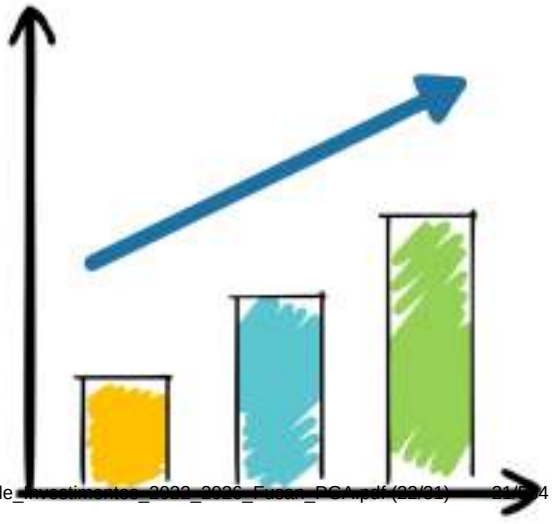


- Meta CD
- CDI
- IMA-B
- FUSANPREV CD
- Poupança (Selic)

Este material foi preparado pela Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, com fins meramente informativos e explicativos sobre o desempenho do plano FusanPrev, não considerando os objetivos de investimento, a situação financeira ou as necessidades individuais e particulares de cada participante e também não caracteriza uma recomendação de investimento. Lembre-se que rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura.

FUSAN
Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social

Relatório Anual Fusan 2017



1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 29_5_5_1_Politica_de_Investimentos_2022_2026_Fusan_PGA.pdf (22/31) 21/34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016	4
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016	10
PARECER ATUARIAL	34
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	40
PARECER DO CONSELHO FISCAL	43
PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO	43
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – 2017	44
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS 2018	48

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 29_5_5_1_Politica_de_Investimentos_2022_2026_Fusan_PGA.pdf (23/31) 22/584

INTRODUÇÃO

A Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – Fusan, entidade fechada de previdência complementar, com 9.491 participantes ativos e assistidos, sito à Rua Ébano Pereira, 309, Centro, Curitiba, Paraná, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia financeira, patrimonial e administrativa, instituída pela patrocinadora principal, Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, vem em cumprimento às exigências legais, apresentar aos participantes e assistidos o Relatório Anual do ano de 2017.

O presente documento tem como principal objetivo apresentar informações relevantes da administração do Plano de Previdência FusanPrev e do Plano de Gestão Administrativa - PGA, dentre elas, Demonstrações Contábeis, Demonstrativo de Investimentos e as informações sobre os gastos com a administração dos recursos.

A entidade ficou dispensada de entregar o Relatório Anual impresso devido à aprovação pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar do Relatório do Programa de Educação Financeira e Previdenciária, denominado "Educa Ação".

Em 2017, a TIR Nominal apurada foi de 11,33% que deduzida da inflação no período, medida pelo INPC/IBGE de 2,07%, e o juro atuarial de 5,75% ao ano, resultou em uma rentabilidade positiva líquida de 3,14%. O pagamento de benefícios teve aumento principalmente pela adesão de 275 participantes ao Plano de Aposentadoria Incentivada implantada pela Patrocinadora Sanepar, refletindo em 161 novas aposentadorias e 114 resgates de contribuição. Estas foram as principais variáveis que impactaram no resultado positivo do FusanPrev em R$ 25.830 mil, ocasionando a diminuição do déficit acumulado de R$ 27.145 mil para R$ 1.315 mil.

No Plano de Gestão Administrativo de 2017, mesmo com uma diminuição nas fontes de custeio em 3,46%, obtivemos resultado positivo de R$191 mil, gerados principalmente pela redução de 15,20% nas contingências administrativas e que somados com a diminuição de 0,26% nas despesas administrativas, produziu um aumento no fundo administrativo de R$3.776 mil para R$3.967 mil.

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 29_5_5_1_Politica_de_Investimentos_2022_2026_Fusan_PGA.pdf (24/31) 23/584

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

I - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores apresentados em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2017	2016
DISPONÍVEL	4.1	130	39
REALIZÁVEL		1.459.372	1.363.185
Gestão Previdencial	4.2	12.933	11.929
Gestão Administrativa	4.3	23.838	20.130
Investimentos	4.4	1.422.601	1.331.126
Ações		0	12.929
Fundos de Investimento		1.306.287	1.210.679
Investimentos Imobiliários		40.564	41.241
Empréstimos		75.647	66.198
Depósitos Judiciais/Recursais		103	79
PERMANENTE	4.5	203	226
Imobilizado		132	148
Intangível		71	78
TOTAL DO ATIVO		1.459.705	1.363.450

PASSIVO	Nota	2017	2016
EXIGÍVEL OPERACIONAL	6.1	10.866	17.253
Gestão Previdencial		9.472	6.812
Gestão Administrativa		913	1.104
Investimentos		481	9.337
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	6.2	24.661	21.253
Gestão Previdencial		1.331	1.767
Gestão Administrativa		23.226	19.407
Investimentos		104	79
PATRIMÔNIO SOCIAL		1.424.178	1.324.944
Patrimônio de Cobertura do Plano		1.406.988	1.312.479
Provisões Matemáticas	6.3	1.408.303	1.339.624
Benefícios Concedidos		770.011	709.251
Benefícios a Conceder		657.495	648.967
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(19.203)	(18.594)
Equilíbrio Técnico	8	(1.315)	(27.145)
Resultados Realizados		(1.315)	(27.145)
(-) Déficit Técnico Acumulado		(1.315)	(27.145)
FUNDOS	7	17.190	12.465
Fundos Previdenciais		10.039	5.630
Fundos Administrativos		3.967	3.776
Fundos dos Investimentos		3.184	3.059
TOTAL DO PASSIVO		1.459.705	1.363.450

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 29_5_5_1_Politica_de_Investimentos_2022_2026_Fusan_PGA.pdf (25/31) 24/584

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADA

PERÍODO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores apresentados em milhares de reais)

	DESCRIÇÃO	2017	2016	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	**1.324.944**	**1.166.743**	**13,56**
	1. Adições	**215.839**	**267.088**	**(19,19)**
(+)	Contribuições Previdenciais	63.135	59.226	6,60
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	143.917	198.300	(27,42)
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	26	-	100,00
(+)	Receitas Administrativas	8.063	8.265	(2,44)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	360	459	(21,57)
(+)	Constituição de Fundos de Investimento	338	838	(59,67)
	2. Destinações	**(116.605)**	**(108.887)**	**7,09**
(-)	Benefícios	(108.160)	(99.200)	9,03
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(666)	(100,00)
(-)	Despesas Administrativas	(6.022)	(6.039)	(0,28)
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(2.209)	(2.605)	(15,20)
(-)	Reversão de Fundos de Investimento	(214)	(377)	(43,24)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	**99.234**	**158.201**	**(37,27)**
(+/-)	Provisões Matemáticas	68.679	123.085	(44,20)
(+/-)	Superávit Técnico do Exercício	25.830	30.893	(16,39)
(+/-)	Fundos Previdenciais	4.409	3.682	19,74
(+/-)	Fundos Administrativos	191	81	135,81
(+/-)	Fundos dos Investimentos	124	460	(73,04)
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	**1.424.178**	**1.324.944**	**7,49**

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 29_5_5_1_Politica_de_Investimentos_2022_2026_Fusan_PGA.pdf (26/31) 25/584

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PERÍODO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores apresentados em milhares de reais)

	DESCRIÇÃO	2017	2016	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	**1.318.108**	**1.160.448**	**13,59**
	1. Adições	**210.886**	**261.659**	**(19,40)**
(+)	Contribuições	66.943	63.359	5,66
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	143.917	198.300	(27,42)
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	26	-	100,00
	2. Destinações	**(111.968)**	**(103.999)**	**7,66**
(-)	Benefícios	(108.160)	(99.200)	9,03
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(666)	(100,00)
(-)	Custeio Administrativo	(3.808)	(4.133)	(7,86)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	**98.918**	**157.660**	**(37,26)**
(+/-)	Provisões Matemáticas	68.679	123.085	(44,20)
(+/-)	Fundos Previdenciais	4.409	3.682	19,74
(+/-)	Superávit Técnico do Exercício	25.830	30.893	(16,39)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	**1.417.026**	**1.318.108**	**7,50**
	C) Fundos não previdenciais	**7.151**	**6.836**	**4,61**
(+)	Fundos Administrativos	191	81	135,81
(+)	Fundos dos Investimentos	124	460	(73,04)

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 29_5_5_1_Politica_de_Investimentos_2022_2026_Fusan_PGA.pdf (27/31) 26/584

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores apresentados em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2017	2016	Variação (%)
1. Ativos	**1.435.565**	**1.342.939**	**6,90**
Disponível	129	39	234,90
Recebível	16.901	15.706	7,60
Investimento	**1.418.535**	**1.327.195**	**6,88**
Ações	(0)	12.929	(100,00)
Fundos de Investimento	1.302.221	1.206.748	7,91
Investimentos Imobiliários	40.564	41.240	(1,64)
Empréstimos	75.647	66.198	14,26
Depósitos Judiciais/Recursais	103	79	39,02
2. Obrigações	**11.388**	**17.995**	**(36,72)**
Operacional	9.953	16.149	(38,35)
Contingencial	1.435	1.846	(22,25)
3. Fundos não Previdenciais	**7.151**	**6.836**	**4,63**
Fundos Administrativos	3.967	3.776	5,10
Fundos de Investimentos	3.184	3.060	4,04
5. Ativos Líquidos (1-2-3)	**1.417.026**	**1.318.108**	**7,50**
Provisões Matemáticas	757.267	699.633	8,24
Superávit / Déficit Técnico	(1.315)	(27.145)	(95,16)
Fundos Previdenciais	10.039	5.630	78,35
6 - Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(1.315)	(27.145)	(95,16)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	14.948	20.048	(25,44)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	**13.633**	**(7.097)**	**(292,10)**

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 29_5_5_1_Politica_de_Investimentos_2022_2026_Fusan_PGA.pdf (28/31) 27/584

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

PERÍODO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores apresentados em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2017	2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	**3.776**	**3.695**	**2,19**
1. Custeio da Gestão Administrativa	**8.422**	**8.724**	**(3,46)**
1.1. Receitas	**8.422**	**8.724**	**(3,46)**
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3.808	4.133	(7,86)
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.805	4.132	(7,91)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	449	0	100,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	360	459	(21,57)
2. Despesas Administrativas	**6.022**	**6.038**	**(0,26)**
2.1. Administração Previdencial	**3.055**	**3.133**	**(2,49)**
2.1.2. Despesas Específicas	**3.055**	**3.133**	**(2,49)**
Pessoal e encargos	2.064	2.120	(2,64)
Treinamentos/congressos e seminários	30	35	(14,29)
Viagens e estadias	37	36	2,78
Serviços de terceiros	597	623	(4,17)
Despesas gerais	198	186	6,45
Depreciações e amortizações	39	36	8,33
Tributos	59	59	-
Outras Despesas	31	38	(18,42)
2.2. Administração dos Investimentos	**2.967**	**2.905**	**2,13**
2.2.2. Despesas Específicas	**2.967**	**2.905**	**2,13**
Pessoal e encargos	2.140	2.041	4,85
Treinamentos/congressos e seminários	30	40	(25,00)
Viagens e estadias	45	52	(13,46)
Serviços de terceiros	396	423	(6,38)
Despesas gerais	223	214	4,21
Depreciações e amortizações	43	40	7,50
Tributos	61	61	-
Outras Despesas	29	34	(14,71)
3. Constituição de Contingências Administrativas	**2.209**	**2.605**	**(15,20)**
4. Sobra da Gestão Administrativa (1-2-3)	**191**	**81**	**135,81**
5 . Constituição do Fundo Adminstrativo (4)	**191**	**81**	**135,81**
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	**3.967**	**3.776**	**5,06**

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 29_5_5_1_Politica_de_Investimentos_2022_2026_Fusan_PGA.pdf (29/31) 28/584

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

PERÍODO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores apresentados em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2017	2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	**1.431.599**	**1.339.164**	**6,90**
1. Provisões Matemáticas	**1.408.303**	**1.339.624**	**5,13**
1.1. Benefícios Concedidos	**770.011**	**709.251**	**8,57**
Benefício Definido	770.011	709.251	8,57
1.2. Benefícios a Conceder	**657.494**	**648.967**	**1,31**
Contribuição Definida	**651.036**	**639.991**	**1,73**
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	315.116	316.291	(0,37)
Saldo de contas - parcela participantes	335.920	323.700	3,78
Benefício Definido	**6.458**	**8.976**	**(28,05)**
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	**(19.202)**	**(18.594)**	**3,27**
(-) Serviço passado	**(540)**	**(530)**	**1,89**
(-) Participantes	(540)	(530)	1,89
(-) Déficit equacionado	**(18.662)**	**(18.064)**	**3,31**
(-) Patrocinador(es)	(6.558)	(6.248)	4,96
(-) Participantes	(135)	(129)	4,65
(-) Assistidos	(11.969)	(11.687)	2,41
2. Equilíbrio Técnico	**(1.315)**	**(27.145)**	**(95,16)**
2.1. Resultados Realizados	(1.315)	(27.145)	(95,16)
(-) Déficit técnico acumulado	(1.315)	(27.145)	(95,16)
3. Fundos	**13.223**	**8.690**	**52,16**
3.1. Fundos Previdenciais	10.039	5.630	78,31
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.184	3.060	4,05
4. Exigível Operacional	**9.953**	**16.149**	**(38,37)**
4.1. Gestão Previdencial	9.472	6.812	39,05
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	481	9.337	(94,85)
5. Exigível Contingencial	**1.435**	**1.846**	**(22,26)**
5.1. Gestão Previdencial	1.331	1.767	(24,67)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	104	79	31,65

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 29_5_5_1_Politica_de_Investimentos_2022_2026_Fusan_PGA.pdf (30/31) 29/584

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016.

(Valores expressos em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, localizada à Rua Ébano Pereira, 309 - Curitiba – Paraná, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em 08 de junho de 1982 sob a forma de Fundação, pela patrocinadora Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, tendo como objetivo assegurar aos participantes e seus dependentes legais, os seguintes benefícios previdenciários:

- Renda mensal vitalícia normal;
- Renda mensal vitalícia antecipada;
- Renda mensal vitalícia diferida;
- Renda mensal por invalidez;
- Renda mensal de auxílios doença e acidente;
- Renda mensal de pensão por morte;
- Pecúlio por morte; e
- Abono anual.

A Fusan é patrocinada pelas seguintes empresas:

- Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR
- Fundação Sanepar de Assistência Social; e
- Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN.

A FUSAN administra, atualmente, o plano de benefícios da Entidade, denominado de FusanPrev, que é composto de obrigações nas modalidades: (a) contribuição definida para os benefícios programados para os participantes ativos e (b) benefício definido para os participantes na fase de recebimento dos benefícios, bem como, para todos os benefícios de risco (aposentadorias por invalidez, pensão, auxílio doença e auxílio acidente). Foi aprovado pela Secretaria da Previdência Social – SPC, no Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, através do Ofício SPC/COJ sob nº 2.802, de 14 de setembro de 2000.

A gestão dos investimentos é realizada por meio de gestores contratados, conforme definido na política de investimentos e acompanhada internamente pela Gerência de Investimentos, Diretoria Executiva, Comitê de Investimentos, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal.

O quadro de participantes da FUSAN em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 era o seguinte:

Estatísticas de Participantes Ativos e Assistidos		
Item	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Nº de participantes	6.823	7.047
Ativos	6.695	6.920
Autopatrocinados	99	98
Vinculados (BPD*)	29	29
Assistidos	2.668	2.500
TOTAL	9.491	9.547

* BPD: Benefício Proporcional Diferido

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 29_5_5_1_Politica_de_Investimentos_2022_2026_Fusan_PGA.pdf (31/31) 30/584

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar - EFPC, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, bem como alterações posteriores, e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis, em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. Outras características apresentadas nas demonstrações contábeis: Balancete por Plano de Benefícios Previdencial, Balancete do Plano de Gestão Administrativa e Balancete Consolidado.

A Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, obriga o registro do Plano de Gestão Administrativa - PGA separado do Plano de Benefícios.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 19 de fevereiro de 2018, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS, ITENS AVALIADOS E CRITÉRIOS ADOTADOS

a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas ou Variações Positivas e Deduções ou Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas ou Variações Positivas e Deduções ou Variações Negativas do Fluxo de Investimentos, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

b) Provisões Matemáticas e Fundos de Gestão Previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder dos participantes ativos e assistidos.

c) Estimativas Atuarias e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2017 e 2016, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente pelo profissional responsável pelo plano, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que administram as ações.

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 28_5_5_1_Politica_de_Investimentos_2022_2026_Fusan_Plano_FusanPrev.pdf (32/40) 31/584

d) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD
A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendo conforme o número de dias de atraso, atendendo o disposto no Item 11, Anexo "A" da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

e) Ativo Realizável – Fluxo dos Investimentos

Registra e controla as aplicações dos recursos garantidores da Entidade nos diversos segmentos de mercado financeiro, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução BACEN nº 4275, de 31 de outubro de 2013.

I. Renda Fixa

Registra os investimentos no mercado financeiro renda fixa, com remuneração diversa em taxas pré-fixadas e pós-fixadas. As aplicações em renda fixa (Fundos de Investimentos), apresentadas no balanço patrimonial, estão valoradas em conformidade com a Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de Janeiro de 2002 alterada pela Resolução MPAS/CGPC nº 08, de 19 de junho de 2002. De acordo com este dispositivo legal as aplicações estão segregadas em títulos para negociação e títulos mantidos até o vencimento. Os títulos para negociação estão avaliados a mercado, enquanto os títulos mantidos até o vencimento estão registrados pelo custo acrescidos dos respectivos rendimentos até a data do balanço.

II. Renda Variável

Registra as ações, as cotas de fundos de investimentos e de fundos de investimentos em cotas de fundos de investimentos em ações. As aplicações em fundos de ações estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos ou perdas auferidas até a data do encerramento do exercício.

III. Fundos de Investimentos

Os fundos de investimentos exclusivos e condominiais de renda fixa são registrados pelo valor aplicado, devidamente atualizado pela cota do último dia do exercício, conforme divulgada pelos respectivos administradores. Nos casos em que o único quotista seja a entidade, esta deverá definir como será calculada a rentabilidade de cada papel, se na curva ou a mercado.

IV. Investimentos Imobiliários

Registra os investimentos imobiliários ao custo de aquisição, devidamente ajustados a valor de mercado por reavaliações suportadas em laudos técnicos (conforme nota 4.4 d), deduzidos da depreciação acumulada e acrescidos dos alugueis a receber, conforme determina a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução MPS/PREVIC nº 14, de 12 de novembro de 2014. As depreciações são calculadas pelo método linear pelo prazo de vida útil dos imóveis reavaliados, sendo que sua contrapartida é registrada como despesa no fluxo de investimentos.

V. Investimentos Estruturados

Registra as cotas de fundos de investimento em participações, as cotas de fundos de investimentos em cotas de fundos de investimento em participações, as cotas de fundos de investimento e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado cujos regulamentos observem exclusivamente a legislação estabelecida pela CVM.

VI. Operações com Participantes

Registra as operações de empréstimos concedidos aos participantes (ativos e assistidos). As operações efetuadas

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 28_5_5_1_Politica_de_Investimentos_2022_2026_Fusan_Plano_FusanPrev.pdf (33/40) 32/584

na modalidade simples são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescidas de juros de 0,9% ao mês. A carteira conta com mais duas modalidades de empréstimos: Curto Prazo e 13º salário, com taxa de juro pré-fixado de 1,25% ao mês.

f) Gestão Previdencial

Registra os créditos decorrentes das contribuições previdenciárias vinculadas ao plano de benefícios, segregando as contribuições dos participantes, assistidos e das patrocinadoras. As contribuições dos autopatrocinados são escrituradas pelo regime de caixa. As provisões para o recebimento da parcela de contribuições sobre o 13º salário são contabilizadas mensalmente à razão de 1/12 do valor das remunerações e ajustadas no mês do pagamento.

g) Gestão Administrativa

Registra e controla os recursos necessários à cobertura das despesas com administração, repassados ao Plano de Gestão Administrativa - PGA pelo Plano Previdencial e de Investimentos, conforme fontes de custeio definidos no Regulamento do PGA do Plano de Benefícios FusanPrev, em atendimento ao disposto no item 27, das Normas Gerais, do Anexo "C", da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) e mais o resultado dos investimentos do Fundo do PGA, deduzidas das despesas da administração previdencial e dos investimentos, bem como as constituições e reversões de contingências administrativas, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado do plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes ativos e assistidos do plano.

h) Permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

Os itens que compõem o Ativo Imobilizado são depreciados e amortizados pelo método linear, de acordo com avida útil econômica do bem estimada na aquisição.

No registro contábil das depreciações e amortizações são observadas as seguintes regras:

- as amortizações e depreciações, calculadas por método linear, são contabilizadas mensalmente, como redutoras nas respectivas contas do ativo, tendo suas contrapartidas registradas no resultado do PGA.

i) Exigível Operacional

Gestão Previdencial

Registra as obrigações relativas à folha de pagamentos de benefícios previdenciários e tributos pertinentes.

Gestão Administrativa

Registra as obrigações relativas à gestão administrativa, tais como folha de pagamento de empregados, provisões de férias e 13º salário e seus respectivos encargos, dívidas decorrentes da prestação de serviços de terceiros e outros.

Investimentos

Registra as obrigações relativas às aplicações de recursos.

j) Exigível Contingencial

As provisões para contingências são avaliadas periodicamente e são constituídas considerando a avaliação da administração e de seus consultores jurídicos, sendo consideradas suficientes para cobrir perdas prováveis decorrentes desses processos. Essas ações estão classificadas entre gestão previdencial, administrativa e de investimentos, de acordo com sua natureza.

Gestão Previdencial

Registra as provisões para suportar as perdas consideradas prováveis com base na avaliação jurídica de cada ação ajuizada contra a Entidade.

Gestão Administrativa

Registra as provisões relativas a litígios da Gestão Administrativa, incluindo as trabalhistas, tributárias e fiscais, cujas decisões futuras podem gerar desembolso pela Entidade.

Investimentos

Refere-se às contingências administrativas sobre PIS e COFINS, somados ao IPTU do imóvel de uso próprio, depositados judicialmente, conforme comentado na nota “6.2 – b2”.

k) Patrimônio de Cobertura do Plano

Provisões Matemáticas

Representa os valores relativos aos compromissos com participantes assistidos e ativos, segregados em provisões matemáticas de benefícios concedidos, provisões matemáticas de benefícios a conceder e provisões matemáticas a constituir, demonstrado conforme Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013 (Quadro VI – Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios). Estes valores são calculados pelo atuário responsável pelo plano com base em estudo atuarial.

Equilíbrio Técnico

Representa o resultado acumulado do plano de benefício podendo ser superávit técnico ou o déficit técnico.

Regime Financeiro

O Plano FusanPrev adota o Regime Financeiro de Capitalização para o cálculo das Provisões Matemáticas das rendas programadas. Na pensão e pecúlio por morte é adotado o Regime de Repartição por Capital de Cobertura e no auxílio doença utiliza-se o Regime de Repartição Simples. A Provisão Matemática é o resultado dos cálculos atuariais do custo dos Benefícios a ser pago aos Participantes, deduzidos das contribuições futuras. As contribuições dos Participantes vertidas ao plano são registradas em Fundos Individuais.

Benefícios Concedidos

Corresponde à diferença entre o valor atual dos Benefícios Concedidos e o valor atual de contribuições a serem recolhidas pelos assistidos e beneficiários, de acordo com o plano de custeio vigente.

Benefícios a Conceder

Corresponde à diferença entre o valor atual dos Benefícios a serem concedidos aos Participantes e respectivos Beneficiários e o valor atual das contribuições futuras dos Participantes e das Patrocinadoras, para a sustentação dos referidos Benefícios, de acordo com o plano de custeio vigente.

Provisões Matemáticas a Constituir

Registra o Déficit Equacionado pelas patrocinadoras, participantes e assistidos (ver notas 11.4 - Ajustes de Precificação dos Títulos Públicos Federais e 11.5 – Equilíbrio Técnico Ajustado), bem como os valores a receber relativos ao Termo de Ajustamento de Conduta (ver nota 11.1) e joia dos participantes.

l) Fundos

Fundos são valores constituídos com finalidades específicas de acordo com sua origem previdencial, administrativa e investimentos.

Fundos Previdenciais

Representa os fundos de natureza previdencial amparados por estudos e cálculos atuariais, destinados prioritariamente à cobertura dos Benefícios concedidos e de risco. Encontra-se nesta conta, adicionalmente, as contribuições individuais e patronais a resgatar de participantes desligados da empresa e do plano (ver notas 7.1).

Fundos Administrativos

Representa e registra a diferença entre os recursos arrecadados e os consumidos, pertencentes à gestão administrativa. É corrigido mensalmente levando em conta o resultado líquido dos investimentos pertencentes ao Plano de Gestão Administrativa.

Fundo dos Investimentos

Registra os valores arrecadados para cobertura de riscos em caso de falecimento de participantes que detenham contratos ativos de empréstimos e, depois de esgotadas todas as possibilidades de cobrança de contratos pendentes de pagamentos. A sua constituição ocorre pela cobrança juntamente com as parcelas de empréstimos e a sua reversão em virtude de falecimento do participante que possua saldo devedor no contrato. É corrigido mensalmente pela cota do plano de benefícios. Os recursos necessários e julgados convenientes sobre o aspecto da qualidade dos ativos, riscos de perdas de qualquer natureza, incluindo riscos de realização, estão sob responsabilidade de julgamento da administração.

m) Fluxo dos Investimentos

Representa as transferências de recursos entre o Fluxo de Investimentos e as Gestões Previdencial e Administrativa, decorrentes dos resultados positivos ou negativos dos investimentos.

4 REALIZÁVEL

4.1 Disponível

Registra os saldos bancários disponíveis em contas correntes em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	R$Mil	
Disponível	2017	2016
Banco Itaú	130	37
Caixa Econômica Federal	0	2
	130	39

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 28_5_5_1_Politica_de_Investimentos_2022_2026_Fusan_Plano_FusanPrev.pdf (36/40) 35/584

4.2 Gestão Previdencial

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são apresentados a seguir:

REALIZÁVEL Gestão Previdencial	R$Mil 2017	 2016
Contribuições normais do mês	4.653	4.574
Contribuições sobre 13º salário	4.458	4.402
Contribuições contratadas / TAC (nota a)	76	83
Depósitos Judiciais / Recursais (nota b)	3.746	2.870
Recursos a Receber	**12.933**	**11.929**

a) Em 2016, através do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado com a PREVIC (ver nota 11.1) passou a gerar contribuições dos participantes que optaram em recompor o saldo do fundo de reserva.

b) Os depósitos judiciais e recursais são ações em andamento de Expurgos Inflacionários (ver nota 6.2 - a).
Em 2016, a Fusan ofereceu um imóvel comercial no valor de R$ 1.720 para garantir o juízo de ação de expurgos inflacionários ingressado por participante assistido. Com essa medida, não houve saída de recursos financeiros dos investimentos que continuaram aplicados no mercado financeiro e o imóvel comercial rentabilizado através do aluguel.

4.3 Gestão Administrativa

A composição dos valores a realizar da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

Gestão Administrativa	R$Mil 2017	 2016
Contas a receber	1.000	1.109
Despesas antecipadas	132	114
Depósitos judiciais / Recursais	22.706	18.907
	23.838	**20.130**

Os depósitos judiciais e recursais referem-se ao recolhimento de tributos de PIS e COFINS incidentes sobre as receitas administrativas e pagamentos dos gastos com os dirigentes.

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 28_5_5_1_Politica_de_Investimentos_2022_2026_Fusan_Plano_FusanPrev.pdf (37/40) 36/584

4.4 Investimentos (Plano Previdencial e PGA)

	R$ Mil	
	2017	2016
a) AÇÕES (ver nota 4.4.a)	-	12.929
Ações de Companhias Abertas	-	12.929
b) FUNDOS DE INVESTIMENTOS	1.306.287	1.210.679
Referenciados	4.066	6.399
Renda Fixa	1.119.021	1.052.530
Ações	85.075	81.736
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	583	1.012
Fundo de Invest. em Participações - FIP	97.542	69.002
c) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	40.564	41.241
ALUGUEIS E RENDAS	**40.564**	**41.241**
Uso Próprio	3.023	3.049
Locadas a Patrocinadora(s)	7.759	7.953
Locadas a Terceiros	25.290	25.712
Rendas de Participações	4.492	4.527
d) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	75.647	66.198
Empréstimos Diversas Modalidades	73.946	64.741
Empréstimos Não Recebidos	550	263
(-) Provisão Para Perda 25% (atraso de 61 a 120 dias)	(143)	(40)
(-) Provisão Para Perda 50% (atraso de 121 a 240 dias	(73)	(45)
(-) Provisão Para Perda 75% (atraso de 241 a 360 dias	(59)	(75)
(-) Provisão Para Perda 100% (atraso acima de 360 dias	(427)	(397)
Empréstimos a Receber	1.704	1.620
Empréstimos em Cobrança Judicial	204	194
Empréstimos a Conciliar	(55)	(61)
e) DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	103	79
TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS	1.422.601	1.331.126

Os Fundos de Investimentos e Ações estão custodiados no Banco Itaú-Unibanco S.A.

4.4 Investimentos (Plano Previdencial e PGA) - Continuação

4.4.a - Após o recebimento dos valores negociados, as ações ordinárias e preferenciais dos **Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.(TPPF)** pertencentes à Fusan que estavam em custódia, foram transferidas para os respectivos compradores no exercício de 2017.

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 28_5_5_1_Politica_de_Investimentos_2022_2026_Fusan_Plano_FusanPrev.pdf (38/40) 37/584

Classificação dos Títulos:

	R$MIL 2017	2016
a.1) Ações de Companhias Abertas	**-**	**12.929**
Terminais Portuários Ponta do Félix S.A.	-	12.929
b.1) Fundos de Investimentos	**1.306.287**	**1.210.679**
Fundo Referenciado - DI (Consolidado: Plano de Benefícios e PGA)	**4.066**	**6.399**
Itaú DTVM S.A		
Itau Institucional Referenciado DI - Fundo de Investimento	-	2.468
Itaú DTVM S.A		
Itau Soberano Referenciado Di Longo Prazo Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	4.066	3.931
Renda Fixa	**1.119.021**	**1.052.530**
a) Para negociação - Marcação a Mercado		
a.1) Fundos Investimentos Exclusivos	**603.073**	**545.095**
Brasil Plural Gestão de Recursos LTDA		
Brasil Plural Iraí Fundo de Investimento Multimercado	30.977	28.201
Novero Investimentos LTDA		
Novero Miringuava Fundo de Investimento Renda Fixa Credito Privado	1.683	-
Grupo J.Malucelli DTVM		
Jmalucelli Tingui Fundo de Investimento Renda Fixa	74.650	67.503
Sul América Investimentos DTVM		
Sul America Tibagi Fundo de Investimento Renda Fixa Credito Privado	121.914	110.457
BRAM Bradesco Asset Manag. S.A.		
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Passauna	321.176	289.067
Western Asset Management Company DTVM LTDA		
Western Asset Iguacu Fundo de Investimento Renda Fixa Credito Privado	52.673	49.867
b) Títulos mantidos até o vencimento		
b.1) Fundos Investimentos Exclusivos	**515.948**	**507.435**
BRAM Bradesco Asset Manag. S.A. DTVM		
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Passauna	477.693	464.235
Novero Investimentos LTDA		
Novero Miringuava Fundo de Investimento Renda Fixa Credito Privado	38.255	43.200

Classificação dos Títulos:--Continuação

	R$MIL 2017	2016
c) Ações	**85.075**	**81.736**
c.1) Fundos Condominiais	**85.075**	**81.736**
BlackRock Brasil Gestora de Investimentos S/A		
Blackrock Institucional Ibovespa Fundo de Investimento em Acoes	23.662	23.383
Itaú DTVM S/A		
Itau Institucional Fund Of Funds Acoes - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	31.394	24.728
Vinci Equities Gestora de Recursos DTVM		
Vinci Gas Valor Smll Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Acoes	-	3.268
BRAM Bradesco Asset Manag. S.A. DTVM		
Bradesco Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Acoes Ibovespa Regimes de Previdencia	26.093	21.261
Sul América Investimentos DTVM S.A.		
Sul America Expertise Fundo de Investimento em Acoes	859	6.746
Sul America Expertise II Fundo de Investimento em Acoes	3.067	2.350
d) Fundos Investimentos em Direitos Creditórios	**583**	**1.012**
Vinci Capital Gestora de Recursos LTDA.		
Vinci Credito e Desenvolvimento I - Fundo de Investimento em Direitos Creditorios	583	1.012
e) Outros	**97.542**	**69.002**
e.1) Fundos de Investimentos em Participações - FIP	**28.673**	**22.637**
Pátria Investimentos LTDA		
Patria Special Opportunities I - Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento em Participacoes	13.904	13.432
Brasil Plural Gestão de Recursos LTDA		
Brasil Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participacoes	2.365	2.016
Lacan Florestal DTVM		
Fundo de Investimento em Participacoes - Lacan Florestal	6.937	5.979
Pátria Investimentos LTDA		
P2 Brasil Infraestrutura III - Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Participacoes	3.574	1.210
Lacan Florestal DTVM		
Fundo de Investimento em Participacoes - Lacan Florestal II	1.893	-
e.2) Fundos Multimercados	**68.869**	**46.365**
Mauá Capital LTDA		
Mauá Macro II Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos Multimercado (M)	15.920	-
Safra Asset Management LTDA		
Safra Galileo Fundo de Investimento Multimercado (M)	17.766	15.500
Garde Asset Management Gestão de Recursos Ltda		
Garde Dumas FIC de FIM (M)	17.667	15.420
Kinea Investimentos Ltda		
Kinea Chronos Fundo de Investimento Multimercado (M)	17.516	15.445

Classificação dos Títulos:--Continuação

Composição dos Investimentos em Renda Fixa	R$MIL 2017	2016
Fundos Investimentos Exclusivos - Marcados a Mercado	**603.073**	**545.095**
Fundos Investimentos Exclusivos - Mantidos até o Vencimento	**515.948**	**507.435**
TOTAL DE RENDA FIXA	**1.119.021**	**1.052.530**

Composição da Carteira de Renda Fixa a Mercado	R$MIL 2017	2016
Fundos Investimentos Exclusivos	603.073	545.095
Fundo Multimercado Renda Fixa	-	-
Fundo Referenciado - DI (Consolidado: Plano de Benefícios e PGA)	4.066	6.399
Fundos Investimentos em Direitos Creditórios	583	1.012
Total	**607.722**	**552.506**

Vencimento dos Papéis Renda Fixa a Mercado	2017	2016
Até 60 dias	50.125	53.175
De 61 a 180 dias	33.370	14.586
De 181 a 360 dias	109.474	25.677
Acima de 361 dias	414.753	459.068
Total	**607.722**	**552.506**

Vencimento dos Papéis Renda Fixa Mantidos até o Vencimento	2017	2016
Até 60 dias	-	-
De 61 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	7.851	1.945
Acima de 361 dias	508.097	505.490
Total	**515.948**	**507.435**

A totalidade dos títulos de Renda Fixa e Renda Variável encontra-se devidamente registrada na CETIP S.A. – Mercados Organizados ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, de acordo com a sua natureza. O vencimento dos papéis dos Fundos Exclusivos foi elaborado em conformidade com a CGPC 04/2002.

Os títulos públicos do Fundo de Investimento Exclusivo Bradesco Renda Fixa Passaúna mantidos até o vencimento e marcados na curva, tem a seguinte composição:

NATUREZA	DATA DE VENCIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	PREÇO UNITÁRIO DE MERCADO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	15/08/18	1.660	3.090	5.129	3.154	5.236
NTN-B	15/08/20	3.000	3.068	9.203	3.259	9.778
NTN-B	15/05/21	3.761	3.043	11.446	3.221	12.115
NTN-B	15/08/22	8.565	2.953	25.294	3.268	27.991
NTN-B	15/05/23	9.972	2.893	28.854	3.218	32.090
NTN-B	15/08/24	7.775	3.028	23.546	3.269	25.419
NTN-B	15/08/26	670	3.092	2.072	3.150	2.111
NTN-B	15/08/30	16.400	3.002	49.226	3.307	54.234
NTN-B	15/05/35	3.344	2.998	10.025	3.279	10.966
NTN-B	15/08/40	2.170	3.027	6.569	3.351	7.272
NTN-B	15/05/45	11.625	2.966	34.479	3.296	38.319
NTN-B	15/08/50	77.105	3.042	234.549	3.358	258.913
NTN-B	15/05/55	12.140	2.899	35.192	3.338	40.521
TOTAL		**158.187**		**475.584**		**524.968**

A diferença entre os valores marcados na curva devidamente contabilizados (R$ 475.584) e os valores calculados a mercado (R$ 524.968), representam um montante de R$ 49.384.

C.1) Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição, devidamente ajustados a valor de mercado por reavaliações fundamentadas em laudos técnicos; a depreciação incide sobre o valor reavaliado e é calculada de acordo com o prazo de vida útil remanescente constado nos laudos.
A Fusan realizou reforma no imóvel de uso próprio e agregou R$ 18 (R$ 71 em 2016), ao valor principal do imóvel.

4.5 Permanente

R$ Mil

	2016	ADIÇÕES	BAIXAS	2017
Permanente	**226**	**59**	**(82)**	**203**
Bens Móveis	148	31	(47)	132
Intangível	78	28	(35)	71

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 18_5_5_1_Relatorio_Anual_de_Informacoes_RAI_2021.pdf (42/49) 41/584

5 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Gestão de Riscos e Controles Internos – GRCI está estruturada com base na metodologia elaborada pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO, que está alinhada à ISO 31000 e a Norma S/NZS 4360:2004, metodologia de auto avaliação de riscos (RSA - Risk Self Assessmen) e controles (CSA - Control Self Assessmen), que permite identificar, mensurar e avaliar seus riscos da entidade. A gestão tem a finalidade de minimizar as dificuldades que podem impedir ou dificultar o alcance dos objetivos, e atender a Resolução CGPC nº13, de 1º de outubro de 2004.

O modelo do processo de Gestão de Riscos e Controles Internos adotados é o CRSA – Control Risk Self Assessment, Avaliação de Controles Baseada em Padrões, de tal forma que os resultados refletem as percepções dos colaboradores em relação aos riscos e controles.

Após realizar 10 ciclos de autoavaliação, a entidade elegeu em 2017 os Planos Alvo da Diretoria Executiva, extraídos das recomendações da 10ª Autoavaliação realizada em 2016, com o foco de implantar controles e aprimorar as boas práticas. No fim do período, 14 Normativos e 149 Procedimentos Operacionais Padrões foram aprovados e implantados, contribuindo em muito no avanço para um ambiente com mais controle, padronização e segurança. reduzindo significativamente o risco residual de 12,08 em 2016 para 3,13 em 2017,. .

a) Principais Riscos

De acordo com a Política de Investimentos são monitorados os riscos abaixo relacionados:

5.1 Risco de Crédito

Esse risco se caracteriza pela dificuldade da contraparte da operação em honrar os compromissos assumidos.

O controle de risco de crédito é baseado em dois pilares, a saber:

a) Ratings emitidos por agências de classificação de risco de crédito, de acordo com as especificações e limites estabelecidos em Políticas de Investimento;

b) Avaliação de crédito por parte do gestor do fundo.

Embora as análises exigidas para que os gestores de recursos invistam em papéis privados, são definidos na Política de Investimentos, faixas de risco de crédito de acordo com ratings emitidos por agências de classificação de risco de crédito.

Controles

O controle do risco de crédito é apresentado pela Política de Investimentos, e estabelece critérios mínimos para a aquisição de títulos de contrapartes privadas. Os gestores dos fundos exclusivos têm ciência dos controles estabelecidos, pois recebem o arquivo que detalha a Política de Investimentos.

5.2 Risco de Liquidez

Esse risco se caracteriza pela possibilidade de perda pela incapacidade da Entidade em saldar seus compromissos nas datas previstas ou pelo sacrifício ocasionado na transformação forçada de um ativo em caixa para quitar uma obrigação.

Em termos de liquidez e concentração, a FUSAN prioriza:

a) **Maior concentração em títulos públicos, que apresentam menor grau de risco;**
b) **Manutenção dos limites de diversificação impostos pela legislação pertinente;**
c) **Acompanhamento dos vencimentos e da liquidez dos títulos;**
d) **Monitoramento dos fluxos de caixa.**

A principal ferramenta utilizada para monitoramento do risco de liquidez é o estudo de macro alocação, já mencionado, que relaciona ativos e passivos, inclusive em termos de fluxo de caixa.

Com relação à liquidez e à concentração dos ativos em si, a FUSAN monitora esses quesitos de acordo com o procedimento descrito a seguir.

Controles

Não são estabelecidos parâmetros mais restritivos do que aqueles estabelecidos pela legislação aplicável a esses quesitos. Dessa forma, não há limites adicionais a serem observados apenas aqueles que já são verificados por ocasião do enquadramento, realizado tanto pelo custodiante quanto pela consultoria contratada.

5.3 Risco de Mercado

O risco de mercado é acompanhado através do monitoramento do desempenho dos investimentos, da variação dos benchmarks estabelecidos e da variação da meta atuarial. Além disso, os prestadores de serviços especializados geram dados para o monitoramento do risco de mercado em base mensal.

Controles

O risco é medido a partir do Benchmark-VaR (ou B-VaR), que estabelece o descolamento máximo dos investimentos em relação aos benchmarks estabelecidos. A Política de Investimentos estabelece limites máximos para esses valores, e os relatórios permitem a avaliação da adequação dos fundos a esses parâmetros.

Os gestores dos fundos exclusivos têm ciência dos controles estabelecidos, pois recebem o arquivo que detalha a Política de Investimentos. Os limites são calculados levando-se em conta o mandato do fundo, as restrições de investimento e seu objetivo de rentabilidade.

6 EXIGÍVEL OPERACIONAL

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos de 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são apresentados a seguir:

6.1 Exigível Operacional

Exigível Operacional	R$ Mil 2017	2016
Benefícios a pagar	4.872	3.736
Retenções a Recolher	4.600	3.076
Gestão Previdencial	**9.472**	**6.812**
Contas a pagar	765	868
Retenções a Recolher	122	211
Outras Exigibilidades	26	25
Gestão Administrativa	**913**	**1.104**
Ações	-	8.867
Fundos de Investimentos	1	4
Investimentos Imobiliários	-	2
Empréstimos e Financiamentos	86	29
Outras Exigibilidades / Custeio Administrativo	393	435
Investimentos	**480**	**9.337**
Exigível Operacional	**10.866**	**17.253**

6.2 Exigível Contingencial

a) Gestão Previdencial

A composição do saldo das obrigações da Gestão Previdencial apresenta-se como segue:

	R$ Mil 2017	2016
Provisão para contingências / Previdencial	**1.331**	**1.767**

As provisões para contingência da Gestão Previdencial referentes às ações em andamento de Expurgos Inflacionários, podem ser consideradas como perda provável quando versem sobre expurgos inflacionários em resgate, adotando a posição consolidada do Superior Tribunal de Justiça - STJ e do Tribunal de Justiça do Paraná - TJPR.

b) Gestão Administrativa

A composição do saldo das obrigações da Gestão Administrativa apresenta-se como segue:

		R$ Mil 2017	2016
Remuneração / Dirigentes	b1)	18.329	15.198
Pis/Cofins	b2)	4.377	3.709
Pessoal	b3)	520	500
Contingências Administrativa		**23.226**	**19.407**

b.1) Conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo (ATA nº 01 – 22/01/2010), foi constituída provisão de contingência da Gestão Administrativa, relativa à remuneração dos dirigentes. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, órgão fiscalizador da patrocinadora (SANEPAR), a quem compete determinar a cobrança sobre o processo nº 206821/09-TC, em relação à decisão do Comitê de Orientação e Consulta (COC) da Secretaria da

Previdência Complementar, firmou posição de que a irregularidade só resta presente a partir de 17/02/2009, quando o Comitê de Orientação Consultiva entendeu pela obrigatoriedade do ressarcimento. Diante disso, a Fusan efetuou em 30/11/2010, ressarcimento para a SANEPAR no valor de R$ 763, compreendendo o período de fevereiro a dezembro de 2009, ficando o saldo de R$ 2.979 provisionado no Exigível Contingencial da Gestão Administrativa, aguardando posicionamento da PREVIC quanto à devolução do período considerado.

Em cumprimento a decisão do M.M. Juiz Federal de 1ª Instância, Dr. Gabriel José Queiroz Neto, relativamente à Ação Ordinária movida pela FUSAN contra a PREVIC, na qual requereu antecipação dos efeitos de tutela para sustar a exigibilidade do cumprimento da determinação constante no Ofício 074/ERRS/PREVIC, de 26 de maio de 2011, e conforme aprovação do Conselho Deliberativo em junho de 2011, foi realizado depósito judicial no valor de R$ 4.207 até o dia 10 de agosto de 2011. A ação foi julgada procedente em favor da Fusan pelo Juízo de 1º Grau, porém a PREVIC recorreu e os autos foram remetidos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região para julgamento da apelação interposta pela PREVIC, que foi conhecida e, no mérito, foi negado provimento pelo TRF, mantendo a sentença proferida pelo Juízo de 1º Grau. Foram opostos embargos de declaração pela PREVIC, os quais não foram acolhidos. Ainda existem recursos a serem apresentados pela PREVIC.
A probabilidade de perda para contingência da Gestão Administrativa relativa à remuneração dos dirigentes pode ser considerada como provável.

b.2) Contingência Administrativa, pertinente a questão de PIS e COFINS. Em 11 de abril de 2006 foi impetrado mandado de segurança junto à Justiça Federal, objetivando o reconhecimento da não sujeição ao recolhimento do PIS e da COFINS, entendendo que no exercício regular de suas atividades previstas na Lei Complementar nº 109/01, não aufere faturamento, que se constitui na base de cálculo prevista na legislação pertinente, considerando que o § 1º, do artigo 3º, da Lei nº 9.718/98, foi declarado, em controle difuso, inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal – STF. A FUSAN recolheu esses tributos judicialmente até 31/12/2014, e aguarda o posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre a questão, com possibilidade de perda provável. Com a vigência da Lei nº 12.973/14 a entidade passa, a partir de 1º de janeiro de 2015, a recolher as contribuições normalmente. . A nova legislação prevê a cobrança desses tributos sobre toda e qualquer receita inerente ao exercício da atividade da empresa ou instituição, tendo sido publicada sob a égide da EC nº 20/1998, que autoriza o legislador a cobrar o PIS e a COFINS sobre essa base (diferentemente do que ocorria com a Lei nº 9.718/98, publicada anteriormente à EC nº 20/1998, quando a base constitucional para a cobrança de tais contribuições era apenas o faturamento, assim entendido como a receita decorrente da venda de bens e mercadorias e da prestação de serviços). A partir de outubro de 2015, a Entidade ingressou com nova ação judicial e voltou a realizar os depósitos judiciais relacionados com esses tributos.

b.3) Seguindo os princípios contábeis, foram provisionados as demandas judiciais trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

c) Investimentos
A composição do saldo das obrigações dos investimentos apresenta-se como segue:

		R$ Mil	
		2017	**2016**
Condomínio de Imóvel Vendido	c1)	44	41
IPTU Edif. Uso Próprio	c2)	60	38
Contingências de Investimentos		**104**	**79**

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 18_5_5_1_Relatorio_Anual_de_Informacoes_RAI_2021.pdf (46/49) 45/584

c1) Provisão de contingência referente a condomínio não saldado de imóvel vendido. Foi efetuado depósito recursal à 11ª Vara Cível, cuja probabilidade de perda classificada como possível. Atualmente, aguarda-se o julgamento de um recurso que teve o seu efeito suspensivo reconhecido.

c2) Em 2015, foi ingressada ação questionando a cobrança de IPTU do Imóvel de Uso Próprio. Esta contingência foi 100% provisionada por avaliar que a probabilidade de perda seja provável.

6.3 Exigível Atuarial

	R$ Mil	
	2017	**2016**
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	**770.011**	**709.250**
Benefícios do Plano	770.011	709.250
BENEFÍCIOS A CONCEDER	**657.495**	**648.967**
Benefícios do Plano com a Geração Atual	**663.007**	**657.661**
Plano de Contribuição Definida	651.036	639.991
Plano de Benefício Definido	11.971	17.671
(-) Outras Contribuições da Geração Atual	(5.512)	(8.695)
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	**(19.203)**	**(18.594)**
(-) Serviço passado	(540)	(530)
(-) Déficit Equacionado - TAC	(5.546)	(5.568)
(-) Déficit Equacionado - Déficit	(13.117)	(12.496)
PROVISÕES MATEMÁTICAS	**1.408.303**	**1.339.623**

Hipóteses Atuariais utilizadas:

Econômicas:	**2017**	**2016**
Taxa real anual de juros	5,75 % a.a.	5,75 % a.a.
Projeção de crescimento real de salário	3,50 % a.a.	3,50 % a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
i. dos salários	1	1
ii. dos benefícios FusanPrev	0,9801	0,9801

Hipóteses Atuariais utilizadas - continuação:

Demográficas:	**DEZ/2017**	**DEZ/2016**
a) Tábua de Mortalidade para Participantes Válidos	AT - 2000 Basic, Male	AT - 2000 Basic, Male
b) Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Light Média D40
c) Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss D10	Winklevoss D10
d) Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Experiência Fusan	Experiência Fusan
e) Hipótese de Composição Familiar	Hx-Grupo familiar FusanPrev obtida por idade, a partir da experiência real do grupo de participantes do FusanPrev	Hx-Grupo familiar FusanPrev obtida por idade, a partir da experiência real do grupo de participantes do FusanPrev
f) Hipóteses não consideradas		
i. Rotatividade da Massa		
ii. Gerações Futuras de Novos Entrados		

7 FUNDOS

Formados com destinações específicas, segregados em previdencial, administrativo e de investimentos:

	Fundos Previdenciais	Fundo Administrativo	Fundo de Investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.948	3.695	2.599	8.242
Constituição/Reversão de fundos	2.941	(379)	(1)	**2.561**
Remuneração dos fundos	741	460	461	**1.662**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.630	3.776	3.059	12.465
Constituição/Reversão de fundos	3.720	(169)	(213)	**3.337**
Remuneração dos fundos	689	360	338	**1.387**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.039	3.967	3.184	17.190

7.1 Fundos Previdenciais:

Na avaliação atuarial anual de 2017 os Fundos Previdenciais apresentam a seguinte composição, origem e utilização:

a) Fundo Coletivo de Desligamento: de característica Regulamentar, é constituído por contribuições patronais não resgatáveis dos participantes desligados da patrocinadora e deve ser destinado prioritariamente à garantia de cobertura dos Benefícios Concedidos e dos Benefícios de Risco, com base em parecer atuarial e aprovação do Conselho Deliberativo;
b) Fundo de Desligados do Plano BD: constituído por contribuições a resgatar de participantes desligados do plano;
c) Fundo Individual de Desligados FusanPrev: constituído por contribuições a resgatar de participantes desligados do plano;
d) Fundo Patrocinado de Desligados FusanPrev: constituído por contribuições a resgatar de participantes desligados do plano;
e) Fundo Previdenciário: constituído por contribuições individuais e patronais de participantes que faleceram e não deixaram herdeiros. De acordo com o regulamento, deve ser destinado prioritariamente à garantia de cobertura dos Benefícios Concedidos e dos Benefícios de Risco, com base em parecer atuarial e aprovação do Conselho Deliberativo.

Os recursos dos Fundos Previdenciais devem ser mantidos conforme dispõe o regulamento e a legislação, com atualização monetária pela variação da rentabilidade patrimonial do plano, considerando a movimentação dos participantes no resultado.

Para o equacionamento do déficit técnico, a partir de janeiro de 2017, a Entidade utiliza o Fundo Coletivo de Desligamento, com o objetivo de amortizar as prestações mensais das Contribuições Extraordinárias, definidas no plano de equacionamento do déficit técnico do FusanPrev de 2015, devidamente registrado em 31/12/2016.

8 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE PLANO DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA PREVIDENCIAL

Em atendimento à Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, apresentamos a demonstração dos resultados do FusanPrev dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2017	2016
(+) Contribuições	66.943	63.359
(-) Benefícios	(108.160)	(99.200)
(+/-) Rendimento das Aplicações	143.917	198.300
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	**102.700**	**162.459**
(-) Despesas com Administração	(3.808)	(4.133)
(-/+) Constituição/Reversão de Valores em Litígio	26	(666)
(-/+) Constituição/Reversão dos Compromissos com Participantes e Assistidos	(68.679)	(123.085)
(-/+) Constituição/Reversão de Fundos Para Riscos Futuros	(4.409)	(3.682)
EQUILÍBRIO TÉCNICO	**(1.315)**	**(27.145)**
(=) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	**25.830**	**30.893**

No exercício de 2017 a TIR Nominal apurada foi de 11,33% que deduzida da inflação no período, medida pelo INPC/IBGE de 2,07%, e o juro atuarial de 5,75% ao ano, resultou em uma rentabilidade positiva de 3,14%, ocasionando um resultado no FusanPrev de R$ 25.830. As principais variáveis que impactaram no resultado foi o atingimento da meta atuarial e a alteração da tábua de entrada em invalidez.

9 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

A relação percentual das fontes de custeio administrativo comparada com o limite estabelecido para o exercício de 2017 é determinada pela Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, e aprovado pelo Conselho Deliberativo. O quadro abaixo demonstra que a Entidade está enquadrada no limite anual para cobertura das despesas administrativas do plano de benefícios FusanPrev:

Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009	R$ Mil	%
Recursos Garantidores do Plano de Benefícios	**1.418.081**	**100,00**
Limite anual (Taxa de Administração)	**14.181**	**1,00**
Total das Fontes de Custeio em 2017	**8.062**	**0,57**
4.1.1 - Gestão Previdencial	3.808	**0,27**
4.1.2 - Investimentos	4.254	**0,30**

Para melhor aferir os custos dos processos internos a Entidade adota um sistema de custo, no qual todos os gastos são alocados entre as atividades de administração previdencial e de investimentos, conforme Demonstração do Plano de Gestão Administrativo Consolidado (Quadro V).

10 DETALHAMENTO DOS SALDOS DAS CONTAS COM DENOMINAÇÃO “OUTROS”

Contas que contenham a denominação “Outros”, que ultrapassaram, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas:

Gestão Administrativa	2017	2016	Variação %
1.2.2.1.99 - Outros Recursos a Receber	433	435	(0,46)
1.2.2.1.99.01 - Custeio Administrativo / Investimentos	394	435	(9,59)
1.2.2.1.99.03 - Taxa Adm. de Empréstimos	39	0	100,00

Investimentos	2017	2016	Variação %
2.1.3.9 - Outras Exigibilidades	394	435	(9,59)
2.1.3.9.01 - Custeio Administrativo / Investimentos - A Pagar p/ PGA	394	435	(9,59)

Gestão Previdencial	2017	2016	Variação %
3.1.1.3.02.02.99 - Outras / Contribuições Extraordinárias / Assistidos	591	1.086	(45,58)
3.1.1.3.02.02.99.02 - Outras - Desc. Contrib. - Assistidos (7,5%)	591	570	3,68
3.1.1.3.02.02.99.03 - Outras - Custeio Adm. - Assistidos	0	258	(100,00)
3.1.1.3.02.02.99.04 - Outras - Custeio Adm. Assist. Patroc. - Sanepar	0	256	(100,00)
3.1.1.3.02.02.99.05 - Outras - Custeio Adm. Assist. Patroc. - Fundação	0	2	(100,00)

DESPESAS ADMINISTRATIVAS / GESTÃO PREVIDENCIAL / SERVIÇOS DE TERCEIROS	2017	2016	Variação %
4.2.1.2.04.02.99 / OUTRAS	141	158	(10,76)
Consultoria Econômica Financeira	23	13	76,92
Conservação e Manutenção de Edificações	4	3	33,33
Conservação e Manutenção de Equipamentos e Instalações	4	2	100,00
Limpeza e Conservação	19	19	-
Mão de Obra Contratada	2	2	-
Vigilância e Segurança	7	14	(50,00)
Armazenagem de Caixas	5	5	-
Agente Fiduciário	0	1	(100,00)
Publicidade Institucional	11	6	83,33
Cartório	1	1	-
Judiciais	22	38	(42,11)
Energia Elétrica	10	9	11,11
Telecomunicações	1	2	(50,00)
Água e Saneamento	3	2	50,00
Correios	13	27	(51,85)
Consultoria / Controles Internos	3	7	(57,14)
Programa Educação	13	7	85,71

DETALHAMENTO DOS SALDOS DAS CONTAS COM DENOMINAÇÃO "OUTROS" - Continuação

DESPESAS ADMINISTRATIVAS / INVESTIMENTOS / SERVIÇOS DE TERCEIROS	2017	2016	Variação %
4.2.2.2.04.02.99 / OUTRAS	298	271	9,96
Consultoria Econômica Financeira	37	41	(9,76)
Conservação e Manutenção de Edificações	7	5	40,00
Conservação e Manutenção de Equipamentos e Instalações	5	3	66,67
Limpeza e Conservação	29	33	(12,12)
Mão de Obra Contratada	3	4	(25,00)
Vigilância e Segurança	13	24	(45,83)
Administração de Imóveis	71	52	36,54
Armazenagem de Caixas	8	9	(11,11)
Agente Fiduciário	7	5	40,00
Publicidade Institucional	16	11	45,45
Cartório	1	1	-
Judiciais	35	4	775,00
Energia Elétrica	15	16	(6,25)
Telecomunicações	2	3	(33,33)
Água e Saneamento	4	3	33,33
Correios	19	13	46,15
Consultoria / Controles Internos	5	11	(54,55)
Programa Educação	21	12	75,00

11 OUTROS EVENTOS

11.1 Fiscalização PREVIC

a) A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc iniciou em julho de 2016 uma Ação Fiscal, com o envio da SID - Solicitação de Informação e Documentos. O foco da fiscalização foi a verificação dos aspectos relacionados aos controles internos, além dos princípios, regras e práticas de governança e gestão de riscos. Todos os itens requeridos foram atendidos tempestivamente. Em dezembro de 2016 foi recepcionado na entidade o Relatório de Fiscalização que apontou sete itens, sendo cinco deles relacionados a controles internos de governança, um relacionado ao Plano de Equacionamento do Déficit do FusanPrev e o último vinculado à divulgação do referido Relatório aos Conselhos Deliberativo e Fiscal . Em janeiro e fevereiro de 2017 foram encaminhadas à Previc as respostas aos itens apontados no Relatório de Fiscalização. Em 19 de junho de 2017, após análise das manifestações e considerações prestadas pela Fusan, a Previc considerou encerrada a Ação Fiscal, conforme Ofício nº 71/2017/ERRS/DIFIS/PREVIC.

11.2 Eventos Subsequentes

a) Custeio Administrativo

O Conselho Deliberativo aprovou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, para o exercício de 2018, no qual foram definidos os critérios de rateio das despesas administrativas, conforme segue abaixo:

1) Despesas dos Conselhos Fiscal e Deliberativo:
- 40% para a Gestão Previdencial e 60% para a Gestão dos Investimentos

2) Despesas da Diretoria Executiva:
- Presidência: 40% para a Gestão Previdencial e 60% para a Gestão dos Investimentos

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 16_5_5_1_Relatorio_Anual_de_Informacoes_RAI_2019.pdf (51/153) 50/584

- Diretoria Adm. Financeira: 100% para a Gestão dos Investimentos
- Diretoria de Seguridade: 100% para a Gestão Previdencial

3) Despesas com Núcleo de Planejamento e *Compliance*, Núcleo Jurídico, Assessoria de Comunicação, Ouvidoria, Secretária e Gerência Financeira:
- 40% para a Gestão Previdencial e 60% para a Gestão dos Investimentos

4) Despesas da Gerência de Relacionamentos, Gerência de Tecnologia da Informação e Gerência Administrativa:
- 50% para a Gestão Previdencial e 50% para a Gestão dos Investimentos

5) Despesas de administração dos investimentos e despesas de administração previdencial serão alocadas 100% nas rubricas correspondentes.

6) Despesas da Assessoria de Produtos e do Núcleo Atuarial:
- 100% para a Gestão Previdencial

As despesas comuns a todas as áreas, tais como: limpeza e conservação, vigilância e segurança, energia elétrica, água e esgoto, materiais, depreciações e outras, serão divididas entre os centros de custos na proporção dos empregados de cada área.

11.3 Ação Judicial sobre os expurgos inflacionários incidentes sobre OFND

A ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada, representando suas associadas, em junho de 1986 ajuizou Ação (91.0123902-3) contra o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e o FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento, questionando a mudança de critério de correção de títulos adquiridos por força do Decreto-Lei nº 2.228, de 23/07/1986 e da Resolução nº 1, de 09/04/1987.

A diferença de correção monetária paga a menor foi no período de abril/1990 a fevereiro/1991, em virtude da substituição do índice de atualização do IPC – Índice de Preços ao Consumidor para o BTN – Bônus do Tesouro Nacional.

A ação foi julgada favorável à ABRAPP, e em 29 de novembro de 2010 foi emitida a certidão de trânsito em julgado.

A Fusan, como associada da ABRAPP faz parte dessa ação, e decidiu, com base no princípio da prudência, não registrar os valores provenientes da ação contra o FND, por entender que, apesar do trânsito em julgado, ainda não há uma estimativa confiável dos valores que serão recebidos e nem de quando ocorrerá. Tal decisão também levou em consideração o fato de que, processualmente, existia a possibilidade do ingresso de Ação Rescisória pela União, o que efetivamente ocorreu, tendo sido autuada sob o nº 2012.02.01.000858-3, a qual já foi julgada improcedente pela 3ª Seção do TRF da 2ª Região. Foram opostos embargos de declaração pela ABRAPP e pela União, sendo que para ambos foi negado provimento e, diante disso, foram interpostos Recurso Especial e Extraordinário pela ABRAPP e pela União Federal, pendentes de julgamento até o momento.

A execução foi suspensa pelo Juízo da 23ª Vara Federal, porém a ABRAPP conseguiu reverter tal decisão via Agravo de Instrumento, sendo que já foi proferido despacho determinando o prosseguimento da execução e dos embargos à execução. Contra essa decisão a União Federal interpôs Agravo de Instrumento, também ainda pendente de julgamento.

Em estimativa apresentada pela ABRAPP em 2012, o valor líquido do bônus da Fusan está próximo de R$2.747. O processo de liquidação de sentença ainda não se iniciou, razão pela qual o valor estimado pela ABRAPP ainda depende de homologação judicial do cálculo.

11.4 Ajustes de Precificação dos títulos públicos federais

A Resolução CNPC 16, de 19 de novembro de 2014, alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, estabelecendo novas condições e procedimentos a serem observadas pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

A PREVIC emitiu em 04 de fevereiro de 2015, a Instrução nº 19, tratando das questões da Resolução CNPC nº 16/2014, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

Esse ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, que no caso é de 5,75% e o valor contábil desses títulos. Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que têm por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder, bem como aos benefícios concedidos que adquiram características de benefício definido na fase de concessão.

O ajuste de precificação positivo ou negativo está discriminado em Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

O ajuste de precificação dos títulos públicos em 31 de dezembro 2017 do Plano FusanPrev, resultou em um valor positivo de R$ 14.948. Em 2016, o valor calculado foi de R$ 20.048.

11.5 Equilíbrio Técnico Ajustado

A Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (*duration* do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula (*duration* – 4) x 1% x reserva matemática. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula ((10% + (*duration* x 1%)) x reserva matemática. A duração do passivo do plano FusanPrev para 2017 é de 11,22 anos e 11,74 anos em 2016.

Equilíbrio Técnico Ajustado		
A) Cálculo dos Limites	**2017**	**2016**
1) Saldo Provisões Matemáticas	757.267	699.633
2) Cálculo do limite de Déficit Técnico Acumulado		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit Técnico)	7,22	7,74
2.2) Limite do déficit Técnico Acumulado ((1 * 2.1)/100)*-1	(54.675)	(54.152)
B) Cálculo de Equilíbrio Técnico Ajustado		
3) Equilibrio Técnico Contábil (conta 2.3.1.2.00.00.00)	(1.315)	(27.145)
4) Ajuste de Precificação Positivo	14.948	20.048
5) = (3) + (4) Equilibrio Técnico Ajustado	13.633	(7.097)
6) Valor a equacionar	68.308	47.055

Em 2017 e 2016 o valor a equacionar resultou em saldos positivos não havendo a necessidade de equacionamento. A provisão matemática utilizada para fins de equilíbrio técnico é o saldo da provisão matemática dos benefícios concedidos deduzidas as suas respectivas provisões matemáticas a constituir, conforme art. 28 §5º.

12 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN declara que todas as informações relevantes, estão sendo divulgadas.

CLÁUDIA TRINDADE
Diretora-Presidente

DIRCEU WICHNIESKI
Diretor Administrativo-Financeiro

MARCOS CESAR TODESCHI
Diretor de Seguridade

WAGNER TROMBINI
Contador CRC-PR 049598/O-4

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 16_5_5_1_Relatorio_Anual_de_Informacoes_RAI_2019.pdf (54/153) 53/584

PARECER ATUARIAL

Demonstração Atuarial de Encerramento do Exercício de 2017

A avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2017, do Plano Misto de Benefícios – FusanPrev, da FUNDAÇÃO SANEPAR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUSAN foi realizada com o objetivo de dimensionar as reservas matemáticas, apresentar o resultado financeiro-atuarial e o plano de custeio para o próximo exercício, em consonância com o Regulamento e em conformidade com a legislação vigente, a partir dos dados cadastrais disponíveis na Entidade.

a. Parecer para o grupo de custeio:

1.	Quanto aos custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior:

Na Avaliação do ano 2016 o custo do plano foi de 12,43% sobre a folha salarial futura. Em 2017 o custo passou para 12,59%. No final do exercício de 2017 foi implantado na Sanepar o Plano de Aposentadoria Incentivada – PAI, resultando em **152** novos benefícios previdenciários e **112** participantes que resgataram seus saldos. Esse programa estacionou o crescimento da Folha Salarial Futura. O custo dos benefícios de risco também impactou nessa variação, pela movimentação da massa e alteração da tábua biométrica de entrada em invalidez.

Custo das rendas programadas (7,91% em 2016 e 8,11% em 2017): apresentou um aumento em relação às contribuições futuras, ocasionadas, principalmente, pela estagnação da folha de salários futuras e manutenção média dos percentuais de contribuição individual.

Custo da renda por invalidez (0,22% em 2016 e 0,14% em 2017): houve uma redução do custo devido à substituição da tábua biométrica de entrada em invalidez Light Média D40 para a tábua Álvaro Vindas. A redução dos expostos ao risco, devido ao PDV, também contribuiu para a redução do custo.

Custo das pensões e pecúlio por morte (3,26% em 2016 e 3,32% em 2017): aumentou em 2017 devido ao envelhecimento da população do plano, crescimento dos saldos individuais e salário real de benefício, os quais incorporaram a rentabilização do patrimônio nos saldos e inflação nos salários. Outro fator que pesou substancialmente para a variação crescente do custo no modelo de repartição, foi o ingresso de 152 novos assistidos em função do Plano de Aposentadoria Incentivada – PAI. O modelo de repartição por capitais de cobertura sofre efeito direto da variação da quantidade de participantes que aderem ou se desligam do plano.

Custo do auxílio doença (0,36% em 2016 e 0,34% em 2017): houve redução dos expostos ao risco, devido ao PAI na Patrocinadora, contribuindo para a redução do custo. Outro fator que implicou na redução do custo foi a redução da quantidade de benefícios concedidos pela Previdência Social, devido ao gerenciamento mais austero do Instituto. A concessão de auxílio doença no FusanPrev requer, como carência, a concessão do benefício na Previdência Oficial.

Custeio Administrativo (0,68% em 2016 e 0,68% em 2017): manutenção do custo. Se necessário, se utilizará o Fundo Administrativo.

Reserva a Amortizar: implantação do Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 31/12/2015, representando 68,30% da reserva a amortizar. As contribuições extraordinárias dos assistidos originadas pelo Termo de Ajustamento de Conduta – TAC representam 30,28% e a joia dos participantes para a invalidez representam 2,81%.

A implantação da contribuição de risco para os assistidos e a reversão de parte das contribuições adicionais dos ativos para o custeio do risco contribuiu para estabilizar o custo das pensões. As contribuições adicionais dos ativos não são obrigatórias e ocorrem somente por opção do participante, pois não há contrapartida patronal, sendo que estas são essenciais para o custeio do risco.

Ressaltamos que o plano de custeio, em nível de repasse de contribuições, permaneceu com o mesmo teto paritário aplicado pela Patrocinadora nos últimos anos, isto é, 7,62%.

2.	Quanto à variação das provisões matemáticas no exercício encerrado, em relação aos valores da avaliação anterior, atualizados:

A reserva matemática calculada em dezembro de 2017 totaliza R$ 1.408.303.110,85 e, em relação à reserva matemática calculada em dezembro de 2016 que foi de R$ 1.339.623.719,37, houve uma variação percentual de 5,13%.

A conta da reserva matemática de benefícios concedidos apresentou um crescimento de R$ 60.760.134,77. A variação refletiu principalmente o ingresso de 179 assistidos em renda programada, 5 concessões de renda por invalidez e 38 concessões de pensão por morte em 2017.

A conta da reserva matemática de benefícios a conceder apresentou um acréscimo de R$ 8.528.099,35. Nesta variação está contemplada a rentabilidade patrimonial nas contas dos participantes, as novas contribuições vertidas ao plano, o resgate daqueles que se desligaram, a migração dos saldos das novas aposentadorias para a conta de benefícios concedidos e a alteração da tábua de entrada em invalidez.

A reserva a amortizar apresentou um crescimento de R$-(608.842,64), decorrente do juro do plano de equacionamento do déficit técnico e da atualização monetária das contas deste grupo.

A reserva matemática por recorrência em dezembro de 2017 totalizou R$ 1.425.340.579,30 em relação à reserva matemática por recorrência em dezembro de 2016, que foi de R$ 1.346.681.840,67. Comparando a reserva real em dezembro de 2016 e a projetada para dezembro de 2017, houve uma variação percentual de 6,40%.

3.	Os principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto, apresentando possíveis medidas para sua mitigação:

1- Risco de sobrevivência;

2- Crescimento salarial;

3- Retorno de investimentos (taxa de juros), cuja premissa está em função de variáveis econômicas do mercado de capitais;

4- Risco no regime de financiamento dos benefícios por morte pelo regime financeiro por repartição, cujas contribuições de risco para o grupo de assistidos e reversão de parte das contribuições do participante acima do limite paritário de 7,62%, passaram a fazer parte da base deste financiamento a partir de abril de 2013.

Em relação às tábuas biométricas e crescimento de salários, consideramos que a Entidade definiu adequadamente as hipóteses, adequando-as à massa dos participantes, por meio do Estudo de Aderência das Hipóteses Atuariais, com a devida aprovação do Conselho Deliberativo e Patrocinadoras.

Quanto à hipótese da taxa de juros, a Entidade aplicará no custeio de 2018/2019 a taxa de 5,75%, resultante de estudo atuarial e econômico-financeiro, cujo percentual se encontra dentro dos limites expressos na Resolução nº 15, de 19 de novembro de 2014, e, em conformidade com a Portaria Previc nº 375, de 17 de abril de 2017. Diante do estudo elaborado, constatou-se que para o próximo custeio a taxa de juros convergirá com a rentabilidade obtida no mercado financeiro. No atual cenário econômico nacional, a Entidade estará acompanhando os resultados esperados diante dos fluxos projetados. A partir das análises periódicas, será possível fazer os ajustes necessários ano a ano.

A atual forma de financiamento dos benefícios por morte pelo regime financeiro por repartição tem perspectiva de custo crescente ao longo do tempo, a menos que a massa de participantes se renove proporcionalmente, de forma que se mantenha a idade média e o mesmo patamar médio de benefícios e principalmente de salários, base de cálculo de financiamento. É prudente que a Entidade estude alternativas para estabilizar o crescimento deste custo ou capitalize as pensões, principalmente dos assistidos, o que permitiria direcionar mais recursos para a aposentadoria programada.

4.	Soluções para restabelecer a suficiência de cobertura dos grupos de custeio nos quais for constatada sua insuficiência:

O déficit da Entidade registrado em 31/12/2017 representa 0,09% do Patrimônio de Cobertura do Plano.

O contexto de recuperação do déficit técnico pressupõe:

1. A continuidade da amortização das parcelas do Plano de Equacionamento do Déficit técnico;

2. Continuidade em atingir a meta atuarial.

5.	Hipóteses atuariais do plano de benefícios e seus fundamentos:

O estudo de aderência das hipóteses atuariais do plano FusanPrev foi realizado em julho de 2017 de acordo com a legislação e com manifestação fundamentada do patrocinador em relação à hipótese de crescimento salarial, aprovação da Diretoria da Entidade, Conselho Deliberativo e atestado pelo Conselho Fiscal. Em resumo, fundamentamos as premissas utilizadas nesta Avaliação:

1. Projeção de crescimento Real de Salário = 3,50%

Julgamos adequado, tendo em vista que a taxa de crescimento salarial é apurada com base no arquivo de dados dos participantes e ajustada estatisticamente. No entanto, a perspectiva de crescimento depende das políticas de RH das patrocinadoras.

2. Fator de determinação dos benefícios da Entidade = 0,9801

A partir da meta central do governo estabelecendo 4,5% de inflação anual para o ano de 2017, publicada na Resolução 4.419 de 25/06/2015, recomendamos aplicar o fator de 0,9801 para estimar a perda do poder aquisitivo dos benefícios.

3. Indexador do plano = INPC/IBGE

No cálculo atuarial não se considera a inflação futura, embora haja um repasse da mesma nos reajustes anuais dos benefícios. Para compensar o repasse da inflação no reajuste dos benefícios, buscam-se estas correções na gestão do ativo financeiro, composto na meta atuarial, com o objetivo de preservar o equilíbrio.

4. Tábua de entrada em invalidez = Álvaro Vindas

De acordo com o inciso I, do artigo 7º, da Instrução Normativa Previc nº 23, de 26 de junho de 2015, e de acordo com o estudo desta premissa, verificou-se que a tábua biométrica Light Média Desagravada em 40% se apresentou conservadora em 2016. Como se trata de uma redução de concessões por parte da Previdência Oficial - INSS, com tendência de estabilização em níveis menores, recomendamos a substituição da tábua biométrica de entrada em invalidez Light Média D40% pela tábua Álvaro Vindas para a Avaliação Atuarial de 2017, adequando a projeção de entrada em invalidez à nova realidade imposta às concessões deste benefício.

5. Tábua de mortalidade de inválidos = Winklevoss D10

De acordo com o inciso I, do artigo 7º, da Instrução Normativa Previc nº 23, de 26 de junho de 2015, e de acordo com o estudo desta premissa, verificou-se que a tábua biométrica Winklevoss desagravada em 10% encontra-se aderente e adequada ao plano FusanPrev, pois apresenta uma relação de aderência média de 0,79 óbito realizado para 1 óbito projetado nos últimos três anos. Recomendamos sua manutenção.

6. Tábua de mortalidade geral = AT-2000 Basic, Male

De acordo com o inciso I, do artigo 7º, da Instrução Normativa Previc nº 23, de 26 de junho de 2015, e de acordo com o estudo dessa premissa, verificou-se que a tábua biométrica AT-2000 Basic, Male encontra-se aderente ao plano FusanPrev, pois apresenta uma relação de aderência média de 1,04 óbito realizado para 1 óbito projetado nos últimos três anos. Recomendamos sua manutenção.

7. Composição da Família de Pensionistas = Família média Hx

Hx - Família média criada com base no cadastro de participantes do plano atualizada em outubro/2017.

8. Taxa real anual de juros = 5,75%

Taxa de juros a ser aplicada na Avaliação Atuarial de 31/12/2017, resultante de estudo atuarial e econômico-financeiro, a qual se encontra dentro dos limites expressos na Resolução nº 15, de 19 de novembro de 2014, e, em conformidade com a Portaria Previc nº 375, de 17 de abril de 2017.

b. Parecer para o plano de benefícios:

1.	Quanto à qualidade da base cadastral utilizada:

Mensalmente há um trabalho de consistência para gerar o cálculo da reserva matemática do plano e os mesmos dados cadastrais utilizados para cálculo são disponibilizados a todos os participantes para simularem suas aposentadorias. Isto significa que as informações são verificadas e atualizadas permanentemente na Entidade.

Durante a crítica cadastral há comparações entre parâmetros mínimos e máximos aceitáveis, para preservar a consistência dos resultados. As incorreções dos dados devem ficar dentro do limite do desvio aceitável.

2.	Quanto às regras de constituição e reversão dos fundos previdenciários:

a) O Fundo Coletivo de Desligamento, de característica Regulamentar, é constituído por contribuições patronais não resgatáveis dos participantes desligados da patrocinadora e deve ser destinado prioritariamente à garantia de cobertura dos Benefícios Concedidos e dos Benefícios de Risco, com base em parecer atuarial e aprovação do Conselho Deliberativo.

b) O Fundo de Desligados do Plano BD, de característica Regulamentar, é constituído por contribuições individuais a resgatar de participantes desligados da empresa e do plano. Não há utilização desses valores para outros fins, exceto o resgate dos fundos pelo próprio participante.

c) O Fundo Individual de Desligados FusanPrev, de característica Regulamentar, é constituído por contribuições individuais a resgatar de participantes desligados da empresa e do plano. Não há utilização desses valores para outros fins, exceto o resgate dos fundos pelo próprio participante.

d) O Fundo Patrocinado de Desligados FusanPrev, de característica Regulamentar, é constituído por contribuições patronais a resgatar de participantes desligados da empresa e do plano, formado de acordo com as regras do Regulamento. Não há utilização desses valores para outros fins, exceto o resgate dos fundos pelo próprio participante.

e) O Fundo Previdenciário, de característica Regulamentar, foi ativado neste exercício e é constituído por contribuições individuais e patronais de participantes que faleceram e não deixaram herdeiros. De acordo com o regulamento, deve ser destinado prioritariamente à garantia de cobertura dos Benefícios Concedidos e dos Benefícios de Risco, com base em parecer atuarial e aprovação do Conselho Deliberativo.

3.	Quanto à variação do resultado superavitário ou deficitário no exercício encerrado, apontando causas mais prováveis:

Considerando isoladamente o exercício de 2017, o plano apresentou superávit no exercício por ter superado a meta atuarial.

No exercício de 2017 a TIR Nominal verificada foi de 11,33% que deduzida à inflação no período, medida pelo INPC/IBGE de 2,07%, resulta na TIR Real Bruta de 9,07%, e considerando o juro atuarial de 5,75% ao ano, resulta em uma rentabilidade real de 3,14%.

Entretanto o plano ainda possui déficit de exercícios anteriores que representa 0,09% do Patrimônio de Cobertura do Plano, o qual está sendo equacionado.

4.	Quanto à natureza conjuntural ou estrutural do resultado financeiro acumulado:

O déficit do plano é de natureza conjuntural, decorrente do cenário econômico-financeiro nacional. Uma vez atingida a meta atuarial anualmente, prevalece o equilíbrio financeiro do plano.

5.	Quanto a soluções para o equacionamento de déficit técnico:

O déficit da Entidade registrado em 31/12/2017 representa 0,09% do Patrimônio de Cobertura do Plano.

O contexto de recuperação do déficit técnico pressupõe:

1. A continuidade da amortização das parcelas do Plano de Equacionamento do Déficit técnico;

2. Continuidade em atingir a meta atuarial.

6.	Quanto à adequação dos métodos de financiamento atuariais aplicados no caso de regime financeiro de capitalização:

No plano previdenciário FusanPrev, temos as rendas programadas e as rendas de risco por invalidez capitalizadas.

Para as rendas programadas o método de financiamento é o de capitalização financeira, o qual é adequado ao plano e à modalidade de contribuição variável - CV.

Para as rendas de risco por invalidez o método utilizado é o Custo por Idade de Entrada, o qual apresenta perspectiva de taxas constantes ao longo do tempo e encontra-se adequado ao plano e à legislação vigente.

7.	Outros fatos relevantes:

1) O Plano de Custeio do FusanPrev para o exercício de 2018, com vigência a partir de 01/04/2018 até 31/03/2019, está ajustado para atender o artigo 6º da Lei Complementar nº 108/2001, quanto à paridade de contribuições normais entre participante e patrocinadora.

2) Devido ao equilíbrio técnico e a capacidade de financiamento do Fundo Coletivo de Desligamento apresentado em 2017, pode-se continuar a utilizá-lo para amortizar as parcelas do plano de equacionamento do déficit, dando continuidade ao processo aprovado pelos órgãos estatutários da Entidade, sem implantar contribuições extraordinárias aos Participantes, Assistidos, Beneficiários e Patrocinadoras.

3) A Entidade propôs ao Conselho Deliberativo no decorrer do ano de 2017 alternativas para a mitigação do risco da pensão por morte e segregação do ativo financeiro, a partir de procedimentos que demandam revisão regulamentar. Em 31/12/2017 o estudo estava em análise para deliberação.

4) A Entidade ajuizou Ação Declaratória com o objetivo de capitalizar os benefícios de pensão por morte, atualmente estruturados em regime de repartição, a partir do acesso das provisões contábeis no balanço da Patrocinadora, destinadas para essa finalidade.

5) Importante destacar que para a Avaliação Atuarial a ser realizada no final do exercício de 2018 a Entidade deverá trabalhar a adequação da taxa de juros determinada pela legislação nos termos da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006. Caso a Entidade observe cenário econômico que sustente a manutenção da taxa de juros em patamares diferenciados do que prevê a referida legislação, haverá necessidade de formalizar o pedido para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar até o dia 31 de agosto de 2018, nos parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa nº 23, de 26 de junho de 2015.

Assim, com base em tais fatos e de acordo com este plano de custeio, concluímos que o Plano FusanPrev encontra-se em equilíbrio técnico no que tange às contribuições para cobertura do custo normal do Plano. Contudo apresentou resultado deficitário no final do exercício, de característica conjuntural, correspondendo a 0,09% sobre o patrimônio de cobertura, não havendo necessidade de se elaborar novo plano de equacionamento.

Por fim, salientamos que os resultados da avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

Curitiba, 28 de janeiro de 2018.

Responsável Técnica

Nadilene Smaha

Atuária MIBA 1437

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 16_5_5_1_Relatorio_Anual_de_Informacoes_RAI_2019.pdf (60/153) 59/584

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores, Patrocinadores e Participantes da
Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN
Curitiba/ PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – Fusan ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo plano de benefícios administrado pela Entidade, aqui denominado de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração da mutação do ativo líquido, do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – Fusan e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à **Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 27 de março de 2017, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN**.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso

relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2018.

BDO RCS Auditores Independentes S.S.
CRC 2 PR 006853/F-9

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1SP 124504/O-9 "S" PR

Gilberto de Souza Schlichta
Contador CRC 1PR 35508/O-5

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 16_5_5_1_Relatorio_Anual_de_Informacoes_RAI_2019.pdf (63/153) 62/584

PARECER DOS CONSELHOS

CONSELHO FISCAL

FUNDAÇÃO SANEPAR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUSAN

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinando as Demonstrações Contábeis consolidadas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e o relatório dos Auditores Independentes da BDO RCS, concluímos que as mesmas refletem com propriedade a situação patrimonial da Fusan, reunindo as condições necessárias para serem aceitos e aprovados por este Conselho, encaminhando-as para deliberação do Conselho Deliberativo.

MOACIR LUCIETTO
Presidente

ALCIR EMPINOTTI
Membro

LUIZ YOSHIO NACAYAMA
Membro

OZIRES KLOSTER
Membro

CONSELHO DELIBERATIVO

FUNDAÇÃO SANEPAR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUSAN

O Conselho Deliberativo da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – Fusan, que abaixo assina, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, com base no Relatório dos Auditores Independentes da BDO RCS, do parecer do Conselho Fiscal, aprova o Balanço Geral e demais Demonstrações Contábeis consolidadas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2018.

MARIO PENNA GUEDES JUNIOR
Presidente

EDMAR BENÁLIA BOLONHESI
Membro

MANOEL FELIPE MUSSI AUGUSTO
Membro

CELSO LUIS THOMAZ
Membro

RAFAEL STEC TOLEDO
Membro

SIMONE CRISTINE ALVES
Membro

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – 2017

FusanPrev
Segurança e Flexibilidade

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS
FusanPrev - 2017

O presente relatório tem por objetivo demonstrar aos participantes ativos e assistidos as informações sobre alocação, custos e enquadramento dos investimentos do FusanPrev.

Alocação dos Recursos (em R$ mil)

Segmentos	Dezembro/2017	%	Dezembro/2016	%
Renda Fixa	1.119.604	78,95%	1.056.010	79,57%
Renda Variável	85.075	6,00%	94.665	7,13%
Imóveis	40.564	2,86%	41.240	3,11%
Op. com Participantes	75.647	5,33%	66.198	4,99%
Inv. Estruturados	97.542	6,88%	69.002	5,20%
TOTAL:	**1.418.432**	**100,02%**	**1.327.115**	**100,00%**

Limites de Alocação versus Política de Investimentos e Legislação Vigente

		Política de Investimentos		Resolução CMN nº 3.792
Segmentos	**Alocação Atual**	**Mínimo**	**Máximo**	**Legislação**
Renda Fixa	78,95%	30%	100%	100%
Renda Variável	6,00%	0%	35%	70%
Imóveis	2,86%	0%	8%	8%
Op. com Participantes	5,33%	0%	15%	15%
Inv. Estruturados	6,88%	0%	10%	20%

Rentabilidade dos Investimentos por Segmento

As tabelas abaixo apresentam os índices de referência e as rentabilidades das aplicações do FusanPrev nos Política de Investimentos.

Segmentos	Índices de Referência
Renda Fixa	70% CDI / 30% IMA-B
Renda Variável	IBOVESPA
Imóveis	INPC
Op.com Participantes	INPC + 10% a.a
Inv. Estruturados	INPC + 7,50% a.a

Índice de Referência é utilizado para comparação de desempenho.
MÍNIMO ATUARIAL: Composto por um índice de inflação, conforme estipulado no regulamento do FusanPrev, mais a hipótese de rentabilide do ativo.
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBG.
CDI - É a taxa que lastreia as operações no mercado interbancário.
IMA-B – Composto por títulos do tipo NTN-B, cuja rentabilidade é calculada a partir de cupons de juros mais correção pelo IPCA.
IBOVESPA - Índice composto por uma carteira teórica com principais papéis negociados na BM&F Bovespa.
SMLL- Indicador de desempenho médio das cotações dos ativos de uma carteira composta pelas empresas de menor capitalização.

Rentabilidade dos segmentos em 2017

Renda Fixa	**10,24%**
Benchmark: 70% CDI / 30% IMA-B	10,83%
Renda Variável	**28,90%**
Benchmark: IBOVESPA	26,86%
Imóveis	**4,78%**
Benchmark: INPC	2,07%
Oper.com Participantes	**13,63%**
Benchmark: INPC + 10% a.a	12,14%
Investimentos Estruturados	**10,17%**
Benchmark: INPC + 7,50% a.a	9,72%
FusanPrev (consolidado)	**11,33%**

Gastos com a Administração dos Recursos (em R$ mil)

Contas	2017
Taxa de Administração	872
Taxa de Custódia	490
Taxa de Corretagem	31
Auditoria dos Fundos / Taxa de Fiscalização	168
Consultorias/Auditoria Externa	84
Outras Despesas (DI, Cartório, Cetip, Selic, CBLC, BM&F e ANBIMA)	253
Taxa de Administração de Imóveis	71
Agente Fiduciário	8
Taxa de Performance	189
TOTAL	**2.166**

Quadro dos Investimentos do FusanPrev (em R$ mil)

A tabela abaixo apresenta todos os Investimentos do FusanPrev em 29/12/2017, especificando cada ativo (Fundos de Investimentos, Títulos e Valores Mobiliários, Imóveis e Operações com Participantes), e valores aplicados.

	Valor (R$ Mil)	% Sobre Total Inv.		Valor (R$ Mil)	% Sobre Total
Total dos Investimentos	**1.418.432**		**Renda Variável**	**85.075**	**6,00%**
			Mercado de Ações	**0**	**0,00%**
Renda Fixa	**1.119.604**	**78,95%**			
Fundos de Investimentos	**1.119.604**	**78,93%**			
Bradesco FI Renda Fixa Passaúna	798.869	56,32%	**Fundos de Investimentos**	**85.075**	**6,00%**
Brasil Plural Iraí	30.977	2,18%	BlackRock Institucional Ibovespa FIA	23.662	1,67%
Novero Miringuava FI RF Crédito Privado	39.938	2,82%	Bradesco FICFIA Ibovespa Reg. de Prev.	26.093	1,84%
Santander Tingui FI Renda Fixa	74.650	5,26%	Itau Inst. FOF Ações - FICFI	31.394	2,21%
Sul América Tibagi FI Renda Fixa	121.914	8,59%	Sul América Expertise FIA	859	0,06%
Vinci Crédito e Desenvolvimento I - FIDC	583	0,04%	Sul América Expertise II FIA	3.067	0,22%
Western Asset Iguaçu FI RF Crédito Privado	52.673	3,71%			
			Imóveis	**40.564**	**2,86%**
			Locadas a Patrocinadora	7.711	0,54%
Invest.Estruturados	**97.542**	**6,88%**	Locadas a Terceiros	29.857	2,10%
Garde Dumas	17.667	1,25%	Uso Próprio	2.996	0,21%
FIP - Lacan Florestal	6.937	0,49%			
FIP - Lacan Florestal II	1.893	0,13%			
Kinea Macro Chronos	17.516	1,23%			
Pátria Special Opportunities I - FIQFIP	13.905	0,98%			
Pátria Infraestrutura III FIP	3.574	0,25%	**Op. com Participantes**	**75.647**	**5,33%**
Brasil Energia Renovável - FIP	2.365	0,17%	Empréstimos	75.647	
Safra Galileo FI MM	17.766	1,25%			
Mauá Macro II FICFIM	15.920	1,12%			

Recursos Gestores Terceirizados (em R$ mil)

Gestores Terceirizados	Valor Aplicado(R$ mil)	% Sobre o Total dos Investimentos	% Sobre Total Terceirizado
BlackRock Brasil Gestora de Investimentos S/A	23.662	1,67%	1,78%
BRAM Bradesco Asset Management S/A	824.962	58,17%	61,93%
Brasil Plural Gestão de Recursos LTDA	33.342	2,35%	2,50%
Garde Asset Management S/A	17.667	1,25%	1,33%
Imobiliária Freitas Godoi LTDA	25.365	1,79%	1,90%
Itaú DTVM LTDA	48.910	3,45%	3,67%
Santander Asset Management S/A	74.650	5,26%	5,60%
Lacan Investimentos e Participações LTDA	8.830	0,62%	0,66%
Novero Gestão de Recursos LTDA	39.938	2,82%	3,00%
Mauá Capital LTDA	15.920	1,12%	1,20%
Pátria Investimentos LTDA	17.479	1,23%	1,31%
Safra Asset Management	17.766	1,25%	1,33%
Sul América Investimentos DTVM S/A	125.840	8,87%	9,45%
Vinci Equities Gestora de Recursos DTVM	583	0,04%	0,04%
Western Asset Management Company DTVM I	52.673	3,71%	3,95%
World Trade Center	4.492	0,32%	0,34%
TOTAL	**1.332.078**	**93,94%**	**100,00%**

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - 2017

Alocação dos Recursos do Plano de Gestão Administrativa (em R$ mil)

Segmento Renda Fixa	Dezembro/2017	%	Dezembro/2016	%
Itaú Soberano Referenciado DI LP - FI	4	100%	4	100%

Rentabilidade dos Investimentos por Segmento

	Rentabilidade em 2017
Renda Fixa	**9,89%**
Benchmark: CDI	9,95%

Gastos com a Administração dos Recursos (em R$ mil)

Contas	Dezembro/2017	Dezembro/2016
Taxa de Custódia	**21**	**20**
Taxa Cetip	**22**	**20**
TOTAL	**43**	**40**

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS 2018

Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 18/12/2017 11:05:30

Informações da Entidade

Código: 535 Sigla: FUSAN Exercício: 2018

Plano de Benefícios: 1982000538 - PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS FUSANPREV

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2018 a 12/2018	INPC	5,75

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: 12/2017 **Data:** 15/12/2017

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2018 a 31/12/2018	PLANO	DIRCEU WICHNIESKI	500.256.519-00	DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Controle de Risco

Risco de Mercado Risco de Liquidez Risco de Contraparte

Risco Legal Risco Operacional Outros

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação: outros riscos: risco atuarial, risco de solvência e risco de terceirização

Alocação dos Recursos

Periodo de Referência: 01/2018 a 12/2018			
Segmento	**Mínimo %**	**Máximo %**	**Alvo %**
RENDA FIXA	30,00	100,00	79,29
RENDA VARIÁVEL	0,00	35,00	6,14
IMÓVEIS	0,00	8,00	3,34
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	15,00	5,20
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	5,32
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	10,00	0,71
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00	
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2016	1º Sem 2017	2018	Não Aplica
PLANO	17,88	5,33	10,21	
RENDA FIXA	17,58	5,10	10,21	
RENDA VARIÁVEL	27,14	9,61	16,73	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	9,66	2,67	14,64	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	16,73	
IMÓVEIS	12,27	2,30	4,22	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	19,68	7,24	14,64	

Observação:

Relatório Anual Fusan 2018

FUSAN
Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 16_5_5_1_Relatorio_Anual_de_Informacoes_RAI_2019.pdf (72/153) 71/584

FUSAN
Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social

INTRODUÇÃO	2
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017	3
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017	9
PARECER ATUARIAL	34
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	40
PARECER DO CONSELHO FISCAL	42
PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO	42
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – 2018	43
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS 2018	46

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 16_5_5_1_Relatorio_Anual_de_Informacoes_RAI_2019.pdf (73/153) 72/584

INTRODUÇÃO

O ano de 2018 foi marcado por diversos fatos que trouxeram fortes oscilações para o mercado financeiro. Destacaram-se a greve dos caminhoneiros que gerou impactos negativos em todos os mercados e a eleição presidencial, que trouxe boas expectativas para o cenário econômico brasileiro e consequentemente para o mercado financeiro.

Em 2018, o FusanPrev obteve 10,26% de rentabilidade, acima da meta atuarial do plano que foi de 9,38%, da inflação medida pelo INPC de 3,43% e da Caderneta de Poupança de 4,62%. A taxa de juros no Brasil, em 2018, apresentou um declínio, que foi intensificado com o resultado da eleição presidencial. Em função disso a Fusan reduziu a taxa de juros Atuarial do FusanPrev de 5,75% para 5,50%, o que resultou em aumento da obrigação em R$ 17,3 milhões. Face a isso, o resultado do ano foi negativo em R$ 14,1 milhões e o acumulado em R$ 15,4 milhões.

Para o deficit, a legislação permite utilização do valor do ajuste de precificação, que é a diferença entre o valor contabilizado dos títulos públicos pelo critério de vencimento e sua valorização a mercado. Este ajuste foi positivo em R$ 15,3 milhões. Com isso, o FusanPrev encerra o exercício de 2018 com deficit de R$ 111 mil, praticamente em equilíbrio técnico, sem a necessidade de equacionamento.

Rua Ébano Pereira, 309 - Centro - CEP 80410-240 Curitiba - PR - TEL (41) 3307-9120 FAX 3307-9199 - CNPJ 75.992.438/0001-00 - www.fundacaosanepar.com.br

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 16_5_5_1_Relatorio_Anual_de_Informacoes_RAI_2019.pdf (74/153) 73/584

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

I - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores apresentados em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2018	2017	Variação (%)
DISPONÍVEL	**4.1**	**145**	**130**	**11,54**
REALIZÁVEL		**1.571.926**	**1.459.372**	**7,71**
Gestão Previdencial	**4.2**	13.922	12.933	7,64
Gestão Administrativa	**4.3**	27.248	23.838	14,30
Investimentos	**4.4**	1.530.756	1.422.601	7,60
Fundos de Investimento		1.406.616	1.306.287	7,68
Investimentos Imobiliários		39.770	40.564	(1,96)
Empréstimos		84.212	75.646	11,32
Depósitos Judiciais/Recursais		158	104	51,92
PERMANENTE	**4.5**	**151**	**203**	**(25,62)**
Imobilizado		110	132	(16,67)
Intangível		41	71	(42,25)
TOTAL DO ATIVO		**1.572.222**	**1.459.705**	**7,71**

PASSIVO	Nota	2018	2017	Variação (%)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	**6.1**	**8.260**	**10.866**	**(23,98)**
Gestão Previdencial		7.126	9.472	(24,77)
Gestão Administrativa		732	913	(19,82)
Investimentos		402	481	(16,42)
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	**6.2**	**28.524**	**24.661**	**15,66**
Gestão Previdencial		1.620	1.331	21,71
Gestão Administrativa		26.746	23.226	15,16
Investimentos		158	104	52,92
PATRIMÔNIO SOCIAL		**1.535.438**	**1.424.178**	**7,81**
Patrimônio de Cobertura do Plano		**1.515.767**	**1.406.988**	**7,73**
Provisões Matemáticas	**6.3**	**1.531.176**	**1.408.303**	**8,72**
Benefícios Concedidos		814.619	770.011	5,79
Benefícios a Conceder		735.515	657.495	11,87
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(18.958)	(19.203)	(1,28)
Equilíbrio Técnico	**8**	**(15.409)**	**(1.315)**	**1.071,79**
Resultados Realizados		(15.409)	(1.315)	1.071,79
Déficit Técnico Acumulado		(15.409)	(1.315)	1.071,79
FUNDOS	**7**	**19.671**	**17.190**	**14,43**
Fundos Previdenciais		12.282	10.039	22,34
Fundos Administrativos		4.141	3.967	4,39
Fundos dos Investimentos		3.248	3.184	2,01
TOTAL DO PASSIVO		**1.572.222**	**1.459.705**	**7,71**

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

CLÁUDIA TRINDADE
Diretora-Presidente
CPF 514.427.019-00

DIRCEU WICHNIESKI
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF 500.256.519-00

MARCOS CESAR TODESCHI
Diretor de Seguridade
CPF 735.506.209-34

WAGNER TROMBINI
Contador CRC-PR 049598/O-4
CPF 609.927.199-68

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADA

PERÍODO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores apresentados em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	**1.424.178**	**1.324.944**	**7,49**
1. Adições	**213.248**	**215.839**	**(1,20)**
Contribuições Previdenciais	65.496	63.135	3,74
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	138.886	143.917	(3,50)
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	26	(100,00)
Receitas Administrativas	8.287	8.063	2,78
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	226	360	(37,22)
Constituição de Fundos de Investimento	353	338	4,44
2. Destinações	**(101.989)**	**(116.605)**	**(12,53)**
Benefícios	(92.917)	(108.160)	(14,09)
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(444)	-	100,00
Despesas Administrativas	(6.023)	(6.022)	0,02
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(2.317)	(2.209)	4,89
Reversão de Fundos de Investimento	(288)	(214)	34,58
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	**111.259**	**99.234**	**12,12**
Provisões Matemáticas	122.872	68.679	78,91
Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(14.094)	25.830	(154,56)
Fundos Previdenciais	2.245	4.409	(49,08)
Fundos Administrativos	173	191	(9,42)
Fundos dos Investimentos	63	124	(49,19)
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	**1.535.438**	**1.424.178**	**7,81**

CLÁUDIA TRINDADE
Diretora-Presidente
CPF 514.427.019-00

DIRCEU WICHNIESKI
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF 500.256.519-00

MARCOS CESAR TODESCHI
Diretor de Seguridade
CPF 735.506.209-34

WAGNER TROMBINI
Contador CRC-PR 049598/O-4
CPF 609.927.199-68

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PERÍODO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores apresentados em milhares de reais)

	DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	**1.417.026**	**1.318.108**	**7,50**
	1. Adições	**208.172**	**210.886**	**(1,29)**
(+)	Contribuições	69.286	66.943	3,50
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	138.886	143.917	(3,50)
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	26	(100,00)
	2. Destinações	**(97.149)**	**(111.968)**	**(13,24)**
(-)	Benefícios	(92.917)	(108.160)	(14,09)
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(444)	-	100,00
(-)	Custeio Administrativo	(3.788)	(3.808)	(0,53)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	**111.023**	**98.918**	**12,24**
(+/-)	Provisões Matemáticas	122.872	68.679	78,91
(+/-)	Fundos Previdenciais	2.245	4.409	(49,08)
(+/-)	Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(14.094)	25.830	(154,56)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	**1.528.049**	**1.417.026**	**7,83**
	C) Fundos não previdenciais	**7.389**	**7.151**	**3,33**
(+)	Fundos Administrativos	173	191	(9,42)
(+)	Fundos dos Investimentos	64	124	(48,39)

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

CLÁUDIA TRINDADE
Diretora-Presidente
CPF 514.427.019-00

DIRCEU WICHNIESKI
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF 500.256.519-00

MARCOS CESAR TODESCHI
Diretor de Seguridade
CPF 735.506.209-34

WAGNER TROMBINI
Contador CRC-PR 049598/O-4
CPF 609.927.199-68

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS

PERÍODO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores apresentados em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
1. Ativos	**1.544.743**	**1.435.565**	**7,61**
Disponível	144	129	11,63
Recebível	18.063	16.901	6,88
Investimento	**1.526.536**	**1.418.535**	**7,61**
Fundos de Investimento	1.402.396	1.302.221	7,69
Investimentos Imobiliários	39.770	40.564	(1,96)
Empréstimos	84.212	75.647	11,32
Depósitos Judiciais/Recursais	158	103	53,40
2. Obrigações	**9.305**	**11.388**	**(18,29)**
Operacional	7.527	9.953	(24,37)
Contingencial	1.778	1.435	23,90
3. Fundos não Previdenciais	**7.389**	**7.151**	**3,33**
Fundos Administrativos	4.141	3.967	4,39
Fundos de Investimentos	3.248	3.184	2,01
5. Ativos Líquidos (1-2-3)	**1.528.049**	**1.417.026**	**7,83**
Provisões Matemáticas	802.401	757.267	5,96
Déficit Técnico	(15.409)	(1.315)	1.071,79
Fundos Previdenciais	12.283	10.039	22,35
6 - Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(15.409)	(1.315)	1.071,79
b) (+/-) Ajuste de Precificação	15.298	14.948	2,34
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	**(111)**	**13.633**	**(100,81)**

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

CLÁUDIA TRINDADE
Diretora-Presidente
CPF 514.427.019-00

DIRCEU WICHNIESKI
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF 500.256.519-00

MARCOS CESAR TODESCHI
Diretor de Seguridade
CPF 735.506.209-34

WAGNER TROMBINI
Contador CRC-PR 049598/O-4
CPF 609.927.199-68

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

PERÍODO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores apresentados em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	**3.967**	**3.776**	**5,06**
1. Custeio da Gestão Administrativa	**8.513**	**8.422**	**1,08**
1.1. Receitas	**8.513**	**8.422**	**1,08**
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3.788	3.808	(0,53)
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.993	3.805	4,94
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	506	449	12,69
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	226	360	(37,22)
2. Despesas Administrativas	**6.023**	**6.022**	**0,02**
2.1. Administração Previdencial	**2.852**	**3.055**	**(6,64)**
2.1.2. Despesas Específicas	**2.852**	**3.055**	**(6,64)**
Pessoal e encargos	1.866	2.064	(9,59)
Treinamentos/congressos e seminários	40	30	33,33
Viagens e estadias	36	37	(2,70)
Serviços de terceiros	565	597	(5,36)
Despesas gerais	220	198	11,11
Depreciações e amortizações	36	39	(7,69)
Tributos	62	59	5,08
Outras Despesas	27	31	(12,90)
2.2. Administração dos Investimentos	**3.171**	**2.967**	**6,88**
2.2.2. Despesas Específicas	**3.171**	**2.967**	**6,88**
Pessoal e encargos	2.314	2.140	8,13
Treinamentos/congressos e seminários	44	30	46,67
Viagens e estadias	41	45	(8,89)
Serviços de terceiros	409	396	3,28
Despesas gerais	240	223	7,62
Depreciações e amortizações	38	43	(11,63)
Tributos	58	61	(4,92)
Outras Despesas	27	29	(6,90)
3. Constituição de Contingências Administrativas	**2.317**	**2.209**	**4,89**
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	**173**	**191**	**(9,42)**
5 . Constituição/Reversão do Fundo Adminstrativo (4)	**173**	**191**	**(9,42)**
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	**4.141**	**3.967**	**4,39**

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

CLÁUDIA TRINDADE
Diretora-Presidente
CPF 514.427.019-00

DIRCEU WICHNIESKI
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF 500.256.519-00

MARCOS CESAR TODESCHI
Diretor de Seguridade
CPF 735.506.209-34

WAGNER TROMBINI
Contador CRC-PR 049598/O-4
CPF609.927.199-68

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

PERÍODO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores apresentados em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	**1.540.605**	**1.431.599**	**7,61**
1. Provisões Matemáticas	**1.531.176**	**1.408.303**	**8,72**
1.1. Benefícios Concedidos	**814.619**	**770.011**	**5,79**
Benefício Definido	814.619	770.011	5,79
1.2. Benefícios a Conceder	**735.515**	**657.494**	**11,87**
Contribuição Definida	**728.775**	**651.036**	**11,94**
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	350.498	315.116	11,23
Saldo de contas - parcela participantes	378.277	335.920	12,61
Benefício Definido	**6.740**	**6.458**	**4,37**
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	**(18.958)**	**(19.202)**	**(1,27)**
(-) Serviço passado	**(576)**	**(540)**	**6,67**
(-) Participantes	(576)	(540)	6,67
(-) Déficit equacionado	**(18.382)**	**(18.662)**	**(1,50)**
(-) Patrocinador(es)	(6.522)	(6.558)	(0,55)
(-) Participantes	(135)	(135)	(0,00)
(-) Assistidos	(11.726)	(11.969)	(2,03)
2. Equilíbrio Técnico	**(15.409)**	**(1.315)**	**1.071,79**
2.1. Resultados Realizados	(15.409)	(1.315)	1.071,79
(+) Superávit / Déficit técnico acumulado	(15.409)	(1.315)	1.071,79
3. Fundos	**15.530**	**13.223**	**17,45**
3.1. Fundos Previdenciais	12.282	10.039	22,34
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.248	3.184	2,01
4. Exigível Operacional	**7.529**	**9.953**	**(24,35)**
4.1. Gestão Previdencial	7.126	9.472	(24,77)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	403	481	(16,22)
5. Exigível Contingencial	**1.778**	**1.435**	**23,90**
5.1. Gestão Previdencial	1.620	1.331	21,71
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	158	104	51,92

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

CLÁUDIA TRINDADE
Diretora-Presidente
CPF 514.427.019-00

DIRCEU WICHNIESKI
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF 500.256.519-00

MARCOS CESAR TODESCHI
Diretor de Seguridade
CPF 735.506.209-34

WAGNER TROMBINI
Contador CRC-PR 049598/O-4
CPF 609.927.199-68

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017.

(Valores expressos em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, localizada à Rua Ébano Pereira, 309 - Curitiba – Paraná, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cujo Estatuto Social foi aprovado em 08 de junho de 1982 (publicado no D.O.U em 11/06/1982) sob a forma de Fundação, pela patrocinadora Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, tendo como objetivo assegurar aos participantes e seus dependentes legais, os seguintes benefícios previdenciários:

- Renda mensal vitalícia normal;
- Renda mensal vitalícia antecipada;
- Renda mensal vitalícia diferida;
- Renda mensal por invalidez;
- Renda mensal de auxílios doença e acidente;
- Renda mensal de pensão por morte;
- Pecúlio por morte; e
- Abono anual.

A Fusan é patrocinada pelas seguintes empresas:

- Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR
- Fundação Sanepar de Assistência Social; e
- Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN.

A FUSAN administra, atualmente, o plano de benefícios da Entidade, denominado de FusanPrev, que é composto de obrigações nas modalidades: (a) contribuição definida para os benefícios programados para os participantes ativos e (b) benefício definido para os participantes na fase de recebimento dos benefícios, bem como, para todos os benefícios de risco (aposentadorias por invalidez, pensão, auxílio doença e auxílio acidente). Foi aprovado pela Secretaria da Previdência Social – SPC, no Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, através do Ofício SPC/COJ sob nº 2.802, de 14 de setembro de 2000.

O processo de gestão dos investimentos é realizado de acordo com a política de investimentos aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo e acompanhada mensalmente pelos órgãos de Governança da entidade, Gerência de Investimentos, Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, , Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal.

O quadro de participantes do Plano Fusanprev em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 era o seguinte:

Estatísticas de Participantes Ativos e Assistidos

Item	31/12/2018	31/12/2017
Nº de participantes	**6.778**	**6.823**
Ativos	6.654	6.695
Autopatrocinados	92	99
Vinculados (BPD*)	32	29
Assistidos	**2.696**	**2.668**
TOTAL	**9.474**	**9.491**

* BPD: Benefício Proporcional Diferido

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar - EFPC, especificamente a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 (que revogou a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011), Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, bem como alterações posteriores, e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis, em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. Outras características apresentadas nas demonstrações contábeis: Balancete por Plano de Benefícios Previdencial, Balancete do Plano de Gestão Administrativa e Balancete Consolidado.

A Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, obriga o registro do Plano de Gestão Administrativa - PGA separado do Plano de Benefícios.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas ou Variações Positivas e Deduções ou Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas ou Variações Positivas e Deduções ou Variações Negativas do Fluxo de Investimentos, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

b) Provisões Matemáticas e Fundos de Gestão Previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder dos participantes ativos e assistidos.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2018 e 2017, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente pelo profissional responsável pelo plano, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que administram as ações.

d) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendo

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 16_5_5_1_Relatorio_Anual_de_Informacoes_RAI_2019.pdf (82/153) 81/584

conforme o número de dias de atraso, atendendo o disposto no Item 11, Anexo "A" da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

e) Ativo Realizável – Fluxo dos Investimentos

Registra e controla as aplicações dos recursos garantidores da Entidade nos diversos segmentos de aplicação , de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.661, publicada em 25 de maio de 2018, que revogou a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

I. Renda Fixa

Registra os investimentos no mercado financeiro no segmento de renda fixa. As aplicações nos Fundos de Investimentos Exclusivos, apresentadas no balanço patrimonial, estão valoradas em conformidade com a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, que revogou a Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de Janeiro de 2002, alterada pela Resolução MPAS/CGPC nº 08, de 19 de junho de 2002. De acordo com este dispositivo legal os títulos e valores mobiliários pertencentes às carteiras dos fundos exclusivos estão classificados em "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento". Os títulos para negociação estão precificados à mercado, enquanto os títulos mantidos até o vencimento estão registrados pelo custo acrescidos dos respectivos rendimentos até a data do balanço.

II. Renda Variável

Registra os investimentos no segmento de renda variável, através da aquisição de cotas de Fundos de Investimentos em ações – FIA e cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Ações – FIC FIA. As aplicações em fundos de ações estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos ou perdas auferidas até a data do encerramento do exercício.

III. Imobiliário

Registra os investimentos imobiliários ao custo de aquisição, devidamente ajustados a valor de mercado por reavaliações suportadas em laudos técnicos, deduzidos da depreciação acumulada e acrescidos dos alugueis a receber, conforme determina a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução MPS/PREVIC nº 14, de 12 de novembro de 2014. As depreciações são calculadas pelo método linear pelo prazo de vida útil dos imóveis reavaliados, sendo que sua contrapartida é registrada como despesa no fluxo de investimentos.

IV. Estruturado

Registra os investimentos no segmento estruturado através da aquisição de cotas de Fundos de Investimento em Participações – FIP´s, cotas de Fundos de Investimento classificados como multimercado - FIM e as cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento classificados como multimercado – FICFIM, cujos regulamentos observem exclusivamente a legislação estabelecida pela CVM.

V. Operações com Participantes

Registra as operações no segmento de empréstimos concedidos aos participantes do Plano de Benefícios FusanPrev. As operações efetuadas na modalidade simples são corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, acrescidas de juros de 0,9% ao mês. A carteira conta com mais três modalidades de empréstimos: Curto Prazo, 13º salário e Abono Indenizatório, com taxa de juros pré-fixada de 1,10% ao mês.

f) Gestão Previdencial

Registra os créditos decorrentes das contribuições previdenciárias vinculadas ao plano de benefícios, segregando as contribuições dos participantes, assistidos e das patrocinadoras. As contribuições dos autopatrocinados são escrituradas pelo regime de caixa. As provisões para o recebimento da parcela de contribuições sobre o 13º salário são contabilizadas mensalmente à razão de 1/12 do valor das remunerações e ajustadas no mês do pagamento.

g) Gestão Administrativa

Registra e controla os recursos necessários à cobertura das despesas com administração, repassados ao Plano de Gestão Administrativa - PGA pelo Plano Previdencial e de Investimentos, conforme fontes de custeio definidos no Regulamento do PGA do Plano de Benefícios FusanPrev, em atendimento ao disposto no item 27, das Normas Gerais, do Anexo "C", da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, revogada pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) e mais o resultado dos investimentos do Fundo do PGA, deduzidas das despesas da administração previdencial e dos investimentos, bem como as constituições e reversões de contingências administrativas, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado do plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes ativos e assistidos do plano.

h) Permanente

Registra os bens ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

Os itens que compõem o Ativo Imobilizado são depreciados e amortizados pelo método linear, de acordo com avida útil econômica do bem estimada na aquisição.

No registro contábil das depreciações e amortizações são observadas as seguintes regras:

- As amortizações e depreciações, calculadas por método linear, são contabilizadas mensalmente, como redutoras nas respectivas contas do ativo, tendo suas contrapartidas registradas no resultado do PGA.

i) Exigível Operacional

Gestão Previdencial

Registra as obrigações relativas ao pagamento de benefícios previdenciários e tributos pertinentes.

Gestão Administrativa

Registra as obrigações relativas à gestão administrativa, tais como salários de empregados, provisões de férias e 13º salário e seus respectivos encargos, dívidas decorrentes da prestação de serviços de terceiros e outros.

Investimentos

Registra as obrigações relativas às aplicações de recursos.

j) Exigível Contingencial

As provisões para contingências são avaliadas periodicamente e são constituídas considerando a avaliação da administração e de seus consultores jurídicos, sendo consideradas suficientes para cobrir perdas prováveis decorrentes desses processos. Essas ações estão classificadas entre gestão previdencial, administrativa e de investimentos, de acordo com sua natureza.

Gestão Previdencial

Registra as provisões para suportar as perdas consideradas prováveis com base na avaliação jurídica de cada ação ajuizada contra a Entidade, comentado na nota "6.2 – a".

Gestão Administrativa

Registra as provisões relativas a litígios da Gestão Administrativa, incluindo as trabalhistas, tributárias e fiscais, cujas decisões futuras podem gerar desembolso pela Entidade, comentado na nota "6.2 – b1, b2 e b3".

Investimentos

Refere-se às contingências relativas ao IPTU do imóvel de uso próprio e condomínio de imóvel vendido, depositados judicialmente, conforme comentado na nota "6.2 – c".

k) Patrimônio de Cobertura do Plano

Provisões Matemáticas

Representa os valores relativos aos compromissos com participantes assistidos e ativos, segregados em provisões matemáticas de benefícios concedidos, provisões matemáticas de benefícios a conceder e provisões matemáticas a constituir, demonstrado conforme Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013 (Quadro VI – Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios). Estes valores são calculados pelo atuário responsável pelo plano com base em estudo atuarial.

Equilíbrio Técnico

Representa o resultado acumulado do plano de benefício podendo ser superávit técnico ou o déficit técnico.

Regime Financeiro

O Plano FusanPrev adota o Regime Financeiro de Capitalização para o cálculo das Provisões Matemáticas das rendas programadas. Na pensão e pecúlio por morte é adotado o Regime de Repartição por Capital de Cobertura e no auxílio doença utiliza-se o Regime de Repartição Simples. A Provisão Matemática é o resultado dos cálculos atuariais do custo dos Benefícios a ser pago aos Participantes, deduzidos das contribuições futuras. As contribuições dos Participantes vertidas ao plano são registradas em Fundos Individuais.

Benefícios Concedidos

Corresponde à diferença entre o valor atual dos Benefícios Concedidos e o valor atual de contribuições a serem recolhidas pelos assistidos e beneficiários, de acordo com o plano de custeio vigente.

Benefícios a Conceder

Corresponde à diferença entre o valor atual dos Benefícios a serem concedidos aos Participantes e respectivos

Beneficiários e o valor atual das contribuições futuras dos Participantes e das Patrocinadoras, para a sustentação dos referidos Benefícios, de acordo com o plano de custeio vigente.

l) Fundos

Fundos são valores constituídos com finalidades específicas de acordo com sua origem previdencial, administrativa e investimentos.

Fundos Previdenciais

Representa os fundos de natureza previdencial amparados por estudos e cálculos atuariais, destinados prioritariamente à cobertura dos Benefícios concedidos e de risco. Encontra-se nesta conta, adicionalmente, as contribuições individuais e patronais a resgatar de participantes desligados da empresa e do plano (ver notas 7.1).

Fundos Administrativos

Representa e registra a diferença entre os recursos arrecadados e os consumidos, pertencentes à gestão administrativa. É corrigido mensalmente levando em conta o resultado líquido dos investimentos pertencentes ao Plano de Gestão Administrativa.

Fundo dos Investimentos

Registra os valores arrecadados para cobertura de riscos em caso de falecimento de participantes que detenham contratos ativos de empréstimos e, depois de esgotadas todas as possibilidades de cobrança de contratos pendentes de pagamentos. A sua constituição ocorre pela cobrança juntamente com as parcelas de empréstimos e a sua reversão em virtude de falecimento do participante que possua saldo devedor no contrato. É corrigido mensalmente pela rentabilidade do plano de benefícios. Os recursos necessários e julgados convenientes sobre o aspecto da qualidade dos ativos, riscos de perdas de qualquer natureza, incluindo riscos de realização, estão sob responsabilidade de julgamento da administração.

m) Fluxo dos Investimentos

Representa as transferências de recursos entre o Fluxo de Investimentos e as Gestões Previdencial e Administrativa, decorrentes dos resultados positivos ou negativos dos investimentos.

4 REALIZÁVEL

4.1 Disponível

Registra os saldos bancários disponíveis em contas correntes em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	R$Mil	
Disponível	**2018**	**2017**
Banco Itaú	105	130
Caixa Econômica Federal	40	0
	145	**130**

4.2 Gestão Previdencial

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são apresentados a seguir:

REALIZÁVEL	R$Mil	
Gestão Previdencial	**2018**	**2017**
Contribuições normais do mês	5.024	4.653
Contribuições sobre 13º salário	4.915	4.458
Contribuições contratadas / TAC	43	76
Depósitos Judiciais / Recursais (nota a)	3.940	3.746
Recursos a Receber	**13.922**	**12.933**

a) Os depósitos judiciais e recursais são ações em andamento de Expurgos Inflacionários (ver nota 6.2 - a).
Em 2016, a Fusan ofereceu um imóvel comercial no valor de R$ 1.720 para garantir o juízo de ação de expurgos inflacionários ingressado por participante assistido. Com essa medida, não houve saída de recursos financeiros dos investimentos que continuaram aplicados no mercado financeiro e o imóvel comercial rentabilizado através do aluguel.

4.3 Gestão Administrativa

A composição dos valores a realizar da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

	R$Mil	
Gestão Administrativa	**2018**	**2017**
Contas a receber	946	1.000
Despesas antecipadas	76	132
Depósitos judiciais / Recursais	26.226	22.706
	27.248	**23.838**

Os depósitos judiciais e recursais referem-se ao recolhimento de tributos de PIS e COFINS incidentes sobre as receitas administrativas e pagamentos dos gastos com os dirigentes (ver nota 6.2 – b1, b2 e b3).

4.4 Investimentos (Plano Previdencial e PGA)

	R$ Mil	
	2018	**2017**
a) FUNDOS DE INVESTIMENTOS	**1.406.616**	**1.306.287**
Referenciados	4.219	4.066
Renda Fixa	1.176.611	1.119.021
Ações	103.904	85.075
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	-	583
Fundo de Invest. em Participações - FIP	121.882	97.542
b) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	**39.770**	**40.564**
ALUGUEIS E RENDAS	**39.770**	**40.564**
Uso Próprio	2.978	3.023
Locadas a Patrocinadora(s)	7.610	7.759
Locadas a Terceiros	24.724	25.290
Rendas de Participações	4.458	4.492
c) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	**84.212**	**75.647**
Empréstimos Diversas Modalidades	81.955	73.946
Empréstimos Não Recebidos	327	550
(-) Provisão Para Perda 25% (atraso de 61 a 120 dias)	(43)	(143)
(-) Provisão Para Perda 50% (atraso de 121 a 240 dias)	(187)	(73)
(-) Provisão Para Perda 75% (atraso de 241 a 360 dias)	(44)	(59)
(-) Provisão Para Perda 100% (atraso acima de 360 dias)	(353)	(427)
Empréstimos a Receber	2.402	1.704
Empréstimos em Cobrança Judicial	155	204
Empréstimos a Conciliar	-	(55)
d) DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	**158**	**103**
TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS	**1.530.756**	**1.422.601**

Os Fundos de Investimentos e Ações estão custodiados no Banco Itaú-Unibanco S.A.

Classificação dos Títulos:

	R$MIL	
	2018	**2017**
Fundos de Investimentos	**1.406.616**	**1.306.287**
Fundo Referenciado - DI (Consolidado: Plano de Benefícios e PGA)	**4.219**	**4.066**
Itaú DTVM S.A		
Itau Soberano Referenciado Di Longo Prazo Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	4.219	4.066

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 16_5_5_1_Relatorio_Anual_de_Informacoes_RAI_2019.pdf (88/153) 87/584

Classificação dos Títulos:--Continuação

	R$MIL	
	2018	**2017**
Renda Fixa	**1.176.611**	**1.119.021**
a) Para negociação - Marcação a Mercado		
a.1) Fundos Investimentos Exclusivos	**604.729**	**603.073**
Brasil Plural Gestão de Recursos LTDA		
Brasil Plural Iraí Fundo de Investimento Multimercado	0	30.977
Novero Investimentos LTDA		
Novero Miringuava Fundo de Investimento Renda Fixa Credito Privado	37.204	1.683
Banco Santander (Brasil) S.A		
Santander Tingui Renda Fixa Crédito Privado Fundo de Investimento	103.204	74.650
Sul América Investimentos DTVM		
Sul America Tibagi Fundo de Investimento Renda Fixa Credito Privado	102.778	121.914
BRAM Bradesco Asset Manag. S.A.		
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Passauna	294.697	321.176
Western Asset Management Company DTVM LTDA		
Western Asset Iguacu Fundo de Investimento Renda Fixa Credito Privado	66.845	52.673
b) Títulos mantidos até o vencimento		
b.1) Fundos Investimentos Exclusivos	**571.882**	**515.948**
BRAM Bradesco Asset Manag. S.A. DTVM		
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Passauna	571.882	477.693
Novero Investimentos LTDA		
Novero Miringuava Fundo de Investimento Renda Fixa Credito Privado	0	38.255

	R$MIL	
	2018	**2017**
c) Ações	**103.904**	**85.075**
c.1) Fundos Condominiais	**103.904**	**85.075**
BlackRock Brasil Gestora de Investimentos S/A		
Blackrock Institucional Ibovespa Fundo de Investimento em Acoes	26.000	23.662
Itaú DTVM S/A		
Itau Institucional Fund Of Funds Acoes - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	74.309	31.394
Vinci Equities Gestora de Recursos DTVM		
Vinci Gas Valor Smll Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Acoes	0	0
BRAM Bradesco Asset Manag. S.A. DTVM		
Bradesco Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Acoes Ibovespa Regimes de Previdencia	0	26.093
Sul América Investimentos DTVM S.A.		
Sul America Expertise Fundo de Investimento em Acoes	37	859
Sul America Selection Fundo de Investimento em Acoes	3.558	3.067

Classificação dos Títulos:--Continuação

	R$MIL	
	2018	**2017**
d) Fundos Investimentos em Direitos Creditórios	**0**	**583**
Vinci Capital Gestora de Recursos LTDA.		
Vinci Credito e Desenvolvimento I - Fundo de Investimento em Direitos Creditorios	0	583
e) Outros	**121.882**	**97.542**
e.1) Fundos de Investimentos em Participações - FIP	**34.024**	**28.673**
Pátria Investimentos LTDA		
Patria Special Opportunities I - Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento em Participacoes	14.064	13.904
Brasil Plural Gestão de Recursos LTDA		
Brasil Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participacoes	2.416	2.365
Lacan Florestal DTVM		
Fundo de Investimento em Participacoes - Lacan Florestal	8.939	6.937
Pátria Investimentos LTDA		
P2 Brasil Infraestrutura III - Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Participacoes	5.352	3.574
Lacan Florestal DTVM		
Fundo de Investimento em Participacoes - Lacan Florestal II	2.137	1.893
BRL Trust Investimentos LTDA		
Hamilton Lane Brasil Fundo de Fundos II - FIP Multiestratégia	1.116	0
e.2) Fundos Multimercados	**87.858**	**68.869**
Mauá Capital LTDA		
Mauá Macro II Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos Multimercado (M)	16.442	15.920
Safra Asset Management LTDA		
Safra Galileo Fundo de Investimento Multimercado (M)	18.650	17.766
Garde Asset Management Gestão de Recursos Ltda		
Garde Dumas FIC de FIM (M)	17.973	17.667
Kinea Investimentos Ltda		
Kinea Chronos Fundo de Investimento Multimercado (M)	19.206	17.516
Truxt Investimentos Ltda		
Truxt Macro FIC de FIM	15.587	0
Composição dos Investimentos em Renda Fixa		
Fundos Investimentos Exclusivos - Marcados a Mercado	**604.729**	**603.073**
Fundos Investimentos Exclusivos - Mantidos até o Vencimento	**571.882**	**515.948**
TOTAL DE RENDA FIXA	**1.176.611**	**1.119.021**

Classificação dos Títulos:--Continuação

	R$MIL	
Composição da Carteira de Renda Fixa a Mercado	**2018**	**2017**
Fundos Investimentos Exclusivos	604.729	603.073
Fundo Referenciado - DI (Consolidado: Plano de Benefícios e PGA)	4.219	4.066
Fundos Investimentos em Direitos Creditórios	0	583
Total	**608.948**	**607.722**

Vencimento dos Papéis Renda Fixa a Mercado	**2018**	**2017**
Até 60 dias	64.712	50.125
De 61 a 180 dias	12.262	33.370
De 181 a 360 dias	2.759	109.474
Acima de 361 dias	529.215	414.753
Total	**608.948**	**607.722**

Vencimento dos Papéis Renda Fixa Mantidos até o Vencimento	**2018**	**2017**
Até 60 dias	0	0
De 61 a 180 dias	0	0
De 181 a 360 dias	0	7.851
Acima de 361 dias	571.882	508.097
Total	**571.882**	**515.948**

No encerramento do exercício de 2018 o fundo Novero Miringuava foi reclassificado, alterando sua marcação de curva para mercado. Tal reclassificação gerou um impacto positivo de 0,005% sobre os recursos garantidores.

A totalidade dos títulos e valores mobiliários de Renda Fixa e Renda Variável encontra-se devidamente registrada na CETIP S.A. – Mercados Organizados ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, de acordo com a sua natureza. O vencimento dos papéis dos Fundos Exclusivos foi classificado em conformidade com a CGPC 04/2002.

Os títulos públicos do Fundo de Investimento Exclusivo Bradesco Renda Fixa Passaúna mantidos até o vencimento e marcados na curva, tem a seguinte composição:

NATUREZA	DATA DE VENCIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO ATUAL	VALOR CONTÁBIL	PREÇO UNITÁRIO DE MERCADO	VALOR DE MERCADO
NTN-B	15/08/2020	3.000	3.201	9.604	3.370	10.109
NTN-B	15/05/2021	3.761	3.167	11.913	3.359	12.633
NTN-B	15/08/2022	8.565	3.099	26.541	3.424	29.331
NTN-B	15/05/2023	9.972	3.035	30.262	3.398	33.885
NTN-B	15/08/2024	7.775	3.158	24.551	3.466	26.948
NTN-B	15/08/2026	670	3.214	2.153	3.509	2.351
NTN-B	15/08/2030	16.400	3.126	51.263	3.568	58.516
NTN-B	15/05/2035	3.344	3.118	10.425	3.564	11.917
NTN-B	15/08/2040	8.859	3.244	28.734	3.672	32.528
NTN-B	15/05/2045	23.530	3.221	75.790	3.651	85.896
NTN-B	15/08/2050	80.215	3.166	253.971	3.740	299.969
NTN-B	15/05/2055	12.140	3.014	36.595	3.741	45.417
NTN-F	01/01/2029	10.510	959	10.079	959	10.079
TOTAL		**188.741**		**571.882**		**659.579**

A diferença entre os valores marcados na curva devidamente contabilizados (R$ 571.882) “ntn-b”, “ntn-f” e os valores calculados a mercado (R$ 659.579), representam um montante de R$ 87.697.

C.1) Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição, devidamente ajustados a valor de mercado por reavaliações fundamentadas em laudos técnicos; a depreciação incide sobre o valor reavaliado e é calculada de acordo com o prazo de vida útil remanescente constado nos laudos.

4.5 Permanente

	R$ Mil			
	2017	ADIÇÕES	BAIXAS	2018
Permanente	**203**	**22**	**(74)**	**151**
Bens Móveis	132	19	(41)	110
Intangível	71	3	(33)	41

5 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Gestão de Riscos e Controles Internos – GRCI da entidade, está estruturada com base na metodologia elaborada pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO*, que está alinhada à ISO 31000 e a Norma S/NZS 4360:2004, metodologia de autoavaliação de riscos (*RSA - Risk Self Assessment*) e controles (*CSA - Control Self Assessment*), que permite identificar, mensurar e avaliar seus riscos da entidade. A gestão tem a finalidade de minimizar as dificuldades que podem impedir ou dificultar o alcance dos objetivos, e atender a Resolução CGPC nº13, de 1º de outubro de 2004.
Segundo a ABNT NBR ISO 31000 de 2009 a estrutura auxilia a gerenciar riscos de forma eficiente por meio da aplicação adequada do processo de gestão de riscos. Assegurando que a informação sobre riscos proveniente desse processo seja adequadamente reportada e utilizada como base para a tomada de decisões e a responsabilização em todos os níveis organizacionais aplicáveis.

A alta gestão da entidade representada pelos seus diretores participa do processo de gestão de riscos da seguinte forma:

- Avaliando e aprovando a metodologia existente sobre o processo;
- Participando das reuniões para mostrar a importância deste processo;
- Fortalecendo a disseminação e aplicando a metodologia no dia-dia da entidade;
- Respondendo os questionários inerentes à análise de riscos de sua Diretoria.

Para a implementação e aprimoramento do processo foi fundamental a elaboração e disseminação das seguintes normas (internas ou externas):

- Resolução CGPC 13/2004;
- Recomendação CGPC 2/2009.

Além disso, este trabalho foi estruturado com base nas seguintes metodologias:

- Arquitetura elaborada pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO*, que alinhada a ISO 31000 e a Norma S/NZS 4360:2004;
- Metodologia de autoavaliação de riscos (*RSA - Risk Self Assessment*) e controles (*CSA - Control Self Assessment*), onde cada gestor identifica, mensura e avalia seus riscos, pois ele conhece melhor seus objetivos e as dificuldades que podem impedir ou dificultar o alcance dos objetivos;
- Definição de dicionário de riscos e métricas específicas para mensurar de forma qualitativa os riscos identificados na Entidade.

O ciclo de avaliação de riscos e controles internos foi realizado pela empresa de consultoria especializada PFM Consultoria e Sistemas, a partir de abril de 2018, e refere-se ao 11º ciclo de avaliação.

O planejamento do escopo dos trabalhos definiu a inclusão das seguintes atividades durante o ciclo de avaliação:

- Revisão de riscos nos processos: categorias, tipos, impacto e frequência, com auxílio da consultoria da empresa via vídeo conferencia;
- Avaliação de controles internos: revisão e aplicação de questionários.
- Apoio no posicionamento em relação aos planos de ação.

No ano de 2018 foi realizado também o primeiro ciclo de avaliação dos Riscos Estratégicos da entidade, tendo como base o Planejamento Estratégico.

O processo foi encerrado com a entrega dos relatórios da avaliação de riscos estratégicos e riscos e controles internos, que apresentaram de forma resumida os seguintes resultados:

Resultado da Avaliação de Riscos Operacionais e Controles Internos:

Descrição	Risco Original	Déficit de Controle	Risco Residual
Média Global 2018	42,10	17,64	7,43
Média Global 2016	41,01	29,46	12,08

Resultado da Avaliação de Riscos Estratégicos:

Descrição	Risco Original	Déficit de Controle	Risco Residual
Média Global 2018	80,00	20,75	16,60

a) Principais Riscos

De acordo com a Política de Investimentos são monitorados os riscos abaixo relacionados:

5.1 Risco de Crédito

Esse risco se caracteriza pela dificuldade da contraparte da operação em honrar os compromissos assumidos.
O controle de risco de crédito é baseado em dois pilares, a saber:
a) Ratings emitidos por agências de classificação de risco de crédito, de acordo com as especificações e limites estabelecidos em Políticas de Investimento;
b) Avaliação de crédito por parte do gestor do fundo.

Controles

O controle do risco de crédito é descrito na Política de Investimentos e estabelece critérios mínimos para a aquisição de títulos de contrapartes privadas. Os gestores dos fundos exclusivos recebem a Política de Investimentos e assinam Termo de Responsabilidade.

5.2 Risco de Liquidez

Esse risco se caracteriza pela possibilidade de perda pela incapacidade da Entidade em saldar seus compromissos nas datas previstas ou pelo sacrifício ocasionado na transformação forçada de um ativo em caixa para quitar uma obrigação.
Em termos de liquidez e concentração, a Entidade prioriza:

a) Maior concentração em títulos públicos, que apresentam menor grau de risco;
b) Manutenção dos limites de diversificação exigidos pela legislação pertinente;
c) Acompanhamento dos vencimentos e da liquidez dos títulos;
d) Monitoramento dos fluxos de caixa.

A principal ferramenta utilizada para monitoramento do risco de liquidez é o Estudo de Macro Alocação, elaborado pela empresa de consultoria Aditus Consultoria Financeira, que relaciona ativos e passivos, inclusive em termos de fluxo de caixa.
Com relação à liquidez e a concentração dos ativos em si, a Entidade os monitora de acordo com o procedimento descrito a seguir:

Controles

São estabelecidos os parâmetros definidos pela legislação aplicável a esses quesitos. Dessa forma, não há limites adicionais a serem observados – apenas aqueles que já são verificados por ocasião dos enquadramentos, realizados tanto pela custódia do Banco Itaú-Unibanco quanto pela empresa de consultoria Aditus Consultoria Financeira.

5.3 Risco de Mercado

Esse risco se caracteriza pela possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causado por mudanças nas taxas de câmbio, de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto.

O risco de mercado é acompanhado por meio do monitoramento do desempenho dos investimentos, da variação dos benchmarks estabelecidos e da variação da meta atuarial. Além disso, a Entidade conta com a consultoria especializada da empresa Aditus Consultoria Financeira, que gera dados para o monitoramento do risco de mercado em base mensal.

Controles

O risco é medido a partir do Benchmark-VaR (ou B-VaR), que estabelece o descolamento máximo dos investimentos da Entidade em relação aos benchmarks estabelecidos. A Política de Investimentos estabelece limites máximos para esses valores, e os relatórios permitem a avaliação da adequação dos fundos a esses parâmetros.

Os gestores dos fundos exclusivos seguem a Política de Investimentos e estabelecem os controles a serem observados. Os limites são calculados levando-se em conta o mandato do fundo, as restrições de investimento e seu objetivo de rentabilidade.

6 EXIGÍVEL OPERACIONAL

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos de 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são apresentados a seguir:

6.1 Exigível Operacional

	R$ Mil	
Exigível Operacional	**2018**	**2017**
Benefícios a pagar	4.279	4.872
Retenções a Recolher	2.847	4.600
Gestão Previdencial	**7.126**	**9.472**
Contas a pagar	619	765
Retenções a Recolher	87	122
Outras Exigibilidades	26	26
Gestão Administrativa	**732**	**913**
Fundos de Investimentos	1	2
Empréstimos e Financiamentos	60	86
Outras Exigibilidades / Custeio Administrativo	341	393
Investimentos	**402**	**481**
Exigível Operacional	**8.260**	**10.866**

6.2 Exigível Contingencial

a) Gestão Previdencial

A composição do saldo das obrigações da Gestão Previdencial apresenta-se como segue:

	R$ Mil	
	2018	**2017**
Provisão para contingências / Previdencial	**1.620**	**1.331**

As provisões para contingência da Gestão Previdencial referentes às ações em andamento, principalmente de Expurgos Inflacionários, podem ser consideradas como perda provável quando versem sobre expurgos inflacionários em resgate, adotando a posição consolidada do Superior Tribunal de Justiça - STJ e do Tribunal de Justiça do Paraná - TJPR. Outras ações questionam também regras regulamentares em relação à concessão de benefícios, além de outras teses de menor representatividade em questão de valores de contingenciamento. Não obstante, os critérios de contingenciamento são constantemente monitorados e as marcações revisadas sempre que necessário ou constatado fato relevante.

b) Gestão Administrativa

A composição do saldo das obrigações da Gestão Administrativa apresenta-se como segue:

		R$ Mil	
		2018	**2017**
Remuneração / Dirigentes	b1)	21.255	18.329
Pis/Cofins	b2)	4.971	4.377
Pessoal	b3)	520	520
Contingências Administrativa		**26.746**	**23.226**

b1) Conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo (ATA nº 01 – 22/01/2010), foi constituída provisão de contingência da Gestão Administrativa, relativa à remuneração dos dirigentes. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, órgão fiscalizador da patrocinadora (SANEPAR), a quem compete determinar a cobrança sobre o processo nº 206821/09-TC, em relação à decisão do Comitê de Orientação e Consulta (COC) da Secretaria da Previdência Complementar, firmou posição de que a irregularidade só resta presente a partir de 17/02/2009, quando o Comitê de Orientação Consultiva entendeu pela obrigatoriedade do ressarcimento. Diante disso, a Fusan efetuou em 30/11/2010, ressarcimento para a SANEPAR no valor de R$ 763, compreendendo o período de fevereiro a dezembro de 2009, ficando o saldo de R$ 2.979 provisionados no Exigível Contingencial da Gestão Administrativa, aguardando posicionamento da PREVIC quanto à devolução do período considerado.

Em cumprimento a decisão do M.M. Juiz Federal de 1ª Instância, Dr. Gabriel José Queiroz Neto, relativamente à Ação Ordinária movida pela FUSAN contra a PREVIC, na qual requereu antecipação dos efeitos de tutela para sustar a exigibilidade do cumprimento da determinação constante no Ofício 074/ERRS/PREVIC, de 26 de maio de 2011, e conforme aprovação do Conselho Deliberativo em junho de 2011, foi realizado depósito judicial no valor de R$ 4.207 até o dia 10 de agosto de 2011. A ação foi julgada procedente em favor da Fusan pelo Juízo de 1º Grau, porém a PREVIC recorreu e os autos foram remetidos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região para julgamento da apelação interposta pela PREVIC, que foi conhecida e, no mérito, foi negado provimento pelo TRF, mantendo a sentença proferida pelo Juízo de 1º Grau. Foram opostos embargos de declaração pela PREVIC, os quais não foram acolhidos. Ainda existem recursos em trâmite, que foram apresentados pela PREVIC.
A probabilidade de perda para contingência da Gestão Administrativa relativa à remuneração dos dirigentes pode ser considerada como provável.

b2) Contingência Administrativa, pertinente à questão de PIS e COFINS. Em 11 de abril de 2006 foi impetrado mandado de segurança junto à Justiça Federal, objetivando o reconhecimento da não sujeição ao recolhimento do PIS e da COFINS, entendendo que no exercício regular de suas atividades previstas na Lei Complementar nº 109/01, não aufere faturamento, que se constitui na base de cálculo prevista na legislação pertinente, considerando que o § 1º, do artigo 3º, da Lei nº 9.718/98, foi declarado, em controle difuso, inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal – STF. A FUSAN recolheu esses tributos judicialmente até 31/12/2014, e aguarda o posicionamento do

Supremo Tribunal Federal sobre a questão, com possibilidade de perda provável. Com a vigência da Lei nº 12.973/14 a entidade passa, a partir de 1º de janeiro de 2015, a recolher as contribuições normalmente. . A nova legislação prevê a cobrança desses tributos sobre toda e qualquer receita inerente ao exercício da atividade da empresa ou instituição, tendo sido publicada sob a égide da EC nº 20/1998, que autoriza o legislador a cobrar o PIS e a COFINS sobre essa base (diferentemente do que ocorria com a Lei nº 9.718/98, publicada anteriormente à EC nº 20/1998, quando a base constitucional para a cobrança de tais contribuições era apenas o faturamento, assim entendido como a receita decorrente da venda de bens e mercadorias e da prestação de serviços). A partir de outubro de 2015, a Entidade ingressou com nova ação judicial e voltou a realizar os depósitos judiciais relacionados com esses tributos. Ambas as ações judiciais ainda permanecem em trâmite, com o devido registro dos depósitos judiciais.

b3) Seguindo os princípios contábeis, foram provisionadas as demandas judiciais trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

c) Investimentos

A composição do saldo das obrigações dos investimentos apresenta-se como segue:

		R$ Mil	
		2018	**2017**
Condomínio de Imóvel Vendido	c1)	46	44
IPTU Edif. Uso Próprio	c2)	112	60
Contingências de Investimentos		**158**	**104**

c1) Provisão de contingência referente a condomínio não saldado de imóvel vendido. Foi efetuado depósito recursal à 11ª Vara Cível, cuja probabilidade de perda classificada como provável. Atualmente, aguarda-se o julgamento de um recurso que teve o seu efeito suspensivo reconhecido. Já há decisão favorável à pretensão da FUSAN, ainda pendente de recurso.

c2) Em 2015, foi ingressada ação questionando a cobrança de IPTU do Imóvel de Uso Próprio. Esta contingência foi 100% provisionada por avaliar que a probabilidade de perda seja provável.

6.3 Exigível Atuarial

	R$ Mil	
	2018	**2017**
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	**814.619**	**770.011**
Benefícios do Plano	814.619	770.011
BENEFÍCIOS A CONCEDER	**735.515**	**657.495**
Benefícios do Plano com a Geração Atual	**741.055**	**663.007**
Plano de Contribuição Definida	728.774	651.036
Plano de Benefício Definido	12.279	11.971
(-) Outras Contribuições da Geração Atual	(5.540)	(5.512)
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	**(18.958)**	**(19.203)**
(-) Serviço passado	(576)	(540)
(-) Déficit Equacionado - TAC	(5.338)	(5.546)
(-) Déficit Equacionado - Déficit	(13.044)	(13.117)
PROVISÕES MATEMÁTICAS	**1.531.176**	**1.408.303**

Hipóteses Atuariais utilizadas:

Econômicas:	**2018**	**2017**
Taxa real anual de juros (ver nota a)	5,50 % a.a.	5,75 % a.a.
Projeção de crescimento real de salário	3,47 % a.a.	3,50 % a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
i. dos salários	1	1
ii. dos benefícios FusanPrev	0,9822	0,9801

a) Para à hipótese da taxa de juros, a Entidade aplicará no custeio de 2019/2020 a taxa de 5,50% ao ano, resultante de estudo atuarial e econômico-financeiro, cujo percentual se encontra dentro dos limites expressos na Resolução nº 15, de 19 de novembro de 2014, e, em conformidade com a Portaria Previc nº 363, de 26 de abril de 2018.

Hipóteses Atuariais utilizadas - continuação:

Demográficas:	**DEZ/2018**	**DEZ/2017**
a) Tábua de Mortalidade para Participantes Válidos	AT - 2000 Basic, Male	AT - 2000 Basic, Male
b) Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas D20	Álvaro Vindas
c) Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss D10	Winklevoss D10
d) Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Experiência Fusan	Experiência Fusan
e) Hipótese de Composição Familiar	Hx-Grupo familiar FusanPrev obtida por idade, a partir da experiência real do grupo de participantes do FusanPrev	Hx-Grupo familiar FusanPrev obtida por idade, a partir da experiência real do grupo de participantes do FusanPrev
f) Hipóteses não consideradas		
i. Rotatividade da Massa		
ii. Gerações Futuras de Novos Entrados		

7 FUNDOS

Formados com destinações específicas, segregados em previdencial, administrativo e de investimentos:

	Fundos Previdenciais	Fundo Administrativo	Fundo de Investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**5.630**	**3.776**	**3.059**	**12.464**
Constituição/Reversão de fundos	3.720	(169)	(213)	**3.338**
Remuneração dos fundos	689	360	338	**1.387**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**10.039**	**3.967**	**3.184**	**17.190**
Constituição/Reversão de fundos	1.231	(53)	(249)	**929**
Remuneração dos fundos	1.012	227	313	**1.552**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**12.282**	**4.141**	**3.248**	**19.671**

7.1 Fundos Previdenciais:

Na avaliação atuarial anual de 2018 os Fundos Previdenciais apresentam a seguinte composição, origem e utilização:

a) Fundo Coletivo de Desligamento: de característica Regulamentar, é constituído por contribuições patronais não resgatáveis dos participantes desligados da patrocinadora e deve ser destinado prioritariamente à garantia de cobertura dos Benefícios Concedidos e dos Benefícios de Risco, com base em parecer atuarial e aprovação do Conselho Deliberativo;
b) Fundo de Desligados do Plano BD: constituído por contribuições a resgatar de participantes desligados do plano;
c) Fundo Individual de Desligados FusanPrev: constituído por contribuições a resgatar de participantes desligados do plano;
d) Fundo Patrocinado de Desligados FusanPrev: constituído por contribuições a resgatar de participantes desligados do plano;
e) Fundo Previdenciário: constituído por contribuições individuais e patronais de participantes que faleceram e não deixaram herdeiros. De acordo com o regulamento, deve ser destinado prioritariamente à garantia de cobertura dos Benefícios Concedidos e dos Benefícios de Risco, com base em parecer atuarial e aprovação do Conselho Deliberativo.

Os recursos dos Fundos Previdenciais devem ser mantidos conforme dispõe o regulamento e a legislação, com atualização monetária pela inflação ou pela variação da rentabilidade patrimonial do plano, considerando a movimentação dos participantes no resultado.

Para o equacionamento do déficit técnico, a partir de janeiro de 2017, a Entidade utiliza o Fundo Coletivo de Desligamento, com o objetivo de amortizar as prestações mensais das Contribuições Extraordinárias, definidas no plano de equacionamento do déficit técnico do FusanPrev de 2015, e devidamente registrado até em 31/12/2018.

8 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE PLANO DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA PREVIDENCIAL

Em atendimento à Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, apresentamos a demonstração dos resultados do FusanPrev dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2018	2017
(+) Contribuições	69.285	66.943
(-) Benefícios	(92.917)	(108.160)
(+/-) Rendimento das Aplicações	138.886	143.917
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	**115.254**	**102.700**
(-) Despesas com Administração	(3.788)	(3.808)
(-/+) Constituição/Reversão de Valores em Litígio	(442)	26
(-/+) Constituição/Reversão dos Compromissos com Participantes e Assistidos	(122.873)	(68.679)
(-/+) Constituição/Reversão de Fundos Para Riscos Futuros	(2.244)	(4.409)
EQUILÍBRIO TÉCNICO / DÉFICIT	**(15.409)**	**(1.315)**
(=) DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	**(14.094)**	**25.830**

No exercício de 2018 a TIR Nominal apurada foi de 10,26% que deduzida da inflação no período, medida pelo INPC/IBGE de 3,43% e acrescida do juro atuarial de 5,75% ao ano, resultou em uma rentabilidade positiva de 0,81%, ocasionando um resultado positivo de R$ 3.164. Entretanto em 2018 a Fusan procedeu a redução taxa de juros atuarial para 5,50% ao ano, o que gerou um impacto de R$ 17.258. Com isso, o resultado do fechamento do exercício do Fusanprev foi negativo em R$ 14.094 em dezembro de 2018.

9 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

A relação percentual das fontes de custeio administrativo comparada com o limite estabelecido para o exercício de 2018 é determinada pela Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, e aprovado pelo Conselho Deliberativo. O quadro abaixo demonstra que a Entidade está enquadrada no limite anual para cobertura das despesas administrativas do plano de benefícios FusanPrev:

Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009	R$ Mil	%
Recursos Garantidores do Plano de Benefícios	**1.526.121**	**100,00**
Limite anual (Taxa de Administração)	**15.261**	**1,00**
Total das Fontes de Custeio em 2018	**8.287**	**0,54**
4.1.1 - Gestão Previdencial	3.788	**0,25**
4.1.2 - Investimentos	4.499	**0,29**

Para melhor aferir os custos dos processos internos a Entidade adota um sistema de custo, no qual todos os gastos são alocados entre as atividades de administração previdencial e de investimentos, conforme Demonstração do Plano de Gestão Administrativo Consolidado (Quadro V).

10 DETALHAMENTO DOS SALDOS DAS CONTAS COM DENOMINAÇÃO "OUTROS"

Contas que contenham a denominação "Outros", que ultrapassaram, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas:

Gestão Administrativa	2018	2017	Variação %
1.2.2.1.99 - Outros Recursos a Receber	**386**	**433**	**(10,85)**
1.2.2.1.99.01 - Custeio Administrativo / Investimentos	341	394	(13,45)
1.2.2.1.99.03 - Taxa Adm. de Empréstimos	45	39	15,38

Investimentos	2018	2017	Variação %
2.1.3.9 - Outras Exigibilidades	**341**	**394**	**(13,45)**
2.1.3.9.01 - Custeio Administrativo / Investimentos - A Pagar p/ PGA	**341**	**394**	(13,45)

Gestão Previdencial	2018	2017	Variação %
3.1.1.3.02.02.99 - Outras / Contribuições Extraordinárias / Assistidos	**587**	**591**	**(0,68)**
3.1.1.3.02.02.99.02 - Outras - Desc. Contrib. - Assistidos (7,5%)	587	591	(0,68)

DESPESAS ADMINISTRATIVAS / GESTÃO PREVIDENCIAL / SERVIÇOS DE TERCEIROS	2018	2017	Variação %
4.2.1.2.04.02.99 / OUTRAS	**171**	**141**	**21,28**
Consultoria Econômica Financeira	21	23	(8,70)
Conservação e Manutenção de Edificações	5	4	25,00
Conservação e Manutenção de Equipamentos e Instalações	7	4	75,00
Limpeza e Conservação	22	19	15,79
Mão de Obra Contratada	4	2	100,00
Vigilância e Segurança	4	7	(42,86)
Armazenagem de Caixas	6	5	20,00
Publicidade Institucional	18	11	63,64
Cartório	2	1	100,00
Judiciais	33	22	50,00
Energia Elétrica	11	10	10,00
Telecomunicações	3	1	200,00
Água e Saneamento	4	3	33,33
Correios	18	13	38,46
Consultoria / Controles Internos	6	3	100,00
Programa Educação	7	13	(46,15)

DETALHAMENTO DOS SALDOS DAS CONTAS COM DENOMINAÇÃO "OUTROS" - Continuação

DESPESAS ADMINISTRATIVAS / INVESTIMENTOS / SERVIÇOS DE TERCEIROS	2018	2017	Variação %
4.2.2.2.04.02.99 / OUTRAS	**267**	**271**	**(1,48)**
Consultoria Econômica Financeira	29	41	(29,27)
Conservação e Manutenção de Edificações	4	5	(20,00)
Conservação e Manutenção de Equipamentos e Instalações	9	3	200,00
Limpeza e Conservação	29	33	(12,12)
Mão de Obra Contratada	4	4	(0,00)
Vigilância e Segurança	3	24	(87,50)
Administração de Imóveis	47	52	(9,62)
Armazenagem de Caixas	8	9	(11,11)
Agente Fiduciário	8	5	60,00
Publicidade Institucional	20	11	81,82
Cartório	0	1	(100,00)
Judiciais	40	4	900,00
Energia Elétrica	16	16	(0,00)
Telecomunicações	2	3	(33,33)
Água e Saneamento	4	3	33,33
Correios	24	13	84,62
Consultoria / Controles Internos	9	11	(18,18)
Programa Educação	9	12	(25,00)

11 OUTROS EVENTOS

11.1 Eventos Subsequentes

a) Custeio Administrativo

O Conselho Deliberativo aprovou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, para o exercício de 2019, no qual foram definidos os critérios de rateio das despesas administrativas, conforme segue abaixo:

1) Despesas dos Conselhos Fiscal e Deliberativo:
- 40% para a Gestão Previdencial e 60% para a Gestão dos Investimentos

2) Despesas da Diretoria Executiva:
- Presidência: 40% para a Gestão Previdencial e 60% para a Gestão dos Investimentos
- Diretoria Adm. Financeira: 100% para a Gestão dos Investimentos
- Diretoria de Seguridade: 100% para a Gestão Previdencial

3) Despesas com Núcleo de Planejamento e *Compliance*, Núcleo Jurídico, Assessoria de Comunicação, Ouvidoria, Secretária e Gerência Financeira:
- 40% para a Gestão Previdencial e 60% para a Gestão dos Investimentos

4) Despesas da Gerência de Relacionamentos, Gerência de Tecnologia da Informação e Gerência Administrativa:
- 50% para a Gestão Previdencial e 50% para a Gestão dos Investimentos

5) Despesas de administração dos investimentos e despesas de administração previdencial serão alocadas 100% nas rubricas correspondentes.

6) Despesas da Assessoria de Produtos e do Núcleo Atuarial:

- 100% para a Gestão Previdencial

As despesas comuns a todas as áreas, tais como: limpeza e conservação, vigilância e segurança, energia elétrica, água e esgoto, materiais, depreciações e outras, serão divididas entre os centros de custos na proporção dos empregados de cada área.

11.2 Ação Judicial sobre os expurgos inflacionários incidentes sobre OFND

A ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada, representando suas associadas, em junho de 1986 ajuizou Ação (91.0123902-3) contra o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e o FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento, questionando a mudança de critério de correção de títulos adquiridos por força do Decreto-Lei nº 2.228, de 23/07/1986 e da Resolução nº 1, de 09/04/1987.

A diferença de correção monetária paga a menor foi no período de abril/1990 a fevereiro/1991, em virtude da substituição do índice de atualização do IPC – Índice de Preços ao Consumidor para o BTN – Bônus do Tesouro Nacional.

A ação foi julgada favorável à ABRAPP, e em 29 de novembro de 2010 foi emitida a certidão de trânsito em julgado.

A Fusan, como associada da ABRAPP faz parte dessa ação, e decidiu, com base no princípio da prudência, não registrar os valores provenientes da ação contra o FND, por entender que, apesar do trânsito em julgado, ainda não há uma estimativa confiável dos valores que serão recebidos e nem de quando ocorrerá. Tal decisão também levou em consideração o fato de que, processualmente, existia a possibilidade do ingresso de Ação Rescisória pela União, o que efetivamente ocorreu, tendo sido autuada sob o nº 2012.02.01.000858-3, a qual já foi julgada improcedente pela 3ª Seção do TRF da 2ª Região. Foram opostos embargos de declaração pela ABRAPP e pela União, sendo que para ambos foi negado provimento e, diante disso, foram interpostos Recurso Especial e Extraordinário pela ABRAPP e pela União Federal, pendentes de julgamento até o momento.

A execução foi suspensa pelo Juízo da 23ª Vara Federal, porém a ABRAPP conseguiu reverter tal decisão via Agravo de Instrumento, sendo que já foi proferido despacho determinando o prosseguimento da execução e dos embargos à execução. Contra essa decisão a União Federal interpôs Agravo de Instrumento, também ainda pendente de julgamento.

Em estimativa apresentada pela ABRAPP em 2012, o valor líquido do bônus da Fusan está próximo de R$2.747. O processo de liquidação de sentença ainda não se iniciou, razão pela qual o valor estimado pela ABRAPP ainda depende de homologação judicial do cálculo.

11. 3 Ajustes de Precificação dos títulos públicos federais

A Resolução CNPC 16, de 19 de novembro de 2014, alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, estabelecendo novas condições e procedimentos a serem observadas pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

A PREVIC emitiu em 04 de fevereiro de 2015, a Instrução nº 19, tratando das questões da Resolução CNPC nº 16/2014, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos

títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

Esse ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, que no caso foi alterada de 5,75% para 5,50% em 2018, e o valor contábil desses títulos. Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que têm por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder, bem como aos benefícios concedidos que adquiram características de benefício definido na fase de concessão.

O ajuste de precificação positivo ou negativo está discriminado em Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

O ajuste de precificação dos títulos públicos em 31 de dezembro 2018 do Plano FusanPrev, resultou em um valor positivo de R$ 15.298. Em 2017, o valor calculado foi de R$ 14.948.

11.4 Equilíbrio Técnico Ajustado

A Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (*duration* do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula (*duration* – 4) x 1% x reserva matemática. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula ((10% + (*duration* x 1%)) x reserva matemática. A duração do passivo do plano FusanPrev para 2018 é de 8,44 anos e 11,22 anos em 2017.

Equilíbrio Técnico Ajustado		
A) Cálculo dos Limites	**2018**	**2017**
1) Saldo Provisões Matemáticas	**802.401**	**757.267**
2) Cálculo do limite de Déficit Técnico Acumulado		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit Técnico)	4,44	7,22
2.2) Limite do déficit Técnico Acumulado ((1 * 2.1)/100)*-1	(35.627)	(54.675)
B) Cálculo de Equilíbrio Técnico Ajustado		
3) Equilibrio Técnico Contábil (conta 2.3.1.2.00.00.00)	**(15.409)**	**(1.315)**
4) Ajuste de Precificação Positivo	**15.298**	**14.948**
5) = (3) + (4) Equilibrio Técnico Ajustado	**(111)**	**13.633**
6) Valor a equacionar	**35.516**	**68.308**

Em 2018 e 2017 o valor a equacionar resultou em saldos positivos não havendo a necessidade de equacionamento. A provisão matemática utilizada para fins de equilíbrio técnico é o saldo da provisão matemática dos benefícios concedidos deduzidas as suas respectivas provisões matemáticas a constituir, conforme art. 28 §5º.

11.5 Formação de Fundo Administrativo para o Fomento

Através da ATA C.D. 12/2018 do Conselho Deliberativo, foi aprovada a transferência de 100% da constituição do Fundo Administrativo de 2018 e 2019, para conta contábil específica com a finalidade de implantação do Plano Família. O total constituído de Fundo Administrativo em 2018 foi de R$173, e que será reclassificado para conta contábil analítica do mesmo grupo, não afetando o resultado administrativo em janeiro de 2019. A Fusan aguardará definição da PREVIC para o registro contábil em conta específica para fins de fomento.

12 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN declara que todas as informações relevantes, nas referidas demonstrações contábeis, estão sendo divulgadas.

CLÁUDIA TRINDADE
Diretora-Presidente
CPF 514.427.019-00

DIRCEU WICHNIESKI
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF 500.256.519-00

MARCOS CESAR TODESCHI
Diretor de Seguridade
CPF 735.506.209-34

WAGNER TROMBINI
Contador CRC-PR 049598/O-4
CPF 609.927.199-68

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 16_5_5_1_Relatorio_Anual_de_Informacoes_RAI_2019.pdf (105/153) 104/584

PARECER ATUARIAL

Demonstração Atuarial de Encerramento do Exercício de 2018

A avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2018, do Plano Misto de Benefícios – FusanPrev, da FUNDAÇÃO SANEPAR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUSAN foi realizada com o objetivo de dimensionar as reservas matemáticas, apresentar o resultado financeiro-atuarial e o plano de custeio para o próximo exercício, em consonância com o Regulamento e em conformidade com a legislação vigente, a partir dos dados cadastrais disponíveis na Entidade.

a. Parecer para o grupo de custeio:

1.	Quanto aos custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior:

Na Avaliação do ano 2017 o custo do plano foi de 12,59% sobre a folha salarial futura. Em 2018 o custo passou para 12,87%.

Custo das rendas programadas (8,11% em 2017 e 8,39% em 2018): apresentou um aumento em relação às contribuições futuras, ocasionadas, principalmente, pelo aumento da folha salarial futura que incorporou ganho de produtividade aos salários e registro de aumento das contribuições ao plano.

Custo da renda por invalidez (0,14% em 2017 e 0,14% em 2018): manutenção do custo, uma vez que a redução de expostos ao risco foi compensada pela redução da taxa de desconto atuarial no plano.

Custo das pensões e pecúlio por morte (3,32% em 2017 e 3,38% em 2018): aumentou em 2018 devido ao envelhecimento da população do plano, crescimento dos saldos individuais e salário real de benefício, os quais incorporaram a rentabilização do patrimônio nos saldos e inflação nos salários. Outro fator que pesa substancialmente para a variação crescente do custo no modelo de repartição, é o ingresso de novos assistidos, uma vez que não existe reserva matemática para os riscos iminentes.

Custo do auxílio doença (0,34% em 2017 e 0,30% em 2018): redução dos expostos ao risco, contribuindo para a redução do custo. Outro fator que implicou na redução do custo foi a redução da quantidade de benefícios concedidos pela Previdência Social, devido ao gerenciamento mais austero do Instituto. A concessão de auxílio doença no FusanPrev requer, como carência, a concessão do benefício na Previdência Oficial.

Custeio Administrativo (0,68% em 2017 e 0,66% em 2018): redução do custo.

Reserva a Amortizar: 68,80% da reserva a amortizar correspondem ao Plano de Equacionamento do Déficit Técnico. As contribuições extraordinárias dos assistidos originadas pelo Termo de Ajustamento de Conduta – TAC representam 28,16% e a joia dos participantes para a invalidez representam 3,04%.

Ressaltamos que o plano de custeio, em nível de repasse de contribuições, permaneceu com o mesmo teto paritário aplicado pela Patrocinadora nos últimos anos, isto é, 7,62%.

2.	Quanto à variação das provisões matemáticas no exercício encerrado, em relação aos valores da avaliação anterior, atualizados:

A reserva matemática calculada em dezembro de 2018 totaliza R$ 1.531.175.691,02 e, em relação à reserva matemática calculada em dezembro de 2017 que foi de R$ 1.408.303.220,85, houve uma variação percentual de 8,72%.

A conta da reserva matemática de benefícios concedidos apresentou um crescimento de R$ 44.608.357,41. A variação refletiu principalmente a redução da taxa de juros. Registramos uma variação líquida da base de dados de assistidos de 4 rendas programadas, 36 concessões de pensão por morte e -12 rendas por invalidez, esta última ocasionada por falecimentos e cessação de benefício pelo INSS.

A conta da reserva matemática de benefícios a conceder apresentou um acréscimo de R$ 78.019.462,04. Nesta variação está contemplada a rentabilidade patrimonial aplicada nas contas dos participantes, novas contribuições vertidas ao plano, bem como a alteração da tábua de entrada em invalidez. Esta conta apresentou uma variação líquida de -45 participantes, deduzindo os saldos daqueles que se desligaram, aposentaram ou faleceram.

A reserva a amortizar apresentou um crescimento de R$ 244.760,72 decorrente da atualização monetária das contas deste grupo.

A reserva matemática por recorrência em dezembro de 2018 totalizou R$ 1.543.987.839,62 em relação à reserva matemática por recorrência em dezembro de 2017, que foi de R$ 1.425.340.579,30. Comparando a reserva real em dezembro de 2017 e a projetada para dezembro de 2018, houve uma variação percentual de 9,63%.

3.	Os principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto, apresentando possíveis medidas para sua mitigação:

1- Risco no retorno de investimentos (taxa de juros), cuja premissa está em função de variáveis econômicas do mercado de capitais.

Para à hipótese da taxa de juros, a Entidade aplicará no custeio de 2019/2020 a taxa de 5,50%, resultante de estudo atuarial e econômico-financeiro, cujo percentual se encontra dentro dos limites expressos na Resolução nº 15, de 19 de novembro de 2014, e, em conformidade com a Portaria Previc nº 363, de 26 de abril de 2018.

2- Risco no regime de financiamento dos benefícios por morte pelo regime financeiro por repartição, cujas contribuições de risco para o grupo de assistidos e reversão de parte das contribuições do participante acima do limite paritário de 7,62%, passaram a fazer parte da base deste financiamento a partir de abril de 2013.

A atual forma de financiamento dos benefícios por morte pelo regime financeiro por repartição tem perspectiva de custo crescente ao longo do tempo, a menos que a massa de participantes se renove proporcionalmente, de forma que se mantenha a idade média e o mesmo patamar médio de benefícios e principalmente de salários, base de cálculo de financiamento. É prudente que a Entidade estude alternativas para estabilizar o crescimento deste custo ou capitalize as pensões, principalmente dos assistidos, o que permitiria direcionar mais recursos para a aposentadoria programada.

3- Risco de sobrevivência.

Em relação às tábuas biométricas, consideramos que a Entidade definiu adequadamente as hipóteses, adequando-as à massa dos participantes, por meio do Estudo de Aderência das Hipóteses Atuariais, com a devida aprovação do Conselho Deliberativo e Patrocinadoras.

4.	Soluções para restabelecer a suficiência de cobertura dos grupos de custeio nos quais for constatada sua insuficiência:

O déficit da Entidade registrado em 31/12/2018 representa -1,01% do Patrimônio de Cobertura do Plano.

O contexto de recuperação do déficit técnico pressupõe:

1. A continuidade da amortização das parcelas do Plano de Equacionamento do Déficit técnico;

2. Continuidade em atingir a meta atuarial.

5.	Hipóteses atuariais do plano de benefícios e seus fundamentos:

O estudo de aderência das hipóteses atuariais do plano FusanPrev foi realizado em julho de 2018 de acordo com a legislação e com manifestação fundamentada do patrocinador em relação à hipótese de crescimento salarial, aprovação da Diretoria da Entidade, Conselho Deliberativo e atestado pelo Conselho Fiscal. Em resumo, fundamentamos as premissas utilizadas nesta Avaliação:

1. Projeção de crescimento Real de Salário = 3,47%

Julgamos adequado, tendo em vista que a taxa de crescimento salarial é apurada com base no arquivo de dados dos participantes e ajustada estatisticamente.

2. Fator de determinação dos benefícios da Entidade = 0,9822

A partir da evidência da redução dos índices de inflação e a meta central do governo que estabelece 4,0% de inflação anual para o ano de 2020, publicada na Resolução 4.582 de 29/06/2017, recomendamos aplicar o fator de 0,9822 para estimar a perda do poder aquisitivo dos benefícios.

3. Indexador do plano = INPC/IBGE

No cálculo atuarial não se considera a inflação futura, embora haja um repasse da mesma nos reajustes anuais dos benefícios. Para compensar o repasse da inflação no reajuste dos benefícios, buscam-se estas correções na gestão do ativo financeiro, composto na meta atuarial, com o objetivo de preservar o equilíbrio.

4. Tábua de entrada em invalidez = Álvaro Vindas D20

De acordo com o inciso I, do artigo 7º, da Instrução Normativa Previc nº 23, de 26 de junho de 2015, e de acordo com o estudo desta premissa, verificamos que a tábua biométrica Álvaro Vindas apresentou-se conservadora em 2017. Como se trata de uma redução de concessões por parte da Previdência Oficial - INSS, com tendência de estabilização em níveis menores, recomendamos o desagravamento desta tábua em 20%, a ser utilizada na

Avaliação Atuarial de 2018, adequando a projeção de entrada em invalidez à nova realidade imposta às concessões deste benefício.

5. Tábua de mortalidade de inválidos = Winklevoss D10

De acordo com o inciso I, do artigo 7º, da Instrução Normativa Previc nº 23, de 26 de junho de 2015, e de acordo com o estudo desta premissa, verificou-se que a tábua biométrica Winklevoss desagravada em 10% encontra-se aderente e adequada ao plano FusanPrev, pois apresenta uma relação de aderência média de 0,90 óbito realizado para 1 óbito projetado nos últimos três anos. Recomendamos sua manutenção.

6. Tábua de mortalidade geral = AT-2000 Basic, Male

De acordo com o inciso I, do artigo 7º, da Instrução Normativa Previc nº 23, de 26 de junho de 2015, e de acordo com o estudo dessa premissa, verificou-se que a tábua biométrica AT-2000 Basic, Male encontra-se aderente ao plano FusanPrev, pois apresenta uma relação de aderência média de 0,97 óbito realizado para 1 óbito projetado nos últimos três anos. Recomendamos sua manutenção.

7. Composição da Família de Pensionistas = Família média Hx

A Família média reflete a base cadastral de participantes do plano e foi atualizada em junho/2018.

8. Taxa real anual de juros = 5,50%

A Taxa de juros a ser aplicada na Avaliação Atuarial de 31/12/2018, resultante de estudo atuarial e econômico-financeiro, se encontra dentro dos limites expressos na Resolução nº 15, de 19 de novembro de 2014, e está em conformidade com a Portaria Previc nº 363, de 26 de abril de 2018.

b. Parecer para o plano de benefícios:

1.	Quanto à qualidade da base cadastral utilizada:

Mensalmente há um trabalho de consistência para gerar o cálculo da reserva matemática do plano e os mesmos dados cadastrais utilizados para cálculo são disponibilizados a todos os participantes para simularem suas aposentadorias. Isto significa que as informações são verificadas e atualizadas permanentemente na Entidade.

Durante a crítica cadastral há comparações entre parâmetros mínimos e máximos aceitáveis, para preservar a consistência dos resultados. As incorreções dos dados devem ficar dentro do limite do desvio aceitável.

2.	Quanto às regras de constituição e reversão dos fundos previdenciários:

a) O Fundo Coletivo de Desligamento, de característica Regulamentar, é constituído por contribuições patronais não resgatáveis dos participantes desligados da patrocinadora e deve ser destinado prioritariamente à garantia de cobertura dos Benefícios Concedidos e dos Benefícios de Risco, com base em parecer atuarial e aprovação do Conselho Deliberativo.

b) O Fundo de Desligados do Plano BD, de característica Regulamentar, é constituído por contribuições individuais a resgatar de participantes desligados da empresa e do plano. Não há utilização desses valores para outros fins, exceto o resgate dos fundos pelo próprio participante.

c) O Fundo Individual de Desligados FusanPrev, de característica Regulamentar, é constituído por contribuições individuais a resgatar de participantes desligados da empresa e do plano. Não há utilização desses valores para outros fins, exceto o resgate dos fundos pelo próprio participante.

d) O Fundo Patrocinado de Desligados FusanPrev, de característica Regulamentar, é constituído por contribuições patronais a resgatar de participantes desligados da empresa e do plano, formado de acordo com as regras do Regulamento. Não há utilização desses valores para outros fins, exceto o resgate dos fundos pelo próprio participante.

e) O Fundo Previdenciário, de característica Regulamentar, foi ativado neste exercício e é constituído por contribuições individuais e patronais de participantes que faleceram e não deixaram herdeiros. De acordo com o regulamento, deve ser destinado prioritariamente à garantia de cobertura dos Benefícios Concedidos e dos Benefícios de Risco, com base em parecer atuarial e aprovação do Conselho Deliberativo.

3.	Quanto à variação do resultado superavitário ou deficitário no exercício encerrado, apontando causas mais prováveis:

O resultado deficitário do plano previdenciário foi decorrente da redução da taxa de juros do passivo de 5,75% para 5,50%.

No exercício de 2018 a TIR Nominal verificada foi de 10,26% que deduzida à inflação no período, medida pelo INPC/IBGE de 3,43%, resulta na TIR Real Bruta de 6,60%, e considerando o juro atuarial de 5,75% ao ano, resulta em uma rentabilidade real de 0,81%.

4.	Quanto à natureza conjuntural ou estrutural do resultado financeiro acumulado:

O déficit do plano é de natureza conjuntural, decorrente da redução da taxa de juros de 5,75% para 5,50%.

5.	Quanto a soluções para o equacionamento de déficit técnico:

O déficit da Entidade registrado em 31/12/2018 representa -1,01% do Patrimônio de Cobertura do Plano.

O contexto de recuperação do déficit técnico pressupõe:

1. A continuidade da amortização das parcelas do Plano de Equacionamento do Déficit técnico;

2. Continuidade em atingir a meta atuarial.

6.	Quanto à adequação dos métodos de financiamento atuariais aplicados no caso de regime financeiro de capitalização:

No plano previdenciário FusanPrev, temos as rendas programadas e as rendas de risco por invalidez capitalizadas.

Para as rendas programadas o método de financiamento é o de capitalização financeira, o qual é adequado ao plano e à modalidade de contribuição variável - CV.

Para as rendas de risco por invalidez o método utilizado é o Custo por Idade de Entrada, o qual apresenta perspectiva de taxas constantes ao longo do tempo e encontra-se adequado ao plano e à legislação vigente.

7.	Outros fatos relevantes:

1) O Plano de Custeio do FusanPrev para o exercício de 2019, com vigência a partir de 01/04/2019 até 31/03/2020, está ajustado para atender o artigo 6º da Lei Complementar nº 108/2001, quanto à paridade de contribuições normais entre participante e patrocinadora.

2) Devido ao equilíbrio técnico e a capacidade de financiamento do Fundo Coletivo de Desligamento apresentado em 2018, pode-se continuar a utilizá-lo para amortizar as parcelas do plano de equacionamento do déficit, dando continuidade ao processo aprovado pelos órgãos estatutários da Entidade, sem implantar contribuições extraordinárias aos Participantes, Assistidos, Beneficiários e Patrocinadoras.

3) A Entidade propôs ao Conselho Deliberativo alternativas para a mitigação do risco da pensão por morte, a partir de procedimentos que demandam revisão regulamentar. O processo passou pelos trâmites de aprovação estatutários e legais. Em janeiro de 2019 o projeto de alteração regulamentar esteve disponível na internet para os membros do plano. Na sequência o projeto será encaminhado à Previc.

4) A Entidade ajuizou Ação Declaratória com o objetivo de capitalizar os benefícios de pensão por morte, atualmente estruturados em regime de repartição, a partir do acesso das provisões contábeis no balanço da Patrocinadora, destinadas para essa finalidade.

Assim, com base em tais fatos e de acordo com este plano de custeio, concluímos que o Plano FusanPrev encontra-se em equilíbrio técnico no que tange às contribuições para cobertura do custo normal do Plano. Contudo apresentou resultado deficitário no final do exercício, de característica conjuntural, correspondendo a -1,01% sobre o patrimônio de cobertura, não havendo necessidade de se elaborar novo plano de equacionamento.

Por fim, salientamos que os resultados da avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

Curitiba, 28 de janeiro de 2019.

Responsável Técnica

Nadilene Smaha

Atuária MIBA 1437

1Doc: Protocolo 6.155/2022 | Anexo: 16_5_5_1_Relatorio_Anual_de_Informacoes_RAI_2019.pdf (111/153) 110/584

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores, Patrocinadores e Participantes da
Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN
Curitiba - PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN (“Entidade”)**, que compreendem o balanço patrimonial consolidada em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio social, das mutações do ativo líquido, do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN**;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2019.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PR 006853/F-9
PAULO SÉRGIO TUFANI
CONTADOR CRC 1SP 124504/O-9 - S- PR

PARECER DOS CONSELHOS

CONSELHO FISCAL

FUNDAÇÃO SANEPAR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUSAN

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinando as Demonstrações Contábeis consolidadas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e o relatório dos Auditores Independentes da BDO RCS, concluímos que as mesmas refletem com propriedade em todos os aspectos a situação patrimonial da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, reunindo as condições necessárias para serem aceitas e aprovados por este Conselho.

Curitiba-PR, 28 de março de 2019.

KARLA ESTEFÂNIA MAZIERO JAKIEMIV
Presidente

LUIZ YOSHIO NACAYAMA
Membro

JOÃO CARLOS TÚLIO
Membro

ALCIR EMPINOTTI
Membro

CONSELHO DELIBERATIVO

FUNDAÇÃO SANEPAR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUSAN

O Conselho Deliberativo da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, abaixo assinado, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, com base no Relatório dos Auditores Independentes da BDO RCS, no Parecer do Conselho Fiscal, aprova o Balanço Geral e demais Demonstrações Contáveis consolidadas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Curitiba-PR, 28 de março de 2019.

MÁRIO PENNA GUEDES JÚNIOR
Presidente

MARISA SUELI SCUSSIATO CAPRIGLIONI
Membro

ANGELA DOUBEK
Membro

MÁRIO LUIZ POMPEI DA SILVA
Membro

MANOEL FELIPE MUSSI AUGUSTO
Membro

SIMONE CRISTINE ALVES
Membro

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – 2018

FusanPrev
Segurança e Flexibilidade

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS
FusanPrev - 2018

O presente relatório tem por objetivo demonstrar aos participantes ativos e assistidos as informações sobre alocação, desempenho, custos e enquadramento dos investimentos do FusanPrev.

Alocação dos Recursos (em R$ mil)

Segmentos	Dezembro/2018	% *	Dezembro/2017	%
Renda Fixa	1.176.611	77,10%	1.119.604	78,93%
Renda Variável	103.904	6,81%	85.075	6,00%
Imóveis	39.770	2,61%	40.564	2,86%
Op. com Participantes	84.212	5,52%	75.647	5,33%
Inv. Estruturados	121.884	7,99%	97.542	6,88%
Inv. no Exterior	-		-	
TOTAL:	**1.526.379**	**100%**	**1.418.432**	**100%**

* Cabe ressaltar que os percentuais de alocação representam cada segmento de aplicação em comparação com o total do Programa de Investimento.

Limites de Alocação versus Política de Investimentos e Legislação Vigente

		Política de Investimentos		Resolução CMN nº 4.661
Segmentos	**Alocação Atual**	**Mínimo**	**Máximo**	**Legislação**
Renda Fixa	77,10%	30%	100%	100%
Renda Variável	6,81%	0%	35%	70%
Imóveis	2,61%	0%	8%	8%
Op. com Participantes	5,52%	0%	15%	15%
Inv. Estruturados	7,99%	0%	10%	20%

Rentabilidade dos Investimentos por Segmento

As tabelas abaixo apresentam os índices de referência e as rentabilidades das aplicações do FusanPrev nos segmentos, Política de Investimentos.

Segmentos	Índices de Referência
Renda Fixa	70% CDI + 30% IMA-B
Renda Variável	IBOVESPA
Imóveis	INPC
Op.com Participantes	INPC + 10% a.a
Inv. Estruturados	INPC + 7,50% a.a

Índice de Referência é utilizado para comparação de desempenho
MÍNIMO ATUARIAL: Composto por um índice de inflação, conforme estipulado no regulamento do FusanPrev, mais a hipótese de rentabilidade
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
CDI - É a taxa que lastreia as operações no mercado interbancário
IMA-B – Composto por títulos do tipo NTN-B, cuja rentabilidade é calculada a partir de cupons de juros mais correção pelo IPCA
IBOVESPA - Índice composto por uma carteira teórica com principais papéis negociados na BM&F Bovespa

Rentabilidade dos segmentos em 2018

Renda Fixa	**10,14%**
Benchmark: 70% CDI + 30% IMA-B	8,45%
Renda Variável	**14,07%**
Benchmark: IBOVESPA	15,03%
Imóveis	**4,26%**
Benchmark: INPC	3,43%
Oper.com Participantes	**15,39%**
Benchmark: INPC + 10% a.a	13,91%
Investimentos Estruturados	**5,73%**
Benchmark: INPC + 7,50% a.a	11,19%
FusanPrev (consolidado)	**10,26%**
Benchmark: Média dos Planos CV's	8,27%
Benchmark: Mínimo Atuarial	9,38%

Gastos com a Administração dos Recursos (em R$ mil)

Contas	2018
Taxa de Administração	1.023.857,59
Taxa de Custódia	497.368,05
Taxa de Corretagem	39.071,33
Auditoria dos Fundos / Taxa de Fiscalização	183.476,35
Consultorias/Auditoria Externa	84.480,37
Outras Despesas (DI, Cartório, Cetip, Selic, CBLC, BM&F e ANBIMA)	252.872,34
Taxa de Administração de Imóveis	48.997,42
Agente Fiduciário	9.401,05
Taxa de Performance	77.873,26
TOTAL	**2.217.397,76**

A tabela abaixo apresenta todos os Investimentos do FusanPrev em 31/12/2018, especificando cada ativo (Fundos de Investimentos, Títulos e Valores Mobiliários, Imóveis e Operações com Participantes), e valores aplicados.

	Valor (R$ Mil)	% Sobre Total Inv.		Valor (R$ Mil)	% Sobre Total Inv.
Total dos Investimentos	**1.526.379**				
Renda Fixa	**1.176.611**	**77,10%**	**Renda Variável**	**103.904**	**6,81%**
Fundos de Investimentos	**1.176.611**	**77,09%**	**Fundos de Investimentos**	**103.904**	**6,81%**
Bradesco FI Renda Fixa Passaúna	866.580	56,77%	BlackRock Institucional Ibovespa FIA	26.000	1,70%
Novero Miringuava FI RF Crédito Privado	37.204	2,44%	Itau Inst. FOF Ações - FICFI	74.309	4,87%
Western Asset Iguaçu FI RF Crédito Privado	66.845	4,38%	Sul América Expertise FIA	37	0,00%
Santander Tingui FI Renda Fixa	103.204	6,76%	Sul América Selection FIA	3.558	0,23%
Sul América Tibagi FI Renda Fixa	102.778	6,73%			
		0,00%			
			Imóveis	**39.770**	**2,61%**
			Locadas a Patrocinadora	7.562	0,50%
Invest.Estruturados	**121.884**	**7,99%**	Locadas a Terceiros	29.256	1,92%
Garde Dumas FI MM	17.972	1,18%	Uso Próprio	2.952	0,19%
Kinea Macro Chronos FI MM	19.206	1,26%			
Safra Galileo FI MM	18.650	1,22%			
Mauá Macro FI MM	16.442	1,08%			
Truxt Macro FI MM	15.587	1,02%			
Hamilton Lane II - FIP	1.116	0,07%			
Pátria Special Opportunities I - FIP	14.067	0,92%			
P2 Brasil Infraestrutura III - FIP	5.352	0,35%	**Op. com Participantes**	**84.212**	**5,52%**
Brasil Plural Energia Renovável - FIP	2.416	0,16%	Empréstimos	84.212	
Lacan Florestal - FIP	8.939	0,59%			
Lacan Florestal II - FIP	2.137	0,14%			

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - 2018

Alocação dos Recursos do Plano de Gestão Administrativa (em R$ mil)

Segmento Renda Fixa	Dezembro/2018	%	Dezembro/2017	%
Itaú Soberano Referenciado DI LP - FI	4.162,00	100%	4.066,00	100%

Rentabilidade dos Investimentos por Segmento

	Rentabilidade em 2018
Renda Fixa	**6,26%**
Benchmark: CDI	6,42%

Gastos com a Administração dos Recursos (em R$ mil)

Contas	dez/18	dez/17
Taxa de Custódia	**21.527,77**	**20.978,98**
Taxa Cetip	**9.566,40**	**21.685,27**
TOTAL	**31.094,17**	**42.664,25**

Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 18/12/2017 11:05:30

Informações da Entidade

Código: 535 Sigla: FUSAN Exercício: 2018

Plano de Benefícios: 1982000538 - PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS FUSANPREV

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2018 a 12/2018	INPC	5,75

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: 12/2017 **Data:** 15/12/2017

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2018 a 31/12/2018	PLANO	DIRCEU WICHNIESKI	500.256.519-00	DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Controle de Risco

Risco de Mercado | Risco de Liquidez | Risco de Contraparte

Risco Legal | Risco Operacional | Outros

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação: outros riscos: risco atuarial, risco de solvência e risco de terceirização

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2018 a 12/2018			
Segmento	**Mínimo %**	**Máximo %**	**Alvo %**
RENDA FIXA	30,00	100,00	79,29
RENDA VARIÁVEL	0,00	35,00	6,14
IMÓVEIS	0,00	8,00	3,34
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	15,00	5,20
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	5,32
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	10,00	0,71
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00	
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2016	1º Sem 2017	2018	Não Aplica
PLANO	17,88	5,33	10,21	
RENDA FIXA	17,58	5,10	10,21	
RENDA VARIÁVEL	27,14	9,61	16,73	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	9,66	2,67	14,64	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	16,73	
IMÓVEIS	12,27	2,30	4,22	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	19,68	7,24	14,64	

Observação: